

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Cecília Maieron Pereira

A Projeção das Potências do Oriente Médio no Chifre Africano:
Os casos do Irã, Israel, Turquia e Arábia Saudita (2001-2021)

Porto Alegre
2024

Cecília Maieron Pereira

A Projeção das Potências do Oriente Médio no Chifre Africano:

Os casos do Irã, Israel, Turquia e Arábia Saudita (2001-2021)

Tese de Doutorado em Ciência Política,
apresentada como requisito parcial para a
obtenção de título de Doutora pelo Programa de
Pós-Graduação em Ciência Política da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Orientadora: Prof.^a Dra. Analúcia Danilevich
Pereira

Porto Alegre

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

REITOR

Carlos André Bulhões Mendes

VICE-REITORA

Patricia Pranke

DIRETOR DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Hélio Ricardo do Couto Alves

VICE-DIRETOR DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Alex Niche Teixeira

**COORDENADOR DO PROGRAMAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA
POLÍTICA**

Prof. Rodrigo Stumpf González

**COORDENADORA-SUBSTITUTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIA POLÍTICA**

Prof.^a Silvana Krause

CIP - Catalogação na Publicação

Pereira, Cecília Maieron

A Projeção das Potências do Oriente Médio no Chifre Africano: Os casos do Irã, Israel, Turquia e Arábia Saudita (2001-2021) / Cecília Maieron Pereira. -- 2024.

159 f.

Orientadora: Analúcia Danilevicz Pereira.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Projeção Extrarregional. 2. Oriente Médio. 3. Chifre da África. I. Danilevicz Pereira, Analúcia, orient. II. Título.

Cecília Maieron Pereira

A Projeção das Potências do Oriente Médio no Chifre Africano:

Os casos do Irã, Israel, Turquia e Arábia Saudita (2001-2021)

Tese de Doutorado em Ciência Política,
apresentada como requisito parcial para a
obtenção de título de Doutora pelo Programa de
Pós-Graduação em Ciência Política da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Orientadora: Prof.^a Dra. Analúcia Danilevicz
Pereira

Aprovada em: Porto Alegre, 31 de janeiro de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dra. Analúcia Danilevicz Pereira – Orientadora
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Hélio Caetano Farias
Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares (PPGCM)
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)

Prof. Dr. Nilton César Fernandes Cardoso
Programa de Mestrado em Relações Internacionais e Diplomacia Econômica (RIDE)
Universidade de Cabo Verde (Uni-CV)

*Aos meus avós, que muito cedo largaram os livros, mas
sempre acreditaram na educação.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) pelo ensino de qualidade, suporte e estrutura que possibilitaram meu desenvolvimento enquanto aluna e pesquisadora. Agradeço também pelo apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), instituição a qual agradeço o financiamento desta tese desde seu início. Agradeço também à educação pública, cujo acesso e recursos abriram diversas portas para meu crescimento pessoal e profissional desde a graduação.

Em segundo lugar, gostaria de agradecer à Professora Analúcia Danilevicz Pereira, orientadora desta tese e do meu mestrado, pelo inestimável apoio e conhecimentos transmitidos. Sua dedicação a mim e aos demais colegas foram fontes de inspiração para continuar desbravando os estudos africanos e internacionais. Nesse sentido, agradeço ao Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA), núcleo de pesquisa em que participei como pesquisadora assistente e cuja equipe e seu trabalho sobre a África são exemplares para a compreensão das relações internacionais contemporâneas.

Em terceiro lugar, gostaria de agradecer aos professores Paulo Fagundes Visentini, Hélio Caetano Farias e Nilton Cardoso, por aceitarem avaliar este trabalho e contribuírem imensamente com seus conhecimentos.

Agradeço também aos professores Jens Heibach, Federico Donelli, Brendon Cannon, Michael Bishku, Neil Melvin, Jos Meester, Yotam Gidron, Alhadji Bouba Nouhou e Naomi Chazan, bem como ao Terceiro Secretário da Turquia Harun Aydemir que tão prontamente me sugeriram literaturas importantes acerca do tema. É uma imensa felicidade para uma jovem pesquisadora receber este apoio e atenção.

Aos meus pais, Marpêssa e Francisco, e ao meu irmão, Ramon, pelo apoio incessante. Ao meu namorado, Arthur, familiares e amigos que sempre me deram muito apoio, ouviram angústias e me incentivaram sempre.

Comecei o curso de doutorado sem saber das dificuldades que enfrentaria no caminho, umas causadas pelas minhas próprias limitações e inseguranças, outras por eventos que não poderia prever. No entanto, permaneço com o desejo que mais jovens possam ter a oportunidade que tive e que possam participar, com respeito e cooperação, da construção da ciência brasileira. Por fim, dedico esta tese à minha vó, que partiu no início do doutorado, mas por quem meu carinho será eterno.

RESUMO

Entre 2001 e 2011, o processo de securitização da região do Oriente Médio resultou na desestabilização regional, que vinculada a transformações domésticas, levaram ao aumento da competição entre os Estados. Essa desestabilização também esteve relacionada a uma nova dinâmica internacional do médio oriente concretizada ao longo dos anos, devido a presença de atores tais como China e Rússia, além da incapacidade dos Estados Unidos de resolverem os conflitos na região. Esse processo de desestabilização foi aprofundado a partir da Primavera Árabe de 2011, devido ao aumento do grau de insegurança e incerteza gerada. Esse processo de crescente desestabilização do Oriente Médio teve relação na mudança qualitativa da projeção de Arábia Saudita, Irã, Israel e Turquia para o Chifre da África. Composto por Djibuti, Etiópia, Eritreia, Somália, Sudão e Sudão do Sul, o Chifre é uma sub-região de grande importância estratégica devido a sua proximidade a rotas do comércio mundial. Desse modo, o objetivo geral da presente tese consiste em analisar o processo no qual a nova realidade geopolítica das potências médio-orientais transformou a região do Chifre em espaço de projeção entre 2001 e 2021. O trabalho parte da hipótese de que: (1) as mudanças geopolíticas no Oriente Médio, desencadeadas pela falha estratégia norte-americana da Guerra ao Terror, resultaram na desestabilização regional devido à maior competição desencadeada. Esse nível de desestabilização regional foi aprofundado após a Primavera Árabe devido ao aumento da insegurança regional dos regimes, e do cenário de incertezas e competição resultante. Tanto o processo de securitização da Guerra ao Terror, quanto os conflitos da Primavera Árabe, abarcaram o Chifre da África, conectando a sub-região africana nessas dinâmicas médio-orientais. Como resultado, elevou-se a percepção da importância geoestratégica dos Estados do Chifre para as potências médio-orientais; (2) desde 2001 a nova dinâmica sistêmica do Oriente Médio vem sendo caracterizada pela perda de espaço dos Estados Unidos, em grande parte por suas estratégias terem trazido maior instabilidade regional, e pelo crescimento da participação de outros atores externos como China e Rússia, os quais têm representado uma oportunidade de alinhamento e inserção externa. Assim como no Chifre da África, essa nova dinâmica internacional tem se refletido nas correlações de força, abrindo espaços e oportunidades de atuação para a projeção de Irã, Arábia Saudita, Israel e Turquia para o Chifre da África; (3) as transformações domésticas vivenciadas por estes países entre 2001 e 2021, tais como mudanças de governo, situação econômica e perspectiva securitária, tiveram relação com a projeção para o Chifre da África na medida em que resultaram nas diferentes condições de projeção, nas estratégias adotadas, bem como na intensidade de atuação no Chifre. Quanto à estrutura metodológica do trabalho, este caracterizou-se por um estudo qualitativo e histórico, no qual foram utilizadas fontes de pesquisa bibliográficas e dados quantitativos para apoiar a argumentação. Entende-se que a análise da projeção dessas potências contribui para o entendimento das transformações da geopolítica africana e médio-oriental, bem como do sistema internacional em transição.

Palavras-chave: Projeção Extrarregional. Oriente Médio. Chifre da África.

ABSTRACT

Between 2001 and 2011, the securitization process in the Middle East resulted in the destabilization of the region, which connected to domestic transformations, led to the rising of competition among states. This destabilization was also related to the new international dynamics of the Middle East constructed through the years, due to the presence of actors such as China and Russia, as well as the United States' incapacity to solve the conflicts of the region. The Arab Spring of 2011 deepened this destabilization process by increasing insecurity and uncertainty. The escalating instability of the Middle East is intertwined with the qualitative change of Saudi Arabia, Iran, Israel, and Turkey's projections to the Horn of Africa. Comprising Djibouti, Ethiopia, Eritrea, Somalia, Sudan, and South Sudan, the Horn is an African sub-region of great geostrategic importance due to its proximity to international commercial routes. In this sense, the main goal of this thesis consists in analyzing the process in which the new geopolitical reality of Middle Eastern countries transformed the Horn region in a space of projection between 2001 and 2021. The adopted hypothesis is that: (1) Geopolitical changes in the Middle East resulting from the flawed American War on Terror strategy led to regional destabilization due to heightened competition. The Arab Spring deepened this regional destabilization, driven by the insecurities of regional regimes and resulted uncertainty. Both the securitization process of the War on Terror, as well as the Arab Spring conflicts reached the Horn of Africa, integrating the African sub-region into these Middle Eastern dynamics. As a result, the perception of Middle East powers increasingly recognized the geostrategic importance of the Horn states; (2) Since 2001, the new systemic reality of the Middle East is characterized by the diminishing influence of the United States, largely due to strategies causing more regional instability, and by the increasing involvement of other external actors, such as China and Russia, which represented an opportunity of alignment and external projection. As happened in the Horn of Africa, this new international dynamic has been reflecting the correlation of forces, opening spaces and opportunities of action for the projection of Iran, Saudi Arabia, Israel and Turkey to the Horn of Africa; (3) The domestic transformations experienced by these countries between 2001 and 2021, such as changes of government, economic conditions and security perspective are closely linked to the projections onto the Horn. These transformations resulted in varying conditions of insertion, adopted strategies, and the intensity of action in the Horn. Concerning the thesis' methodological structure, it is characterized by a qualitative and historical study, utilizing bibliographical research sources and quantitative data to support the argumentation. The analysis of the Middle Eastern powers' projection contributes to the understanding of African and Middle Eastern geopolitical transformation, as well as the international system in transition.

Keywords: Extra-regional projection. Middle East. Horn of Africa.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Chifre da África	13
Figura 2 - Oriente Médio	15
Figura 3 - Divisão Territorial do Iêmen	99
Quadro 1 - A Projeção Médio Oriental para o Chifre da África (2001-2021)	123

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AFRICOM	Comando dos Estados Unidos para a África
AIAI	<i>Al-Ittihad al-Islami</i>
AKP	<i>Adalet ve Kalkınma Partisi</i>
ARPCT	<i>Alliance for the Restoration of Peace and Counterterrorism</i>
BM	Banco Mundial
CEBRAFRICA	Centro Brasileiro de Estudos Africanos
CIA	Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos
ECOWAS	<i>Economic Community of West African States</i>
EIAR	<i>Ethiopian Institute of Agricultural Research</i>
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FMI	Fundo Monetário Internacional
IGAD	<i>Intergovernmental Authority on Development</i>
JCPOA	<i>Joint Comprehensive Plan of Action</i>
MRE	Ministério das Relações Exteriores do Brasil
OCX	Organização para Cooperação de Xangai
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OUA	Organização da Unidade Africana
SNA	<i>Somali National Army</i>
SPLM	<i>Sudan People's Liberation Movement</i>
TIKA	<i>Turkish Cooperation and Coordination Agency</i>
TPLF	<i>Tigray People's Liberation Front</i>
UA	União Africana
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UIC	União das Cortes Islâmicas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

APOIO DE FINANCIAMENTO CNPq

Esta tese contou com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
QUESTÃO NORTEADORA	17
OBJETIVOS	17
HIPÓTESE	18
JUSTIFICATIVA	19
FUNDAMENTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS	21
FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS	29
2 A GEOPOLÍTICA DO ORIENTE MÉDIO DE 2001 A 2011: ISRAEL, IRÃ, TURQUIA E ARÁBIA SAUDITA	33
2.1 DA GUERRA AO TERROR ÀS VÉSPERAS DA PRIMAVERA ÁRABE: A GEOPOLÍTICA DO ORIENTE MÉDIO DE 2001 A 2011.....	33
2.2 ISRAEL: PERDA RELATIVA DO PAPEL ESTRATÉGICO.....	38
2.3 A PERMANÊNCIA IRANIANA NA GEOPOLÍTICA REGIONAL	42
2.4 A MAL-SUCEDIDA LIDERANÇA REGIONAL SAUDITA.....	45
2.5 A INFLEXÃO DA VISÃO ESTRATÉGICA DA TURQUIA	49
2.6 A SECURITIZAÇÃO DO CHIFRE DA ÁFRICA	52
3 A PROJEÇÃO DE ISRAEL, IRÃ, TURQUIA E ARÁBIA SAUDITA PARA O CHIFRE AFRICANO ENTRE 2001 E 2011.....	57
3.1 A PROJEÇÃO MÉDIO ORIENTAL NO CHIFRE DA ÁFRICA ENTRE 2001 E 2011: AS HERANÇAS DA GUERRA FRIA	58
3.2 A PROJEÇÃO DAS POTÊNCIAS DO ORIENTE MÉDIO PARA O CHIFRE AFRICANO ENTRE 2001 E 2011: A PREDOMINÂNCIA DE CONTINUIDADES	62
3.2.1 Irã: Mudança na Política Africana	63
3.2.2 Israel e a participação tímida no Chifre da África.....	67
3.2.3 A continuação da presença saudita no Chifre da África	70
3.2.4 As bases da política externa africana da Turquia	72
4 A GEOPOLÍTICA DO ORIENTE MÉDIO DE 2011 A 2021: A PRIMAVERA ÁRABE E AS RIVALIDADES REGIONAIS	77
4.1 A PRIMAVERA ÁRABE E AS MUDANÇAS REGIONAIS	77
4.2 ISRAEL E SUA LIMITADA INSERÇÃO REGIONAL	82
4.3 AS TENTATIVAS SAUDITAS DE ASSEGURAR SUA POSIÇÃO REGIONAL.....	85
4.4 O IRÃ E AS MUDANÇAS GEOPOLÍTICAS REGIONAIS.....	89

4.5 A ATUAÇÃO REGIONAL DA TURQUIA	93
4.6 OS REFLEXOS DA PRIMAVERA ÁRABE NO CHIFRE DA ÁFRICA	96
5 A PROJEÇÃO DE TURQUIA, ISRAEL, IRÃ E ARÁBIA SAUDITA PARA O CHIFRE DA ÁFRICA ENTRE 2011 E 2021	101
5.1 A PROJEÇÃO MÉDIO ORIENTAL PARA O CHIFRE DA ÁFRICA ENTRE 2011 E 2021: AVANÇOS E RECUOS	101
5.2 A PROJEÇÃO DAS POTÊNCIAS DO ORIENTE MÉDIO DE 2001 A 2021	106
5.2.1 Crescimento da participação turca	107
5.2.2 A intensa presença saudita e de seus aliados	111
5.2.3 Israel: Uma nova projeção para o Chifre da África	115
5.2.4 O afastamento iraniano.....	119
6 CONCLUSÃO.....	127
REFERÊNCIAS	138

1 INTRODUÇÃO

O Chifre da África é historicamente um foco de atenção para pesquisadores de Relações Internacionais, não só por suas dinâmicas próprias, mas sobretudo por sua localização estratégica. O Chifre está situado no leste do continente africano e engloba os seguintes países: *Etiópia, Eritreia, Djibuti, Somália, Sudão e Sudão do Sul*¹. Com uma população de mais de 180 milhões de pessoas, segundo dados do Banco Mundial (BM) até 2019 (2020, online), a região está localizada em uma das rotas marítimas mais importantes para o comércio internacional, na qual conecta o Mar Vermelho, passando pelo Estreito de Bab el-Mandeb e desaguando no Oceano Índico. Por essa região, um grande volume de produtos, dentre os quais grandes quantidades de petróleo, são transportados para Europa e América (Donelli, 2019a, p. 54-55). Além da rota marítima, é na região do Chifre que perpassam ou nascem os principais afluentes do Rio Nilo, o Nilo Azul e o Nilo Branco, conferindo à região mais um aspecto de sua importância política e geoestratégica (Krampe *et al.*, 2020). Na Figura 1 abaixo é possível visualizar a localização destes países:

¹ A região do Chifre da África é uma delimitação do leste africano que leva em consideração as dinâmicas históricas, além de políticas e econômicas, comuns entre os países da região (Woodward, 2002, p. 1). Levando estes aspectos em consideração, algumas análises ainda trazem outros países, como Quênia e Uganda. No entanto, para fins de delimitação espacial, optou-se por estes seis países cujas dinâmicas interligam-se e importam para a temática da tese. Conforme aponta Federico Donelli (2019a, p. 51) são estes países que mais tem desenvolvido e se aproximado dos países médio orientais.

Figura 1 – Chifre da África

Fonte: Editado pela autora (MapChart, 2023, online).

No entanto, apesar destas características, o Chifre Africano é mais comumente conhecido por ser uma área de instabilidade política, social e econômica (Bereketeab, 2013). A sub-região é historicamente marcada pela ocorrência de guerras interestatais e intraestatais, intensa rivalidade entre os Estados, bem como pela fragilidade institucional e seu baixo desenvolvimento humano (Cardoso, 2016, p. 140; Donelli, 2019a, p. 48-49). A região passou por diversas transformações ao longo dos anos, sendo a mais recente a independência do Sudão do Sul em 2011, que definiu as fronteiras atuais do Chifre.

A conjunção destas características políticas, socioeconômicas e geográficas levam o Chifre da África a ser uma região marcada pela intensa presença de atores extrarregionais. No entanto, este não é um fenômeno contemporâneo: vários povos e civilizações exerceram poder em diferentes partes do Chifre e em diferentes momentos. Pode-se citar como exemplo França e Reino Unido durante o imperialismo europeu do final do século XIX ao início do século XX.

Algum tempo depois, potências como Estados Unidos e União Soviética, somaram-se às ex-potências coloniais na sub-região durante o período da Guerra Fria.

Com o avanço da descolonização após a Segunda Guerra Mundial e os processos de independência, a ação extrarregional no Chifre da África passou a ser conduzida não apenas por superpotências sistêmicas, mas também potências regionais. Estas serviram tanto como atores *proxy* dos interesses dos grandes atores, como também atuaram e atuam no Chifre a partir de sua própria visão geopolítica e geoestratégica (Woodward, 2002, p. 5). Assim, é neste contexto que as potências do Oriente Médio intensificaram sua projeção para o continente africano e, mais especificamente, para a sub-região do Chifre, envolvendo não só interesses securitários, mas também políticos e econômicos.

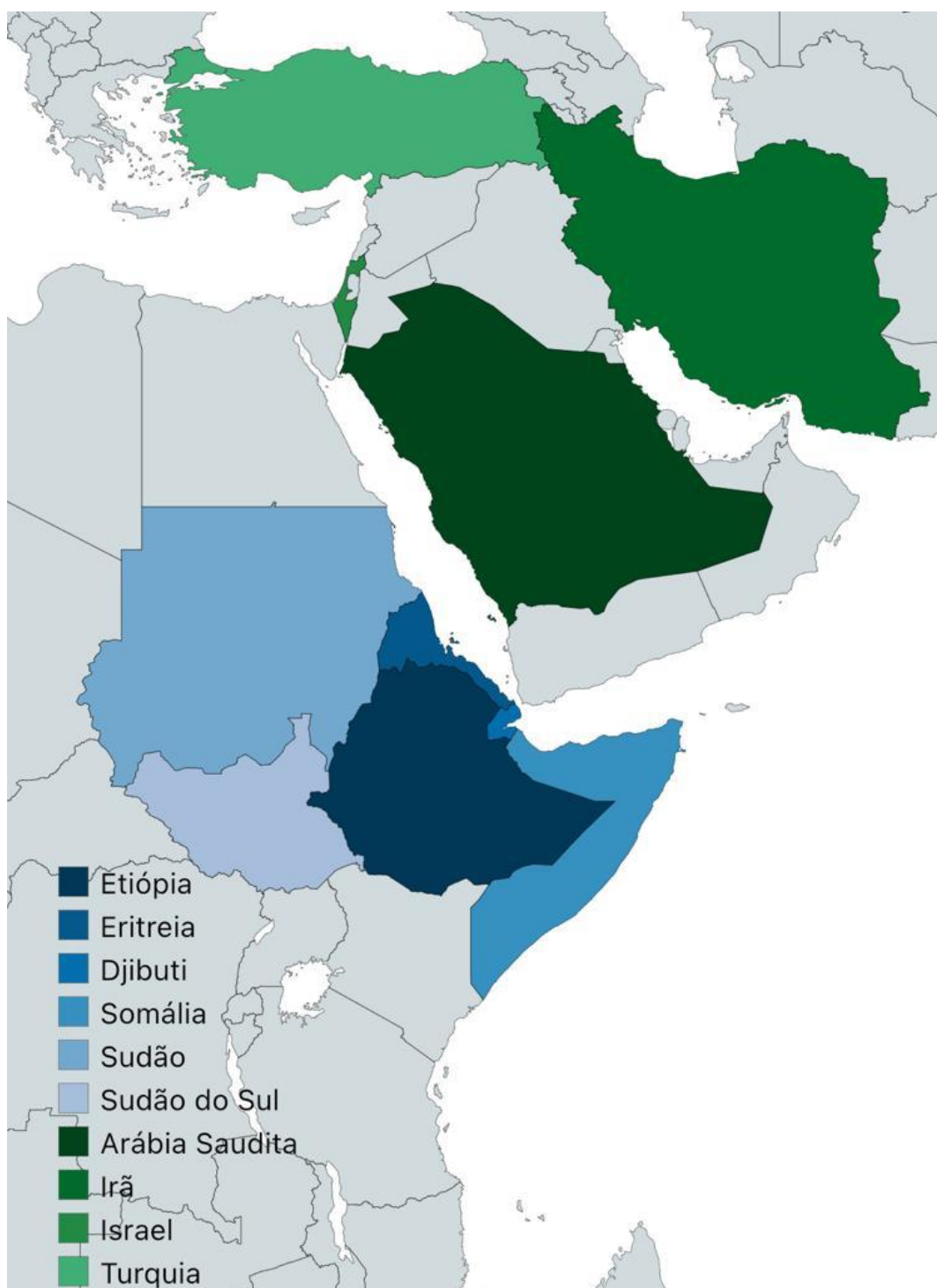
A despeito dos laços históricos destes países do Médio Oriente com a sub-região, na virada do século XXI alguns pontos de inflexão tornaram a projeção para o Chifre da África uma realidade crescente. Como exemplo, podemos citar a Guerra ao Terror e a errática política externa norte-americana que seguiu aos atentados de 11 de setembro de 2001. Este episódio lançou as bases para a transformação do cenário regional do Oriente Médio, que somado às mudanças domésticas estiveram relacionadas às projeções destes países para o Chifre da África. No entanto, foi a chamada Primavera Árabe, eclodida em 2011, que alterou a geopolítica da região mais fortemente, intensificando a abertura de espaços para disputas, resultando em processos de rivalidade ou cooperação.

A partir deste contexto, verificou-se também mudanças sistêmicas, como a diminuição da presença dos Estados Unidos e um crescimento da ação russa e chinesa no Oriente Médio. O primeiro pode ser ilustrado pela retirada das tropas americanas no Afeganistão em 2021, bem como pela maior preocupação de Washington com polo geopolítico do leste asiático. Já a crescente presença da Rússia e da China do Oriente Médio corresponde à presença tanto militar, como a Rússia na Síria, quanto econômica, como os inúmeros acordos econômicos firmados entre os chineses e os países da região (Mason & Casula, 2021, p. 175-177, p. 178-182, p. 182-184). Dessa forma, essas mudanças consideradas em conjunto ajudam a entender as transformações regionais e sistêmicas do Oriente Médio, bem como seu impacto interno nos Estados nas duas primeiras décadas do milênio. Resulta-se disso a abertura de espaços de cooperação e competição, além de novas possibilidades de alinhamento e barganha para os Estados médio orientais. Com isso, a nova realidade sistêmica do Oriente Médio levou a diferentes rumos e políticas destes Estados a fim de garantir suas posições regionais e internacionais.

Assim, considerando este contexto, países como *Irã, Israel, Turquia e Arábia Saudita*

(cuja localização pode ser vista na Figura 2 abaixo), projetaram-se para o Chifre da África ainda que em momentos diferentes. Como destaca Donelli (2019a, p. 47), a sub-região possui uma importância geopolítica e geoestratégica para esses países, em razão de sua dimensão política e econômica, mas também como um espaço de ampliação de seus blocos de aliança.

Figura 2 – Oriente Médio



Fonte: Editado pela autora (MapChart, 2023, online).

Essa presença, no entanto, não se dá apenas pelos mecanismos formais de atuação. Para Neil Melvin (2019c, p. 9), o Chifre da África tornou-se um cenário de disputas *proxy* entre os países do Oriente Médio e do Golfo, em um contexto relacionado a disputas geopolíticas regionais e internacionais. Na sua visão, “[...] o aumento da dimensão marítima na segurança do Chifre tem dificultado a separação convencional de segurança regional entre o Chifre, o Oriente Médio e o Golfo, e o Oceano Índico”² (Melvin, 2019a, p. 4). Para Nilton Cardoso (2020, p. 306), o Chifre africano se transformou em uma “zona de disputas geopolíticas”, no qual resultou na militarização da região. Já Jens Heibach (2020, p. 73) alerta que “[...] a África está crescentemente se tornando um palco dos conflitos do Oriente Médio”³. Para o autor, a ação de Irã, Arábia Saudita e Turquia em relação ao continente africano como um todo, não só o Chifre da África, seguem as lógicas das relações regionais do Oriente Médio e na disputa pela hegemonia na região (Heibach, 2018, p. 1).

Em suma, como defende Federico Donelli (2019a, p. 127), estas dinâmicas resultam em um processo de “*médio orientalização*” do Chifre da África. Segundo o autor,

[...] Nos últimos anos, as questões geopolíticas, os diferentes pertencimentos confessionais, a competição por recursos, as oportunidades de investimento, fomes e crises humanitárias devido às mudanças climáticas são todos fatores que levaram aos Estados da margem leste do Mar Vermelho a observar sempre mais a oeste criando as condições para o processo de inserção no complexo médio oriental definido também como “Médio Orientalização” do Chifre. O ativismo dos países médio orientais tem superado a tradicional busca por conexões comerciais e potenciais investimentos começando a incluir importantes aspectos ligados à segurança regional em sentido amplo, isto é do ‘grande’ Oriente Médio. [...]⁴

A partir dessas colocações, percebe-se que a projeção desses países provém de interesses políticos, econômicos, culturais e securitários de cada Estado. Tais interesses decorrem das suas realidades internas durante este período, mas também de dinâmicas mais amplas do Oriente Médio e do sistema internacional. Em outras palavras: para compreender a projeção de Irã, Israel, Turquia e Arábia Saudita para o Chifre da África nas últimas décadas, precisamos compreender as mudanças que ocorreram nestes múltiplos níveis de análise.

² Tradução própria. No original: “[...] *the rise of the maritime security has blurred the conventional regional security division between the Horn, the Middle East and the Gulf, and the Indian Ocean*” (Melvin, 2019a, p. 4).

³ Tradução própria. No original: “[...] *Africa is increasingly becoming a theater of Middle Eastern conflict*” (Heibach, 2020, p. 73).

⁴ Tradução própria. No original: “[...] *Negli ultimi anni, le questioni geopolitiche, le appartenenze confessionali differenti, la competizione per le risorse, le opportunità di investimento, le carestie e le crisi umanitarie dovute al cambiamento climatico sono tutti fattori che hanno spinto gli Stati della sponda est del Mar Rosso a guardare sempre più verso ovest creando le condizioni di quel processo di inclusione nel complesso mediorientale definibile anche come ‘mediorientizzazione’ del Corno. L’attivismo dei Paesi mediorientali ha superato la tradizionale ricerca di legami commerciali e potenziali investimenti iniziando ad includere importanti aspetti legati alla sicurezza regionale in senso ampio, ossia di ‘grande’ Medio Oriente [...]*” (Donelli, 2019a, p. 127).

A **questão norteadora** que guiou o presente trabalho foi a seguinte: *entre 2001 e 2011 o processo de securitização⁵ da região do Oriente Médio resultou na desestabilização regional, que vinculadas às transformações domésticas, levaram ao aumento da competição entre os Estados. Essa desestabilização também esteve relacionada a uma nova dinâmica internacional do médio oriente concretizada ao longo dos anos, devido à presença de atores tais como China e Rússia, além da incapacidade dos Estados Unidos de resolverem os conflitos na região.*

Esse processo de desestabilização foi aprofundado a partir da Primavera Árabe de 2011, devido ao aumento no grau de insegurança e incerteza gerada. Esse processo de crescente desestabilização do Oriente Médio teve relação na mudança qualitativa da projeção de Arábia Saudita, Irã, Israel e Turquia para o Chifre da África.

Decorrentes do problema central mencionado acima, o trabalho ainda buscou discutir outras questões a fim de guiar a análise. Com isso, visou-se explorar neste trabalho (1) qual o contexto geopolítico do Oriente Médio e do Chifre da África em que se desenvolveu essa projeção, (2) como evoluiu a projeção de Arábia Saudita, Irã, Israel e Turquia no Chifre africano? Quais os objetivos e interesses desses países? e (3) Como esta projeção esteve relacionada às transformações regionais e sistêmicas?

O **objetivo geral** desta tese foi analisar o processo no qual a nova realidade geopolítica das potências médio-orientais (Arábia Saudita, Irã, Israel e Turquia) transformou a região do Chifre da África em espaço de projeção entre 2001 e 2021. Em relação aos **objetivos específicos**, os quais também correspondem à organização deste trabalho, foram os seguintes:

- (1) Discutir as transformações geopolíticas do Oriente Médio entre 2001 e 2011, analisando os principais aspectos das realidades domésticas, regionais e sistêmicas de Israel, Irã, Arábia Saudita e Turquia no referido período. Com isso, visa-se destacar as principais transformações geopolíticas da região, em especial o aumento de espaços de rivalidade e cooperação a partir da invasão americana ao Afeganistão. Por fim, objetiva-se examinar o processo de securitização do Chifre da África decorrentes da estratégia americana com a Guerra do Terror, o qual expandiu o processo de militarização para além do Oriente Médio.

⁵ A perspectiva de securitização, como será trabalhada ao longo do trabalho, diz respeito à criação e expansão de novas e velhas ameaças. Como inicialmente elaborada por Ole Weaver (1995), a securitização é um processo no qual ameaças podem ser construções de determinado grupo ou Estado. Como no caso da geopolítica do Oriente Médio a partir de 2001 o “terrorismo”, apesar de ser uma ameaça concreta, teve uso expandido para justificar determinadas ações com fins políticos ou estratégicos. Outro exemplo a ser citado é o arsenal de armas de destruição em massa do Iraque, ameaça essa nunca “concretizada”. Dessa forma, o processo de securitização expande aquilo que pode ser considerado como ameaça, muitas vezes envolvendo interesses políticos, econômicos, securitários entre outros.

- (2) Analisar a projeção das potências médio-orientais para o Chifre da África entre 2001 e 2011, considerando seus aspectos históricos, pontos de mudança, as oportunidades e limitações, bem como as conexões com as transformações sistêmicas, regionais e domésticas do referido momento.
- (3) Examinar as mudanças na geopolítica do Oriente Médio entre 2011 e 2021, decorrentes da Primavera Árabe, explorando o impacto destes eventos na realidade doméstica, regional e sistêmica das potências médio-orientais. Almeja-se discutir as demais transformações no período, em especial o aumento da insegurança regional e a mudança nos atores externos atuantes no Oriente Médio. Do mesmo modo, visa-se debater como estas transformações se refletiram no Chifre da África, destacando-se neste processo a Guerra do Iêmen e a crise no Sudão.
- (4) Discorrer sobre a intensificação da projeção das potências médio-orientais para o Chifre da África entre 2011 e 2021, em especial o processo de expansão das rivalidades e interesses destes países, do mesmo modo que as mudanças de estratégias, limites e avanços nas suas projeções para a sub-região.

A **hipótese principal** do trabalho corresponde ao entendimento de que a crescente presença das potências do Oriente Médio no Chifre da África entre 2001 e 2021 partiu de inflexões oriundas de transformações sistêmicas, regionais e domésticas, em que elementos comuns podem ser destacados:

Primeiro, as mudanças geopolíticas no Oriente Médio, desencadeadas pela falha estratégia da Guerra ao Terror, resultaram na desestabilização regional devido a maior competição desencadeada. Esse nível de desestabilização regional foi aprofundado após a Primavera Árabe devido ao aumento da insegurança regional dos Estados, e do cenário de incertezas e competição resultante. Tanto o processo de securitização da Guerra ao Terror, quanto os conflitos da Primavera Árabe, abarcaram o Chifre da África, conectando a sub-região africana nessas dinâmicas médio-orientais. Como resultado, elevou-se a percepção da importância geoestratégica dos Estados do Chifre para as potências médio-orientais.

Segundo, desde 2001 a nova dinâmica sistêmica do Oriente Médio vem sendo caracterizada pela perda de espaço dos Estados Unidos, em grande parte por suas estratégias terem trazido maior instabilidade regional, e pelo crescimento da participação de outros atores externos como China e Rússia, os quais têm representado uma oportunidade de alinhamento e inserção externa. Assim como no Chifre da África, essa nova dinâmica internacional tem se refletido nas correlações de força, abrindo espaços e oportunidades de atuação para a projeção de Irã, Arábia Saudita, Israel e Turquia para o Chifre da África.

Terceiro, as transformações domésticas vivenciadas por estes países entre 2001 e 2021, tais como mudanças de governo, situação econômica e perspectiva securitária, tiveram relação com a projeção dos países do Oriente Médio para o Chifre da África na medida em que resultaram nas diferentes condições de projeção, nas estratégias adotadas, bem como na intensidade de atuação no Chifre.

A **justificativa** para a escolha desta temática e abordagem segue três pontos principais. Em primeiro lugar, o impacto da presença de Arábia Saudita, Irã, Israel e Turquia para a geopolítica do Chifre Africano constitui uma agenda de pesquisa ainda em desenvolvimento, que vem crescendo nos últimos anos. Dentre os estudos acerca da ingerência externa na África, muito se destaca o papel das ex-potências coloniais, como a França, ou o papel dos Estados Unidos, China e Índia. No entanto, os países objeto desta pesquisa possuem laços históricos (por exemplo, desde antes da expansão do islã), econômicos e culturais com o continente africano e com Chifre em específico. Enquanto Estados contemporâneos, estes países estão presentes na região há décadas, desde os movimentos de libertação nacional aos desafios da nova ordem mundial multipolar.

Nos últimos anos, pode-se perceber uma intensificação e maior procura por parte destes países para garantir seus interesses na região, exigindo uma compreensão analítica dessa projeção. Com o crescimento desta agenda de pesquisa, este trabalho procurou contribuir tendo como *foco principal* demonstrar, de forma ampla e conjunta, os processos de inflexão ocorridos nas primeiras décadas do milênio que resultaram na crescente presença desses países no Chifre da África. Ou seja, o principal objetivo foi analisar de forma sistêmica a gradativa projeção desses atores no Chifre, demonstrando os níveis de rivalidade e cooperação.

Ressalta-se que *não constituiu objetivo desta tese abordar extensivamente sobre a realidade própria de cada país médio-oriental* durante o marco temporal adotado. Uma vez que o estudo aprofundado de cada caso demandaria mais tempo de pesquisa, conseqüentemente na extensão do trabalho, buscou-se com isso, destacar aspectos principais e comuns na análise da projeção médio-oriental para o Chifre. A partir disso, procurou-se demonstrar os pontos mais relevantes da realidade doméstica, regional e sistêmica de cada país, que pudesse contribuir para a análise conjunta dessa projeção. Entende-se que a discussão mais ampla desse processo seja um passo importante para abrir espaços para análises mais extensivas e aprofundadas de cada caso.

Em segundo lugar, esta pesquisa visou contribuir com os estudos africanos e do Oriente Médio, e a interação entre as duas regiões, na disciplina de Relações Internacionais, sobretudo no Brasil, a fim de compreender o sistema internacional em transformação e os rumos da

política internacional. Assim, entende-se que os estudos dessas regiões no Brasil devem continuar a serem desenvolvidos e valorizados, pois auxiliam na compreensão da política internacional e, conseqüentemente, nas condições de inserção nacionais do Brasil em termos econômicos, políticos e diplomáticos.

O Brasil possui relações não só com os países do Chifre Africano, mas também com todos os países do Oriente Médio destacados neste estudo. De acordo com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), o Brasil possui relações diplomáticas com a Etiópia desde 1951, com a Somália desde 1987, Eritreia e Djibuti desde 1996, com o Sudão desde 1968 e, mais recentemente, com o Sudão do Sul em 2011. Suas relações econômicas têm espaço para investimentos, ainda que o comércio com estes países seja modesto, composto sobretudo pela exportação de produtos primários. Além dos laços econômicos e políticos, o Brasil também possui ações no âmbito de pesquisa e na segurança alimentar. Destaca-se neste sentido, a parceria entre Brasil e Etiópia firmada em 2018 por meio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e do Instituto Etíope de Pesquisa Agrícola (*Ethiopian Institute of Agricultural Research*, EIAR, na sigla em inglês) para cooperação técnica para o manejo sustentável de solos (Embrapa, 2018, online). Do mesmo modo, entre 2010 e 2012, o Brasil doou cerca de 65 mil toneladas de alimentos à Somália além de demais auxílios financeiros para agências da Organização das Nações Unidas (ONU) atuantes no país e na região, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) (MRE, 2020a, 2020b, 2020c, 2020d, 2020e, 2021, online).

Em relação ao Oriente Médio, o Brasil possui laços diplomáticos antigos, com a Turquia desde 1858 (assinatura do Tratado Bilateral de Amizade e Comércio entre o Império brasileiro e o Império Turco-Otomano), com o Irã desde 1903 (então referido como Pérsia), com Israel desde 1949 e com a Arábia Saudita desde 1968 (MRE, 2020f, 2020g, 2020h, 2020i, online). Com estes países o Brasil possui relações mais consolidadas e com espaço para crescimento. No caso da Arábia Saudita, por exemplo, maior parceiro comercial do Brasil na região, o total das trocas comerciais somou cerca de 4,4 bilhões de dólares em 2018, somando produtos primários, manufaturados e semimanufaturados. A Arábia Saudita também é o maior fornecedor de petróleo ao Brasil. Dessa forma, a escolha da temática desta tese também demonstra como transformações regionais possuem impactos mais extensos e importam ao Brasil e ao mundo. Apesar da distância entre Brasil e o Chifre da África e a rota marítima do Mar Vermelho, a importância estratégica da região à nível sistêmico torna necessário compreender suas transformações.

Em terceiro lugar, a temática também estimula pensar os rumos do desenvolvimento

dos países do Chifre Africano e quais alternativas estes países, objetos deste estudo, podem oferecer. Apesar da histórica presença externa no continente, os Estados Africanos possuem interesses e capacidades, ainda que muitas vezes limitadas, na sua atuação externa. Não obstante, os países da sub-região africana não foram recipientes passivos da projeção médio-oriental, uma vez que buscaram avançar seus próprios interesses a partir dessas conexões externas, como será demonstrado ao longo do trabalho. Além disso, com a intensificação da presença das potências do Oriente Médio, é necessário pensar se haverá ou não uma resposta de países como China, Estados Unidos, França, entre outros, que são parceiros tradicionais da sub-região⁶. Portanto, a discussão acerca das suas transformações geopolíticas traz importantes impactos para a política internacional e devem ser compreendidas nas esferas acadêmicas, políticas, econômicas e sociais.

Com isso, os **fundamentos teóricos e conceituais** que permeiam o trabalho partem da perspectiva de que a relação entre o Chifre da África e o Oriente Médio passam por uma renovação geopolítica. Entende-se que a partir de 2001 e como consequência da Guerra ao Terror verificam-se o surgimento de dinâmicas de interação, as quais tem reforçado a importância geoestratégica destes espaços nas relações internacionais. Nesse sentido, pensar em renovação geopolítica é pensar em mudanças políticas, socioeconômicas e securitárias de uma determinada região. Essas mudanças são resultado de transformações ao longo do tempo envolvendo fatores intraestatais, regionais e sistêmicos. Para Saul Cohen (2003, p. 12), a geopolítica é resultado da relação entre os elementos geográficos de um local com os processos políticos que ali ocorrem (essas características geográficas e as relações políticas influenciam-se mutuamente). Em síntese, a geopolítica é a interação entre os agentes, sejam estes Estados ou demais atores relevantes, com um determinado espaço, cujas fronteiras não são necessariamente relacionadas às fronteiras físicas. Esta perspectiva dinâmica e interacional da geopolítica auxilia a compreender que a relação política-espaço está em constante movimento.

⁶ Por ser foco de grande interesse externo, a presença dos países do Oriente Médio no Chifre da África soma-se às demais potências externas interessadas na região. À primeira vista, a reação externa à presença destes atores tem relação com seus impactos econômicos, políticos e securitários. A atuação de Arábia Saudita, Irã, Israel e Turquia pode ou não atender aos interesses de demais países extrarregionais no Chifre, uma vez que possuem seus próprios interesses na região. Jens Heibach (2018, p. 8-9), por exemplo, já alertava sobre os possíveis efeitos da presença saudita, iraniana e turca na África irem de encontro aos interesses europeus no continente. Dessa forma, a reação de outros países à presença médio-oriental no Chifre da África, ainda que não observada neste trabalho, constitui um interessante campo de pesquisa sobre a projeção médio oriental para o Chifre.

Dessa forma, a presente pesquisa parte da compreensão de que há um processo de projeção extrarregional/penetração extrarregional⁷ das potências do Oriente Médio para o Chifre Africano. Segundo Igor Castellano (2017, p. 70):

[...] O conceito de penetração extrarregional diz respeito à interferência de atores extrarregionais (sobretudo potências globais) de maneira efetiva em regiões que não sejam a sua própria. A maneira efetiva é representada na criação ou na supressão de ameaças, no intervencionismo, na penetração comercial, empresarial e ideológica e no estabelecimento de um sistema de pressão ou suporte para a realização de seus interesses [...]

O autor ainda ressalta que não são somente Estados que se enquadram neste mecanismo. Organizações financeiras internacionais, empresas, organizações internacionais, até ideias políticas como democracia e direitos humanos podem impactar determinado sistema regional. Além disso, Castellano (2017, p. 70) ressalta que é por meio deste mecanismo que um sistema regional se conecta com esferas mais amplas, estruturais ou interacionais, do sistema internacional. Para que isso ocorra, depende-se do grau de abertura de uma determinada região à influência externa, bem como o interesse e capacidades externos aliados à agência dos Estados locais.

Nesse sentido, uma região, de acordo com Gil Merom (2003, p. 112-113) e sintetizado por Federico Donelli (2019a, p. 47-48), possui um valor intrínseco, extrínseco e um valor ‘negativo’ para ação de um ator extrarregional. Ou seja, em primeiro lugar, deve-se considerar o quão importante é o controle de seus recursos, sobretudo econômicos; em segundo lugar, deve-se levar em consideração o quanto esta região importa em relação à sua influência nas dinâmicas mais amplas, como por exemplo, a centralidade de uma região de servir como defesa ou acesso para outra (Merom, 2003, p. 112); e, por fim, o quão importante é a influência política nessa região para contrapor ou limitar a ação de um Estado rival. Com isso, a projeção de potências externas e seus reflexos na região podem assumir diversas expressões, como competição, cooperação, distanciamento, entre outros aspectos (Donelli, 2019a, p. 48; Paul, 2012, p. 9; Miller; Kagan, 1997, p. 58). Ressalta-se também que estas características da projeção extrarregional não se referem somente a potências sistêmicas, abarcando também outras potências com menor capacidade.

Ademais, a projeção extrarregional relaciona-se com o conceito de política externa dos Estados, embora compreenda processos mais amplos. Segundo Christopher Hill (2016, p. 4), a

⁷ Embora muitos trabalhos percebam o Oriente Médio e o Chifre da África como partes de uma mesma região, adotou-se neste trabalho a perspectiva “extrarregional”, considerando-as como duas regiões distintas. Optou-se por essa caracterização a fim de abordar as dinâmicas políticas, econômicas e securitárias específicas e separadamente tanto dos Estados africanos, quanto do Oriente Médio.

política externa pode ser definida como “a soma das relações externas oficiais conduzidas por um ator independente (geralmente, mas não exclusivamente um Estado) nas relações internacionais”⁸. Compreender a política externa de um país requer pensar nos atores (estatais ou não) envolvidos na formulação dessa política, os contextos domésticos, regionais e sistêmicos, bem como os objetivos almejados. Ou seja, a política externa oferece instrumentos para compreender os interesses nacionais de determinado país. Para o teórico Silviu Brucan (1983, p. 128-129), o *interesse nacional* é definido social e historicamente e corresponde aos objetivos de determinada nação na política internacional, a partir de determinado contexto. Acrescenta-se ainda que a política externa está relacionada não só com os países que se projetam para uma região, mas também aos países da própria região, que também possuem seus próprios interesses e objetivos com o engajamento externo. Em suma, a política externa está relacionada ao processo de penetração extrarregional.

A partir disso, a política externa dos Estados do Oriente Médio deve ser compreendida considerando uma relação multifatorial. Raymond Hinnebusch (2014, p. 1-34) destaca questões geopolíticas, a influência do nível sistêmico, as identidades que compõe o Estado, os envolvidos no processo decisório, o papel de atores externos, aspectos econômicos e financeiros dos Estados e o papel do exército dentro dos países, entre outros aspectos, como sendo fatores importantes na avaliação da ação externa dos países do Oriente Médio. Já Bahgat Korany e Ali Hillal Dessouki (2008, p. 26-27) consideram que a política externa deve ser entendida como a intersecção de fatores internos e externos, e nos casos dos países foco deste estudo, também a partir da sua posição em relação à hierarquia do sistema internacional. O professor Fred Halliday (2005), por fim, considera que para compreender a ação externa dos Estados médio-orientais deve-se levar em conta suas origens históricas, não de forma determinística, mas para entender o surgimento dos Estados modernos na região e como estes se desenvolveram. Além disso, o autor ressalta a necessidade de enxergar os Estados não como blocos únicos, mas cujo poder é diluído entre diferentes grupos e instituições. Para o autor, os fatores domésticos são importantes para avaliar os rumos de cada Estado. No presente trabalho, não é feita uma análise específica das políticas externas das potências médio-orientais, mas este fator está inserido na discussão mais abrangente da realidade doméstica de cada caso.

Voltando ao processo de projeção extrarregional, para Barry Buzan e Ole Waever (2003, p. 46-47) este processo também está conectado às dinâmicas securitárias de uma determinada

⁸ Tradução própria. No original: “[...] is the sum of official external relations conducted by an independent actor (usually but not exclusively a state) in international relations” (Hill, 2016, p. 4-5).

região⁹. Ou seja, ocorre quando atores externos se alinham com Estados locais. Geralmente, este processo segue a balança de poder e o padrão de cooperação e conflitos das dinâmicas regionais¹⁰. É importante ressaltar que na avaliação dos autores o Chifre possui ligações com o complexo de segurança do Oriente Médio¹¹, podendo ser considerado um sub-complexo, embora esteja mais conectado às dinâmicas do continente africano (Buzan, Weaver, 2003, p. 188, p. 258-260). Consideram ainda que o Chifre da África se caracteriza como um pré-complexo de segurança, no qual as relações securitárias bilaterais entre as unidades da região possuem um potencial para formação de um complexo. No entanto, não há uma ligação suficiente entre os Estados para seu estabelecimento ou ainda fronteiras bem definidas que limitem as relações securitárias (Buzan, Weaver, 2003 p. 64, p. 243). Sobre a presença externa em uma determinada região, Buzan e Waever (2003, p. 490) também trazem o conceito de *overlay*, que ocorre:

Quando os interesses de grandes potências externas transcendem uma mera penetração, e passam a dominar a região tão intensamente que as dinâmicas locais de interdependência securitária praticamente cessam de operar. Geralmente resulta no posicionamento a longo prazo das forças armadas das grandes potências na região, e no alinhamento dos Estados locais de acordo com as rivalidades entre as grandes potências.¹²

Ou seja, este mecanismo refere-se à capacidade da presença externa de alterar de maneira profunda as relações de uma determinada região e a característica das unidades. Como exemplo deste processo, pode-se citar o colonialismo na África, no qual estruturas e suas relações foram

⁹ As dinâmicas securitárias estão relacionadas, na perspectiva de Buzan e Waever (2003, p. 53), às dinâmicas específicas de um complexo regional de segurança. Essa teoria foi elaborada por estes autores e diz respeito a um determinado espaço (compreendendo uma região ou não), que possui fronteiras delimitadas, uma estrutura anárquica, caracterizado por certa polaridade (distribuição de poder) e por um padrão de cooperação e conflito construído ao longo do tempo. Com isso, países que possuam padrões securitários comuns são integrados em um mesmo complexo.

¹⁰ A balança de poder (embora tenha muitos significados), refere-se para Martin Wight (2019, p. 173-174) à busca de uma distribuição equilibrada de poder, ou seja, que nenhum poder seja preponderante a ponto de ameaçar ou sobrepor os outros Estados. Já o padrão de cooperação e conflito, segundo Igor Castellano (2017, p. 68), diz respeito ao “predomínio de determinada relação de cooperação ou conflito entre atores sistêmicos em um determinado período de tempo”. Há, no entanto, diferentes expressões dessas relações. De um lado, por exemplo, pode haver conflitos, declarações controversas, crises diplomáticas, entre outros, enquanto no outro lado pode-se variar da aproximação diplomática às iniciativas cooperativas (Castellano, 2017, p. 68-69).

¹¹ A teoria do Complexo Regional de Segurança representa um importante esforço teórico para a análise da interação entre Estados em um determinado espaço, da atuação um Estado em outro complexo, ou ainda a relação entre diferentes regiões. A abordagem da presente tese, no entanto, não aprofunda nesta teoria, buscando trazer uma visão histórica e gradativa do processo de projeção médio-oriental para o Chifre da África, portanto, não ficando restrito à perspectiva dos complexos regionais de segurança.

¹² Tradução própria. No original: “[...] *when the interests of external great powers transcend mere penetration, and come to dominate a region so heavily that the local dynamics of security interdependence virtually cease to operate. It usually results in the long-term stationing of great power armed forces in the region, and in the alignment of the local states according to the patterns of great power rivalry [...]*” (Buzan, Waever, 2003, p. 490).”

intensamente afetadas pelo controle externo (Buzan, Weaver, 2003, p. 61-64). Para Federico Donelli (2019a, p. 46), também se poderia considerar a projeção das potências do Oriente Médio como um caso de *overlay*, sobretudo se observado o período posterior à Primavera Árabe de 2011, em que se aumenta a interdependência, tanto em termos de segurança, quanto nas dinâmicas internas e regionais do Chifre. A exportação das dinâmicas regionais do Oriente Médio acaba impactando nas da sub-região africana, pelo menos em algum grau. Um primeiro exemplo do caso de *overlay* seria a presença militar na região, principalmente de Turquia, Emirados Árabes Unidos e Catar (Donelli, 2019a, p. 46). Outro exemplo, seriam as relações entre Etiópia e Eritreia, que depois de anos de rivalidades, aproximaram-se após o acordo de paz mediado pelos árabes, refletindo na tentativa de estabilidade regional (Donelli, 2019a, p. 225). No entanto, na presente tese, optou-se por utilizar o termo “projeção extrarregional” ao de “*overlay*”, por considerá-lo um conceito que abrange de maneira mais ampla a projeção médio oriental e seus efeitos no Chifre da África entre 2001 e 2021.

Sobre este aspecto, os efeitos da projeção extrarregional para o Chifre África são vários. Novamente, Castellano (2017, p. 70) ressalta que estas projeções podem afetar o nível de interação e das unidades, assim como ter efeitos na estrutura da região (ou seja, na distribuição de poder e na ordem regional). Consequentemente, a projeção extrarregional pode ter efeitos a nível doméstico, regional e sistêmico para determinada região. A história do próprio continente africano é uma ilustração desse processo visto que as intervenções desde o imperialismo Europeu e posteriormente, durante a Guerra Fria e após seu término, tiveram efeitos de longo prazo nas realidades internas e regionais dos países africanos (Schmidt, 2013).

Por fim, além da perspectiva de renovação geopolítica e da projeção extrarregional por parte dos países citados, outro conceito importante para entender estes processos está o de crise e transição sistêmica. Para Immanuel Wallerstein (2007, p. 146, tradução própria¹³), entende-se por crise como “[...] a circunstância em que um sistema histórico evoluiu até o ponto em que o efeito acumulativo de suas contradições internas impede que o sistema resolva seus próprios dilemas por meio de ajustes em seus padrões institucionais vigentes [...]”. Ainda para o autor, todo sistema histórico possui um começo, meio e fim, cuja sucessão será a emergência de novo sistema. As crises que acontecem antes da chegada do novo sistema histórico compõem o período chamado de transição (Wallerstein, 2007, p. 147-148). Ou seja, até a emergência de um novo sistema, haveria conflitos entre velhas instituições e as novas emergentes.

¹³ Tradução própria. No original: “[...] *la circunstancia en que el efecto acumulativo de sus contradicciones internas impede que el sistema resuelva sus propios dilemas por medio de ajustes en sus patrones institucionales vigentes.* [...]” (Wallerstein, 2007, p. 146).

Nesse sentido, após anos da hegemonia norte-americana, consolidada após a Segunda Guerra Mundial e que durou até fim da Guerra Fria, entende-se que as relações internacionais estão em processo de crise e transição, visto que de um lado tem-se a ascensão de outros polos de poder político e econômicos, como a China, e de outro, o enfraquecimento da hegemonia norte-americana, incapaz de atender às demandas sistêmicas. Essa fase de crise e transição, característica das transições hegemônicas, reflete-se na crescente disputa econômica e política entre os polos de poder emergentes e central, bem como pelos conflitos em partes da periferia mundial. O Oriente Médio e a África são exemplos deste processo, em que as disputas internacionais refletiram em intervenções militares, disputas por influências, realinhamentos estratégicos, entre outros aspectos. Dessa forma, o aspecto sistêmico também pode ser considerado um fator explicativo da projeção médio oriental para o Chifre da África, visto a alta penetração de potências externas em ambos os locais.

Em relação à temática da tese, a projeção extrarregional dos países do Oriente Médio para o Chifre da África constitui uma agenda acadêmica vasta que tem crescido ao longo dos anos, sobretudo pelas transformações recentes nas relações entre as duas regiões. Estudos ressaltam que as potências médio orientais possuem laços históricos com os países do Chifre desde a Guerra Fria até as dinâmicas atuais (Donelli, 2019a, p. 50). Destaca-se, por exemplo, os laços históricos da Arábia Saudita com a região desde o século XX (De Waal, 2019, p. 1). Dessa forma, os países do Oriente Médio não são atores desconhecidos dos países do Chifre. No entanto, a projeção destes atores variou ao longo do tempo e esteve relacionada com seus contextos domésticos, regionais e sistêmicos. Alguns eventos mais recentes, como a crise financeira de 2008, a Primavera Árabe de 2011, a Guerra Civil do Iêmen em 2015 e a crise do Golfo de 2017¹⁴ são destacadas pela literatura como pontos de inflexão e de intensificação dessas projeções (Cardoso, 2020; Cannon & Donelli, 2019a, p. 1-3).

Do mesmo modo, são diferentes Estados do Oriente Médio que se projetam para a região. A literatura ressalta principalmente o papel do Irã (Carson et al., 2020; Heibach, 2020; Lefebvre, 2019; Feierstein, 2020; entre outros), Arábia Saudita (Kabandula, Shaw, 2018; De Waal, 2019; Heibach, 2020; entre outros), Israel (De Wall, 2019; Carson et al., 2020; Gidron, 2020; entre outros) e Turquia (Carson et al., 2020; Heibach, 2020; Feierstein, 2020; Kabandula, Shaw, 2018; entre outros). Também se destaca o papel do Egito, Emirados Árabes Unidos e

¹⁴ A crise do Golfo de 2017 refere-se ao rompimento das relações diplomáticas entre Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Bahrein e Egito com o Catar, após acusações deste país ser um aliado iraniano, bem como apoiador de movimentos islâmicos como a Irmandade Muçulmana. Após quase quatro anos dessa crise, na reunião do Conselho de Cooperação do Golfo no início de 2021, foi assinada a declaração “Al-Ula” que normalizou a relação entre os membros (Donelli, 2019a, p. 160-161; Ulrichsen, 2021, online).

Catar, e são lembradas as ações de Omã, sobretudo pela proximidade com o Chifre da África (Huliaras, Kalantzakos, 2017; Kabandula, Shaw, 2018; Vertin, 2019; De Wall, 2019, p.1; Carson et al., 2020, p. 23; Feierstein, 2020).

A projeção desses países para a região, que se alternou ao longo do tempo, justifica-se a partir de seus contextos internos e externos e das possibilidades de ganhos e interesses destes Estados na conexão com os países do Chifre. Estes interesses envolvem desde questões políticas, econômicas, securitárias, culturais e sociais (Cannon; Donelli, 2019b, p. 4). No entanto, para Brendon Cannon e Federico Donelli (2019b, 2-5), a projeção mais recente de países como Turquia, Irã e os países do Golfo, dentre os quais a Arábia Saudita, tem tido como objetivo a aquisição de poder por meio da construção de alianças e influência na região do Chifre, bem como na tentativa de restringir a ação de países rivais. Como já mencionado, essa projeção tem cada vez mais se relacionado com as dinâmicas regionais do Oriente Médio e a disputa pela hegemonia na região (Heibach, 2020, p. 70). De qualquer modo, a região do Chifre da África, que já era espaço de projeção desses países devido à proximidade geográfica e aos laços históricos, teve sua importância renovada devido às transformações ocorridas nas primeiras décadas do século XXI.

Em relação a uma perspectiva teórica sobre a projeção médio oriental foram levantadas algumas hipóteses. Federico Donelli (2019a), em seu livro *Le Due Sponde del Mar Rosso*, analisou a projeção de Arábia Saudita, Irã, Emirados Árabes Unidos, Catar e Turquia, antes e após a Primavera Árabe de 2011 para a sub-região e sugeriu duas hipóteses principais. Em primeiro lugar, que há um crescente interesse dos Estados médio orientais no Chifre da África, derivados de fatores domésticos, regionais e sistêmicos refletidos na política externa desses países. Em segundo lugar, que este crescente interesse e extensão das dinâmicas do Oriente Médio para o Chifre, levam a um processo de “*médio orientalização*” da sub-região (Donelli, 2019a, p. 6). Este processo está conectado às mudanças na realidade dos Estados, e segundo o autor, não possui precedentes históricos. As mudanças pós-Primavera Árabe levaram a alterações geopolíticas que revitalizaram a importância do Mar Vermelho e dos países do Chifre da África para os países do Oriente Médio (Donelli, 2019a, p. 222). Como consequência, tem-se um alargamento do complexo de segurança médio oriental, ou seja, das relações de cooperação e conflito da região, que passam a se expandir para a costa oeste do Mar Vermelho (Donelli, 2019a, p. 224-225). Diferentemente da perspectiva adotada neste trabalho, o foco do livro de Donelli está na análise da expansão das questões médio orientais e sua capacidade de alterar as dinâmicas do Chifre da África.

Em relação aos países elencados neste estudo, a literatura destaca que a projeção da

Turquia para o Chifre da África faz parte de uma projeção mais ampla do país para o continente africano. Com a chegada ao poder de Recep Tayyip Erdogan em meados dos anos 2000, a política externa africana da Turquia expandiu-se, estabelecendo inúmeras embaixadas e projetos de cooperação. Em relação ao Chifre, a Turquia é um dos principais aliados da Somália, país no qual Ancara tem investido em diversas áreas, desde infraestrutura a ajuda humanitária, sobretudo após uma visita de Erdogan ao país em 2011 (Ozkan, 2012, p. 122). Como resultado, em 2017, o país estabeleceu uma base militar em Mogadíscio (Carson et al. 2020, p. 25-26). Foi a partir dessa atuação na Somália em 2011, que o país intensificou sua presença no Chifre africano (Donelli, 2019a, p. 212). Como resultado dos esforços diplomáticos, a Turquia também possui relações políticas e econômicas com todos os países do Chifre. Sua atuação na região nos últimos anos tem tido o apoio do Catar, onde o país também possui uma base militar.

Em relação à projeção iraniana para o Chifre, apesar de ser uma antiga área de atuação de Teerã desde a Guerra Fria, esta visava aliviar seu isolamento internacional devido as sanções econômicas impostas ao país, sobretudo durante o mandato do ex-presidente Mahmoud Ahmadinejad (2005-2013). Com isso, Teerã se aproximou, não só dos países do Chifre, como o Sudão e Eritreia nesse momento, mas demais países africanos ricos em urânio ou participantes dos organismos internacionais (Rubin, 2013, p. 2; p. 5). Os iranianos também são acusados de utilizar a rota do Mar Vermelho para o fornecimento de armas para grupos insurgentes, como os Houthis do Iêmen, embora exista dúvidas sobre esse ponto (Carson et al, 2020, p. 41; Melvin, 2019c, p. 9)¹⁵. O Irã também esteve presente em atividades antipirataria na região e chegou a utilizar o Porto de Assab na Eritreia entre 2008 e 2015. Ainda que Teerã tenha reduzido suas atividades no Chifre devido a disputas geopolíticas com os países do Golfo, o país ainda buscou garantir sua presença naval na região (Melvin, 2019b, p. 9-10).

Esta projeção do Irã levou aos países do Golfo, principalmente a Arábia Saudita, a buscar conter os avanços iranianos, tanto por meios econômicos como políticos, intensificando sua presença no Chifre Africano (Melvin, 2019c, p. 9-10). No caso de Riad, segundo Jens Heibach (2020, p. 71-72), não obstante os laços históricos com a região, intensificou sua projeção com a chegada ao poder do príncipe Mohammad bin Salman e com o conflito no Iêmen em 2015. Heibach (2020, p. 74) ressalta que a Arábia Saudita tem investido pesadamente nos países do Chifre em diferentes áreas, a fim de garantir não só aliados diplomáticos, mas também

¹⁵ Muitos pesquisadores acreditam que o Irã utilize a rota do Mar Vermelho para enviar armamentos a grupos considerados aliados, como Hezbollah, Hamas e os Houthis no Iêmen (Melvin, 2019c, p. 9). Embora acredite-se que grupos iranianos sejam responsáveis pelas transações, Teerã não estaria diretamente armando grupos no Chifre da África e outros países também seriam responsáveis pela presença de armamentos na região (Carson *et al.*, 2020, p. 41).

ganhos econômicos. A Arábia Saudita visa não apenas garantir sua segurança alimentar, como a compra de alimentos e terras, mas também a segurança da Península Arábica, onde busca conter o avanço de Teerã, por exemplo (Alexandre, 2020, p. 25-26)

Por fim, Israel é o país que possui uma aproximação mais contida no Chifre da África nos últimos anos. Tel Aviv, no entanto, também possui laços históricos com a região, como por exemplo, com os movimentos separatistas do Sudão, antes da independência do Sudão do Sul (Bishku, 2019, p. 40-41). Nos últimos anos, Israel tem procurado se projetar para outros países africanos, onde investe em setores como agricultura, tecnologia e defesa. Apesar da pouca participação, a normalização das relações entre Israel e Sudão no final de 2020 indicam que as transformações na sub-região são acompanhadas por Tel Aviv¹⁶. No Chifre, a Etiópia, país com parte da população judaica, é um dos principais aliados de Israel, além do Sudão do Sul. Por fazer parte de seu entorno estratégico, a segurança marítima no Mar Vermelho e a contenção dos avanços iranianos no continente e no Oriente Médio também importam à Israel (Alexandre, 2020, p. 28-29; Gidron, 2020, p. 21-23; Carson *et al*, 2020, p. 29-31).

Dessa forma, a fim de entender a recente projeção dos países médio orientais para o Chifre da África deve-se compreender que a sub-região africana passa por um processo de renovação geopolítica, iniciada desde o fim da Guerra Fria e impulsionada pelos eventos da Guerra ao Terror e da Primavera Árabe. Ademais, tem relação com as transformações na ordem regional do Oriente Médio, assim como pela crise sistêmica que caracteriza o sistema internacional desde a década de 1990. A presente tese visa abordar essas diferentes questões a partir de uma leitura mais ampla deste processo.

Em relação aos **fundamentos metodológicos**, esta tese teve como objetivo analisar o processo de projeção das potências do Oriente Médio para o Chifre Africano entre 2001 e 2021. Dessa forma, para a efetivação da pesquisa, optou-se por realizar um recorte espacial. Apesar

¹⁶ Ao final do ano de 2020, junto com a participação americana, Israel e Sudão normalizaram as relações, com foco na prospecção de acordos econômicos e comerciais. No entanto, questões sobre o completo estabelecimento de relações diplomáticas ainda não foram esclarecidos (Spetalnick, Holland, Mason, 2020, online). A discussão sobre o tópico é aprofundada no capítulo 5.

de outros países como o Egito¹⁷, Emirados Árabes Unidos¹⁸ e Catar¹⁹ também possuem papel importante no Chifre, optou-se por destacar o papel de Arábia Saudita, Irã, Israel e Turquia, por 1) representarem as principais potências com capacidades políticas, militares e econômicas importantes, e 2) por revelarem as dinâmicas geopolíticas mais amplas da região do Oriente Médio, dinâmicas estas de cooperação e conflito. Desse modo, procurou-se realizar uma análise conjunta e histórica desse processo. Além disso, ainda que a projeção destes países abrangesse grande parte do continente africano, o foco escolhido foi a sub-região do Chifre, pela proximidade geográfica e por ser nessa região onde a disputa por interesses entre estes atores tem se demonstrado mais intensificada nos últimos anos.

Em relação ao recorte temporal da pesquisa, este compreendeu o período do ano de 2001 até 2021, sendo dividido em duas fases para fins de análise: de 2001 a 2011 e 2011 a 2021. O ano de 2001 se justifica pelas alterações nas dinâmicas securitárias do Chifre Africano, a partir da implementação da agenda antiterrorista e por sua crescente militarização, bem como pelas mudanças no contexto regional do Oriente Médio, após a invasão do Afeganistão e do Iraque. Entende-se com isso que mudanças regionais importantes ocorreram, que provêm o plano de fundo para a temática da pesquisa. Os Estados selecionados para o estudo tiveram diferentes períodos para sua projeção no Chifre ou continente africano como um todo. O ano de 2001 foi

¹⁷ Na presente tese, o Egito não foi elencado como uma das potências médio-orientais estudadas, pois sua dinâmica de relação com o Chifre da África abarca diferentes variáveis e interesses devido à proximidade geográfica. Além disso, devido à necessidade de delimitação espacial para fins analíticos, o caso egípcio é apenas mencionado em alguns trechos. Apesar disso, acredita-se que este país mereça uma atenção especial na sua relação com o Chifre da África. Os acontecimentos nos países vizinhos impactam tanto na sua estabilidade regional, como também doméstica. À exemplo deste último aspecto, está a construção da Barragem da Grande Renascença Etíope que tem sido um dos principais desafios aos interesses egípcios. As águas do Rio Nilo em torno do qual a maior parte da população egípcia se encontra, perpassa ou nasce no Chifre da África. Teme-se que a construção da barragem interfira no fluxo de água para o país. Cairo tem interesse histórico, econômico, político e securitário com os países do Chifre cuja análise demandaria outras variáveis, aos quais não foram foco deste estudo.

¹⁸ Os Emirados Árabes Unidos têm tido uma presença notável no Chifre da África, sobretudo após os eventos da Primavera Árabe. Assim como o caso egípcio, sua presença não foi abordada neste trabalho por fins de delimitação de análise. No entanto, a atuação do país tem sido significativa, seja em conjunto com os sauditas, seja a partir dos seus próprios interesses. Os Emirados Árabes Unidos projetaram-se mais fortemente para o Chifre da África a partir da segunda década dos anos 2010, a partir também de reorientações internas que reforçaram o interesse pela inserção mais assertiva do país. No Chifre, interesses econômicos, como o controle de portos, assim como securitários, devido à Guerra do Iêmen, tem guiado parte da sua projeção. Os Emirados Árabes Unidos também tem sido uma importante fonte de investimentos, assim como tem visado garantir sua segurança alimentar. Destaca-se também a participação do país na mediação entre Etiópia e Eritreia para os acordos de paz assinados em 2018 (Young; Khan, 2022).

¹⁹ O Catar tem ganhado proeminência na geopolítica médio-oriental nas últimas décadas. A pequena monarquia do Golfo tem atuado na mediação dos conflitos regionais, além de buscar-se projetar regional e internacionalmente. Esse destaque do Catar tem acendido um alerta em especial para a Arábia Saudita, temerosa da maior atuação de Doha no Oriente Médio. Esse alerta também tem se estendido para a atuação do Catar no Chifre da África. Assim como no caso egípcio e emiradense, a projeção de Doha para o Chifre não foi abordada ainda que o país seja um dos principais atores na região nos últimos anos. Assim como no caso de Abu Dhabi, a análise da projeção do Catar envolve o entendimento maior das dinâmicas intra-Golfo e do desenvolvimento das petromonarquias. O Catar também tem representado uma importante fonte financeira aos países do Chifre, atuando muitas vezes em conjunto com a Turquia na sub-região.

considerado como um marco no qual mudanças regionais desenharam o cenário em que a projeção mais recente desses países ocorreu.

Além disso, ainda que diferentes pontos de inflexão sejam destacados pela literatura para explicar a maior projeção dos países do Oriente Médio para o Chifre da África, como a crise financeira de 2008, a Primavera Árabe de 2011, a Guerra Civil no Iêmen de 2015 e a crise do Golfo de 2017, ressalta-se aqui o ano de 2011 como o ponto de intensificação das mudanças no Oriente Médio e das disputas regionais. Verificou-se a partir dos eventos ocorridos naquele ano, uma maior projeção para o Chifre da África e das relações de cooperação e conflito entre estes Estados. O marco temporal de 2011 representa um ponto de inflexão mais amplo para essas projeções, as quais se somarão aos demais pontos de mudança discutidos ao longo do trabalho. Ressalta-se também que este constitui um processo em andamento, com novas dinâmicas em desenvolvimento como será discutido mais adiante. Portanto, considerou-se o ano de 2021 como marco final da projeção para fins de delimitações da análise, visto que a pandemia do coronavírus diminuiu momentaneamente a intensidade dessa projeção.

É importante destacar que os países do Oriente Médio já atuavam na sub-região desde a Guerra Fria ou até mesmo antes, visto que foram herdeiros de Impérios como no caso da Turquia. Enquanto Estados nação modernos, estes se projetaram em diferentes momentos, devido aos diferentes contextos domésticos e regionais. Por exemplo, como será demonstrado no capítulo 3, Arábia Saudita, Irã e Israel já possuíam laços com os países do Chifre desde o século XX, mas suas presenças se alteraram ao longo do tempo. Já a Turquia, por outro lado, intensificou sua presença sobretudo na década de 2010. A competição entre estes países também resultou na variação de suas presenças, como por exemplo o Irã, que com a projeção saudita perdeu espaço nas dinâmicas do Chifre. Logo, procurou-se adotar este período do século XXI (2001-2021), a fim de analisar o processo mais amplo em que se desenvolveram as projeções desses países, ressaltando pontos comuns de mudança nas suas interações no Chifre africano, utilizando-se o método de procedimento histórico.

A pesquisa ainda combina um estudo descritivo e explicativo, pois além de relatar informações e descrever processos históricos e contemporâneos, também procura analisar e discutir as razões para os rumos do processo. Esta pesquisa, portanto, caracteriza-se como qualitativa pois objetivou compreender o processo e resultados da projeção de Arábia Saudita, Irã, Israel e Turquia para o Chifre Africano. O uso de dados quantitativos foi utilizado para dar apoio à discussão da tese.

Em relação às técnicas de pesquisa adotadas, utilizou-se principalmente fontes bibliográficas, como livros e artigos de referência. Para isso, foram acessados bibliotecas e

bancos de teses. Acessou-se ainda os estudos do Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA/UFRGS), bem como seus centros de pesquisa parceiros nacionais e internacionais. Além disso, documentos oficiais dos governos ou organismos internacionais foram utilizados e acessados *online*. Fontes de mídias eletrônicas foram utilizadas para acompanhar eventos mais recentes.

O trabalho foi estruturado em quatro capítulos – os quais seguem os objetivos específicos estipulados para o trabalho. Em primeiro lugar, buscou-se discutir as transformações geopolíticas do Oriente Médio entre 2001 e 2011, considerando os contextos domésticos, regionais e sistêmicos das potências da região, além de analisar como as mudanças se refletiram na securitização do Chifre da África durante o mesmo período. Com base nisso, o segundo capítulo centrou-se em analisar a projeção desses Estados para a sub-região no primeiro recorte temporal, analisando mudanças e continuidades nessas políticas.

No terceiro capítulo, buscou-se examinar as transformações geopolíticas desencadeadas pelos eventos da Primavera Árabe até 2021, também levando em consideração as realidades domésticas, regionais e sistêmicas de Israel, Irã, Arábia Saudita e Turquia. Do mesmo modo, refletiu-se como estes eventos impactaram no Chifre da África. Por fim, no quarto capítulo discorreu-se sobre a projeção dessas potências para o Chifre na segunda década do século XXI.

2 A GEOPOLÍTICA DO ORIENTE MÉDIO DE 2001 A 2011: ISRAEL, IRÃ, TURQUIA E ARÁBIA SAUDITA

O fim da Guerra Fria representa um marco de transformações sistêmicas nas relações internacionais contemporâneas. A partir de então, a bipolaridade que dominou parte do século XX, também se encerrou, afetando dramaticamente muitas dinâmicas regionais. Tanto a África, quanto o Oriente Médio foram regiões estratégicas durante o conflito Leste-Oeste, constituindo-se como importantes espaços de disputas sistêmicas. Contudo, suas respectivas posições na nova ordem internacional que se formava ainda estavam sendo definidas.

Durante a década de 1990, a África esteve marginalizada estrategicamente visto a diminuição de sua prioridade no sistema internacional, com diversos países imersos em crises políticas, econômicas e humanitárias. O Oriente Médio, da mesma forma, passava por conflitos, como a Guerra do Golfo de 1991. No entanto, sinais de avanços ocorreram ao longo dos anos como, de um lado, o fim do regime do *Apartheid* na África do Sul e as negociações de paz entre israelenses e palestinos. Desse modo, com a chegada do novo milênio ambas as regiões apresentavam sinais de recuperação para sua inserção internacional.

Com os ataques aos prédios do *World Trade Center* e ao Pentágono em setembro de 2001 organizado por membros do grupo al-Qaeda, a geopolítica das regiões do Oriente Médio e do Chifre da África foram transformadas. A Guerra ao Terror, liderada pelo governo do republicano George W. Bush, levou a intervenções militares americanas desde a Ásia Central ao continente africano (Schmidt, 2018, p. 6). É a partir deste episódio que se objetiva analisar neste capítulo as mudanças e continuidades na geopolítica do Oriente Médio até 2011, considerando também os cenários domésticos, regionais e sistêmicos de Israel, Irã, Arábia Saudita e Turquia. Visa-se compreender também como estas transformações do Oriente Médio estiveram ligadas à securitização do Chifre da África, desenhando o plano de fundo em que se deu a projeção destes países na região durante a primeira década do milênio.

2.1 DA GUERRA AO TERROR ÀS VÉSPERAS DA PRIMAVERA ÁRABE: A GEOPOLÍTICA DO ORIENTE MÉDIO DE 2001 A 2011

Os acontecimentos do início da década representavam, na perspectiva de Fred Halliday (2005, p. 131), a continuação das crises herdadas do período da Guerra Fria e dos desenvolvimentos da década de 1990 na região. Para o autor, os eventos domésticos se conectavam e formavam, aos poucos, o ambiente regional de crises desse período. Estas crises eram internas aos Estados, mas também interestatais, como a Guerra do Golfo de 1991. A

Guerra ao Terror, portanto, se insere nesse contexto mais amplo. Esta se concretizou pouco depois dos atentados de 11 de setembro de 2001, quando os Estados Unidos invadiram o Afeganistão, devido à suspeita do regime talibã, que governava o país, estar abrigando Osama Bin Laden, líder da al-Qaeda²⁰, grupo que reivindicou a autoria dos atentados. Sendo assim, a invasão ao Afeganistão se deu em 2001, logo em seguida aos ataques, tendo como alvo o grupo terrorista.

Com os atentados, os Estados Unidos obtiveram legitimidade internacional para concretizar a invasão ao Afeganistão. O prolongamento da presença estadunidense no país, entretanto, proporcionou um contexto de crescente resistência local aos norte-americanos. Mesmo com as tentativas de resolução do conflito, estas medidas não foram suficientes para estabelecer um governo estável e ainda que houvesse a promessa de diminuição das tropas americanas no país (Pizzi, 2015, online), foi somente vinte anos mais tarde, sob o governo de Joe Biden, que a retirada das tropas iria se concretizar. A mais longa guerra que Washington esteve envolvido resultou em uma estratégia falha, cujo resultado mais visível foi a fragilização do Estado afegão. Com a retirada dos Estados Unidos iniciada no fim da década e terminada de forma desastrosa em 2021, o regime do Talibã tomou o governo do país, derrubando o governo instalado anos antes, deixando um ponto de instabilidade regional. Como resultado de anos da presença militar norte-americana, um legado de inúmeras mortes e instabilidade política, social e econômica foi deixado no país da Ásia Central. Estima-se que mais de 5 milhões de afegãos tenham se tornado refugiados ou deslocados internos ao longo desses anos de conflito (Brooks, 2020, online).

Pouco tempo depois da invasão ao Afeganistão, sem contar com mesma legitimidade de antes, os Estados Unidos invadem o Iraque em 2003 sob justificativa do governo possuir arsenal de armas de destruição em massa (estas nunca foram encontradas)²¹. Como destaca Donelli (2019a, p. 122), a invasão ao Iraque visava a substituição do regime de Saddam Hussein para um regime pró-americano, bem como o maior acesso às reservas petrolíferas do país, levando à redução da dependência do petróleo saudita e os consequentes ganhos econômicos. No entanto, o resultado mais evidente da invasão foi a fragmentação do Estado iraquiano, que com a ausência de um governo central e coeso, abriu espaço para grupos insurgentes, como o

²⁰ A al-Qaeda é um grupo terrorista formado nos anos 1990 no Afeganistão e visava o combate aos países ocidentais, tendo Osama bin Laden como um dos seus organizadores (Halliday, 2005, p. 154-155; Schmidt, 2018, p. 33).

²¹ A defesa de que o Iraque possuía armas de destruição em massa mostrou ser um pretexto falso para justificar a invasão ao país, por parte da inteligência norte-americana. A existência desses armamentos nunca foi comprovada, o que levou à diminuição do apoio à invasão ao Iraque.

Daesh (também conhecido como ISIS ou Estado Islâmico), ascenderem no país, continuando com o cenário de violência.

Outro objetivo relacionado à invasão ao Iraque visava enfraquecer o Irã, país que também faz fronteira ao Afeganistão. Mas o país vizinho se tornou um país ativo no território iraquiano, tanto que em 2006 foi eleito como primeiro-ministro Nouri al-Maliki, apoiado por Teerã. Não só o Estado iraniano, mas também demais países da região, incentivados pela fragmentação estatal do Iraque, intervieram na política interna de Bagdá a fim de garantir a ascensão de grupos favoráveis aos seus interesses ou impedir a ascensão de grupos contrários.

A estratégia de Guerra ao Terror empreendida pelos Estados Unidos demonstrou-se malsucedida pois resultou na maior desorganização regional do Oriente Médio e provocou uma série de instabilidades derivadas dessas intervenções que afetam a realidade regional até o presente momento. Para os Estados Unidos, já os resultados da invasão ao Iraque geraram insatisfações internas, com apoio decrescente à intervenção militar, além dos elevados custos da guerra (Zunes, 2020, p. 331). Por outro lado, na esfera internacional, a sua estratégia de Guerra ao Terror perdera legitimidade devido a uma sequência de fatores. Pode-se mencionar as acusações de crimes de guerra cometidos por soldados americanos (por exemplo, o caso da prisão de Abu Ghraib onde casos de tortura foram relatados contra soldados iraquianos). Ou ainda, o falso pretexto da existência de armas de destruição em massa. Do mesmo modo, a instabilidade a que ficaram relegados o Afeganistão e o Iraque deslegitimaram ainda mais essa estratégia. Assim, como relembra Emmanuel Todd, desde 2002 os Estados Unidos têm enfrentado uma série de derrotas à nível internacional (Devecchio, 2023, online). Os seus objetivos geopolíticos almejados com a Guerra ao Terror, na verdade, resultaram em mais instabilidade regional, criando problemas maiores dos que os quais visava enfrentar. Isso acabou por demonstrar para os países do Oriente Médio a incapacidade norte-americana de resolver os problemas da região. Apesar de dirigir críticas à Guerra do Terror, a administração de Barack Obama (2009-2017) continuou com as intervenções militares, retirando gradualmente tropas americanas no Oriente Médio.

Nesse sentido, a Guerra ao Terror representou mais instabilidade do que soluções ao “problema do terrorismo” nos países-alvo. Para Yoslán González (2020, p. 64) a definição de Estados “patrocinadores” do terrorismo foi uma definição arbitrária para justificar a intervenção. Em grande parte, a agenda contraterrorista trazia por trás interesses econômicos e geopolíticos, o que gerava desconfiança e falta de apoio por parte dos outros países, além do receio por resultar em mais instabilidades políticas e econômicas. No fim das contas, Washington, como superpotência incontestável, vivia seu momento de “unilateralidade a todo

o vapor” (Dunne, 2003, p. 303)²², em que a necessidade de criar consensos em organismos internacionais, como o próprio Conselho de Segurança, ficava em segundo plano.

Algumas transformações regionais podem ser destacadas deste processo. Em primeiro plano, as mudanças geopolíticas mais evidentes na região estão relacionadas ao *enfraquecimento do Afeganistão e do Iraque*, dois países de posição estratégica na região. A queda desses regimes e o aumento de instabilidades geraram novos desafios regionais e sistêmicos, além da emergência de grupos insurgentes. Resultantes disso está um segundo aspecto: a *abertura de espaços para a competição regional*. Nesse sentido, Donelli (2019a, p. 123) destaca o maior espaço para a ação dos atores regionais. Como será visto mais adiante, um exemplo deste processo foi a Turquia, que atuou ativamente na região durante este período. Isso foi possível visto que outros países da região como a Arábia Saudita não conseguiram exercer um papel de liderança regional.

Em terceiro lugar, menciona-se sinais de mudanças sistêmicas desencadeadas a partir das intervenções militares no Oriente Médio. A supremacia dos Estados Unidos já no início dos anos 2000, como demonstrou Emmanuel Todd (2004), apresentava *sinais de declínio* da sua capacidade em manter-se como único polo de poder mundial. Na visão de John Mearsheimer (2018), foram as estratégias de consolidação de uma hegemonia liberal após a queda da União Soviética que criou esses empecilhos para a política externa dos Estados Unidos. Para o autor, hegemonia liberal significa “uma estratégia ambiciosa na qual um Estado visa transformar o maior número possível de países em democracias liberais semelhantes a si mesmo, ao mesmo tempo em que promove uma economia internacional aberta e constrói instituições internacionais” (Mearsheimer, 2018, p. 12)²³. A expansão da hegemonia liberal no Oriente Médio se deu, sobretudo, com a expansão da economia internacional, interligando estes países aos centros econômicos. No entanto, enquanto a expansão capitalista para outros espaços representava para alguns a consolidação da hegemonia americana, para outros gerava dúvidas sobre a capacidade de sustento dessa hegemonia liberal ou os critérios adotados sobre onde as democracias liberais eram estimuladas. Além disso, essa expansão arbitrária da hegemonia liberal correspondia, na verdade, a interesses políticos, econômicos e militares dos Estados patrocinadores.

²² Tradução própria. No original: “*The most obvious symptom of the crisis is the fact that the leading power in the world is in unilateralist overdrive. Rather than acting to create and strengthen global institutions, as it did after the Second World War, the US now treats these institutions with intense suspicion*” (Dunne, 2003, p. 303).

²³ Tradução própria. No original: “[...] *an ambitious strategy in which a state aims to turn as many countries as possible into liberal democracies like itself while also promoting an open international economy and building international institutions.* [...]” (Mearsheimer, 2018, p. 12).

No caso do Oriente Médio, essa expansão obteve diferentes reflexos. Robert Mason e Phillip Casula (2021, p. 175-177) destacam, por exemplo, que a desigualdade nos ganhos da globalização demonstrou mais uma das falhas da ordem capitalista liberal. Além desses desafios socioeconômicos, os autores ressaltam a estratégia malsucedida empreendida pelos Estados Unidos no Iraque e no Afeganistão, com altos custos tanto humanitários, financeiros, quanto geoestratégicos que reforçaram a perspectiva de que Washington estava perdendo espaço na geopolítica do Oriente Médio.

A conexão destes Estados à economia mundial os levou a sentirem os efeitos de outro evento marcante durante este período: *a crise financeira de 2008*. Esta crise imobiliária eclodida nos Estados Unidos teve seus efeitos sentidos por todo o mundo, como por exemplo, na produtividade industrial do leste asiático. Em sentido mais amplo, a crise econômica reforçou os debates acerca da crise da hegemonia norte-americana, pois para alguns a crise financeira fortaleceu a multipolaridade no sistema internacional (Pereira, Sardo, 2022, p. 29-35). Ainda que os Estados Unidos permanecessem como o Estado com maiores capacidades do sistema, países como China conseguiram superar as instabilidades, passando a estar mais presente no seu entorno regional a fim de garantir a continuidade do seu crescimento (Duarte, 2013, p. 20-21). Em síntese, a crise de 2008 afetou economicamente as potências sistêmicas, o que desencadeou efeitos nos países periféricos. Em muitos casos, reforçou situações econômicas já fragilizadas, diminuindo o ritmo do crescimento, aumentando o desemprego, inflação, entre outros aspectos.

Apesar dos efeitos econômicos não terem tido impactos diretos na geopolítica do Oriente Médio, a fragilização dos Estados contribuiu para impulsionar as manifestações de 2011 ao afetarem setores mais vulneráveis desses Estados. Dessa forma, o crescimento das taxas de desemprego e da inflação também tiveram relação com o desenvolvimento da insatisfação popular. No entanto, no Oriente Médio nem todos os países foram impactados da mesma maneira. A crise de 2008 diminuiu o preço do barril do petróleo afetando a economia dos países produtores, mas cujas reservas financeiras permitiram uma recuperação mais rápida. Entre 2005 e 2008, por exemplo, os altos preços do petróleo no mercado internacional favoreceram a ampliação de reservas financeiras e a diversificação econômica. A participação estatal na economia também foi uma das medidas tomadas. A Arábia Saudita, por exemplo, investiu cerca de 124,7 bilhões de dólares para estimular sua economia. Já outros países, como Egito e Marrocos, não tiveram a mesma sorte e foram afetados pela queda no turismo e das taxas de investimentos externos (Fakir, 2009, online).

Com isso, na primeira década dos anos 2000, reforçou-se a presença de outros atores

como China, Rússia e até mesmo Brasil no Oriente Médio. A projeção destes dois primeiros atores já durante esta década apresentava resultados. A projeção econômica chinesa cresceu neste momento já tornando-se um dos principais parceiros econômicos de alguns países médio-orientais. A Rússia, por outro lado, buscava atuar na região visando a manutenção da sua segurança, visto a sua proximidade territorial. Dessa forma, a ação russa foi centrada na manutenção do desenvolvimento de seus interesses econômicos e políticos, mas com uma ação cautelosa.

Em suma, o período foi marcado pelo intervencionismo militar externo, impulsionado pelos Estados Unidos e seus aliados, com sua agenda de Guerra ao Terror, além da continuidade e eclosão de outros conflitos e instabilidades, como a invasão israelense no Líbano e o enfraquecimento dos Estados do Afeganistão e do Iraque. Os países da região buscaram se reorganizar frente às transformações regionais e os espaços de disputas que surgiram então. Além disso, buscaram novos aliados e outros espaços de projeção diplomática e política, reconhecendo a necessidade de diversificar aliados em um período cujas relações internacionais passavam por transformações.

Desse modo, a falha estratégica da Guerra ao Terror resultou na instabilidade regional e, portanto, impactou a geopolítica do Oriente Médio ao: 1) Afetar a condição estatal de Estados estratégicos como o Iraque e Afeganistão, conforme mencionado; 2) Abrir espaços para competição ou cooperação devido à desestabilização regional; 3) Demonstrar a incapacidade de reorganização regional dos Estados Unidos e fortalecendo a ação de outros atores externos na região. Os efeitos dos eventos que seguiram ao ano de 2001 para as potências analisadas neste estudo, assim como suas particularidades domésticas do momento, serão debatidos a seguir.

2.2 ISRAEL: PERDA RELATIVA DO PAPEL ESTRATÉGICO

Durante o período de 2001 e 2011 para Israel podem ser destacados alguns aspectos principais. Em primeiro lugar, a relação com os Estados Unidos sofreu desgastes pelo pouco avanço nos diálogos com os palestinos e a continuação das instabilidades na Cisjordânia e Gaza. Isto levou Israel a perder seu status de prioridade estratégica para Washington, agora envolvida nos conflitos no Afeganistão e no Iraque. Concatenando com os aspectos regionais, em segundo lugar, Israel permaneceu em um ambiente de rivalidade regional, de combate a forças apoiadoras dos grupos palestinos e no esforço de contenção do avanço iraniano. Por fim, a política interna do país passou de um breve governo de centro-esquerda e direita, para a nova

ascensão ao poder do Likud, que dominaria a cena política do país pós-2009. Com isso, ganhou força uma visão mais securitária da política israelense.

Como mencionado, as relações com os Estados Unidos tornaram-se, a partir deste momento, abaladas pelas instabilidades internas e regionais. A despeito do fato de Israel ser um dos principais destinos de auxílio econômico e militar estadunidense no mundo desde a década de 1970, a aliança com Tel Aviv tornava-se em alguns momentos mais dificultosa do que benéfica. John Mearsheimer e Stephen Walt (2006, p. 31-32) destacam, por exemplo, que durante a invasão ao Iraque, a participação israelense teve de ser limitada para não gerar oposição dos outros países árabes. Além disso, a continuidade do conflito com os palestinos e a desconfiança na implementação dos acordos de paz geravam mais dúvidas quanto à possibilidade de resolução definitiva da Questão Palestina. Nesse sentido, os custos de manutenção da segurança israelense eram altos frente aos possíveis ganhos geopolíticos que a aliança com o país favorecia.

Nesse momento, o sentimento em relação ao conflito com os palestinos mudava da esperança de resolução graças aos Acordos de Oslo assinados na década de 1990, para um sentimento de desconfiança e incredulidade. Estes acordos representaram um dos principais esforços para a resolução da Questão Palestina, embora muitas críticas possam ser feitas, como a inexistência de uma proposta sobre os refugiados palestinos. Ainda que nos anos seguintes ao acordo fossem dados alguns passos, como a criação da Autoridade Palestina, resistências internas de ambos os lados negociantes dificultaram o avanço dos termos de Oslo.

Fred Halliday (2005, p. 130-131) relembra que a Declaração de Princípios assinada por Israel e representantes palestinos em 1993 significou uma esperança para a resolução do longo conflito. Contudo, a Declaração levou na verdade a mais tensões ao longo da década. Opositores tanto israelenses como palestinos, além da violência de ambos os lados, dificultavam a visualização da paz. O governo do trabalhista Ehud Barak (1999-2001) tentava atender aos interesses dos grupos da direita e da esquerda, mas enfrentava frustrações de ambos os lados, de modo que a cúpula de Camp David (2000) não obteve sucesso. Pouco depois, a Segunda Intifada²⁴, o levante palestino, eclodiu (Pereira; Kanter, 2012, p. 90-91).

Dessa forma, as instabilidades internas, em conjunto com as instabilidades regionais,

²⁴ A Segunda Intifada foi um levante palestino eclodido no ano 2000 após um crescente nível de tensões entre israelenses e palestinos. Embora o estopim seja considerado a visita de Ariel Sharon, no momento parlamentar israelense, à Esplanada das Mesquitas/Monte do Tempo, visto como uma provocação aos palestinos, na verdade uma série de conflitos já vinham ocorrendo. A Primeira Intifada ocorreu no final da década de 1980 e foi seguida pelos acordos de paz. No entanto, conforme demonstrado, as dificuldades em implementar os termos do acordo, além das críticas ao mesmo, levou à eclosão conflito civil, caracterizado por uma série de atentados e embates.

fizeram com que o *peso geoestratégico de Israel para os Estados Unidos diminuísse*. Os focos de Washington em outros pontos da região, os custos para a segurança do Estado e as dificuldades de acordos entre palestinos e israelenses ao longo da década geraram dificuldades nas relações entre os países, embora Israel ainda permanecesse como um aliado importante²⁵.

Em termos regionais, permanecia a visão das lideranças de que o país estava inserido em uma região hostil. Sua relação com países próximos, como no Líbano, foi marcada por instabilidades. Mesmo após a retirada das tropas israelenses do país no início da década, houve um breve conflito em 2006, já durante o governo de Ehud Olmert, do Partido Kadima, devido à presença do grupo Hezbollah na fronteira com Israel. Como resultado do desempenho das tropas, as forças armadas israelenses passaram por uma renovação, com o desenvolvimento de novas tecnologias (Pereira, Kanter, 2012, p. 96). Durante a década de 2000, Tel Aviv ainda enfrentou a oposição regional iraniana, além dos países árabes e da Turquia, embora mantivesse boas relações com este último no início da década (Gidron, 2020, p. 59-60). Assim, a orientação de Israel em relação aos demais países do Oriente Médio predominava a *valorização de sua defesa e segurança*.

Internamente, como mencionado, conflitos entre israelenses e palestinos causaram mais e mais desconfiança em relação ao processo de paz. Ainda que esforços tenham sido feitos, com Barak em Camp David, nenhum consenso foi atingido. Algumas medidas unilaterais acabaram por ser tomadas. A exemplo disso, o governo de Ariel Sharon (2001-2005), não obstante ser um forte crítico dos processos de paz, decidiu retirar todas as forças de defesa da Faixa de Gaza e retirar os colonos israelenses da região em 2004 (Hoffman, 2019, p. 10-11). No entanto, pouco tempo depois, o Hamas vence as eleições parlamentares palestinas em 2006 causando disputas sobretudo com o Fatah que, até então, predominava politicamente. Em 2007, ocorreu uma cisão entre os grupos, dificultando a criação de uma unidade ou a convergência de esforços para negociar com Israel. No ano seguinte, a Operação Chumbo Fundido em Gaza representou uma das ofensivas mais duras realizadas por Israel na região. A operação, em resposta a ataques ao território israelense, resultou em mais de mil mortos, a maioria civis.

De certa forma, a *Guerra ao Terror favoreceu as ações ofensivas do governo de Sharon para enfrentar os levantes palestinos* (Ağdemir, 2015, p. 12). As ações regionais de Israel neste período não tiveram grandes transformações sendo centradas na contenção iraniana e nos

²⁵ O mesmo pode ser visto no conflito entre Israel e o Hamas, eclodido em outubro de 2023. Apesar do contínuo apoio norte-americano à ação de Israel em Gaza, os custos da guerra têm se somado e se refletiram em divergências entre os governos em relação ao rumo do conflito. Teme-se que a continuidade da ofensiva israelense possa gerar altos prejuízos à imagem de Israel e na sua relação com os países da região (Mallinder, 2023, online).

palestinos e seus aliados. Assim, no caso de Israel o período de 2001 a 2011, não resultou em grandes mudanças na sua participação regional ou sistêmica, apesar dos desafios em ambas as esferas. No entanto, no âmbito doméstico pode se considerar o *retorno do Likud ao poder* como uma mudança que impactaria na realidade do país na década seguinte.

Nesse sentido, em 2009 retornou ao poder como primeiro-ministro Benjamin Netanyahu que junto com seus aliados marcaria a política israelense a partir de então. Membro do partido Likud, Netanyahu retornava ao poder após ter sido eleito na primeira eleição direta a primeiro-ministro em 1996, permanecendo no cargo até 1999. Agora em condições diferentes, o governo de Netanyahu ganhara força no cenário doméstico, sobretudo após guiar o país em meio à crise econômica mundial de 2008 e garantir a segurança do Estado. Junto com ele, fortaleceu-se o eixo de centro-direita na política israelense (Jones, 2014, p. 299). Além disso, foram implementadas políticas neoliberais em Israel que possibilitaram o crescimento econômico, mas também levando ao aumento da desigualdade no país. Em 2001, por exemplo, o PIB israelense era cerca de 134 bilhões de dólares e teve um aumento gradual ao longo da década, chegando a 266 bilhões em 2011 (Banco Mundial, 2023a, online). Houve uma pequena queda devido à crise econômica mundial de 2007 e 2008, mas a economia israelense logo se recuperou. Netanyahu, que fora ministro das finanças entre 2003 e 2005, foi bem-sucedido em superar a crise econômica que Israel enfrentava naquele momento. Durante seu governo foram reduzidos investimentos em bem-estar social, incentivado privatizações, além da redução do setor público e dos gastos do Estado. Isso, no entanto, também gerou insatisfações, principalmente pela redução de benefícios e auxílio público, entre eles o auxílio desemprego. Isso foi acompanhado do crescente descontentamento social que culminou com protestos populares em 2011 contra o aumento dos preços imobiliários e demais condições econômicas (Nathanson, Weiss, 2020 p. 105-108; p. 114-115).

Em relação à política externa do governo, o desenvolvimento nuclear iraniano manteve-se como um dos maiores desafios a serem enfrentados por Israel no Oriente Médio, além das instabilidades no Líbano e as ações do Hamas e do Hezbollah contrária ao país. As políticas desencadeadas por Netanyahu e sua perspectiva em relação ao conflito com os palestinos e com demais países árabes geraram desencontros com o presidente Obama neste período. Para o primeiro-ministro israelense, a superioridade militar era vista como necessária para fazer frente a uma ordem regional percebida como hostil, e cujo principal antagonista era o Irã.

Já para o governo Obama, os meios e as prioridades no Oriente Médio eram diferentes. Barack Obama defendia a solução do conflito entre israelenses e palestinos, além de tentar dialogar com os iranianos no início de seu governo (Peleg, 2020, p. 25-26; Freedman, 2020, p.

138-139). Isso fortaleceu a perspectiva de distanciamento entre Estados Unidos e Israel durante este período, sobretudo pelos desencontros entre os governos Obama e Netanyahu.

Com a permanência dos desafios regionais durante década de 2000, Tel Aviv buscou em sua inserção externa garantir apoio diplomático e político. Outras regiões, como o continente africano, fizeram parte dessa projeção - como será visto mais adiante (Gidron, 2020, p. 59-60). De modo geral, durante este período viu-se um crescente descontentamento com relação aos processos de paz, assim como o fortalecimento dos setores conservadores e da direita na política israelense. Diferentemente do início da década, as expectativas com relação ao processo de paz estavam cada vez mais baixas, uma vez que o aumento da violência, dos assentamentos e das dificuldades de interlocução entre as lideranças palestinas e israelenses predominaram no final da década de 2000.

2.3 A PERMANÊNCIA IRANIANA NA GEOPOLÍTICA REGIONAL

A Guerra ao Terror empreendida a partir de 2001 visava afetar o regime iraniano, mas ao longo da década este se mostrou capaz de manter-se inserido nas dinâmicas regionais. Dois países fronteiriços à Teerã foram alvos diretos da ofensiva contraterrorista ocidental, mas *a oposição geral à Guerra ao Terror e as instabilidades subsequentes tornaram-se uma oportunidade para o Irã*. A exemplo disso, após a queda de Saddam Hussein, Teerã tornou-se ativo no Iraque, apoiando grupo xiitas, por exemplo. Além do bom relacionamento entre Ahmadinejad e Nouri al-Maliki, então primeiro-ministro do Iraque, as trocas comerciais entre os dois países também cresceram ao longo da década, com diversos acordos de cooperação assinados entre os dois Estados (Ignatiev, 2017, p. 48; Erdogan, 2021, p. 10). Segundo Sara Bazoobandi (2014, p. 2), o Irã conseguiu manter-se como um ator relevante na geopolítica do Oriente Médio, mantendo alianças nos Estados em conflito do Iraque e Afeganistão, e presente na balança de poder regional em disputa.

Essas transformações externas foram acompanhadas de *mudanças domésticas*. A política externa iraniana seguia uma visão mais pragmática e moderada desde a revolução de 1979²⁶. A ascensão de Mohammad Khatami ao governo iraniano em 1997 trouxe ao governo um eixo reformista, que propunha diminuir o papel do Estado no desenvolvimento do país, abrir mais a economia iraniana para os mercados internacionais e defender o diálogo com as

²⁶ A Revolução Iraniana (1979) levou à queda do xá Mohammad Reza Pahlavi, após uma série de protestos em oposição ao regime. Devido a mudanças implementadas pelo líder, uma crescente insatisfação levou ao movimento. O Aiatolá Khomeini tornou-se um dos líderes do movimento e, após a queda do xá em janeiro, proclamou a República Islâmica do Irã em março (Halliday, 2005, p. 104).

potências ocidentais. Khatami também buscou desenvolver boas relações com os países árabes, fortalecendo, por exemplo, relações com a Arábia Saudita. Nesse momento, a política externa iraniana esteve voltada ao relacionamento com o Ocidente a fim de aliviar as sanções econômicas e as críticas ao país persa. A busca de um bom relacionamento com países como os Estados Unidos se refletiu inclusive no apoio militar quando da invasão ao Afeganistão. Apesar destes esforços e do apoio ao confronto com a al-Qaeda, essa estratégia não foi bem-sucedida. Ao longo da década de 2000, o Irã manteve-se como alvo da política externa americana. Em 2002, o então presidente George Bush enquadrou o Irã como membro do “eixo do mal”, países apoiadores do terrorismo, e retomou as pressões à Teerã (Halliday, 2006, p. 63-64).

Os insucessos das tentativas de reformas empreendidas, no entanto, sofreram oposição principalmente de alguns grupos conservadores na política doméstica iraniana. Logo, estes conservadores foram bem-sucedidos nas eleições para o parlamento em 2003 e em 2005, quando um dos seus membros ascendeu à presidência. Mohammed Ahmadinejad, ex-prefeito de Teerã, foi eleito presidente do país, permanecendo no governo por dois mandatos até 2013. Sua administração, diferentemente do seu antecessor, era mais crítica à estrutura do sistema internacional, favorecendo uma política externa mais assertiva, bem como crítica à posição pragmática de seus antecessores (Bazoobandi, 2014, p. 3; Sayfour, Nia, Hatami, Zadeh, 2019). Como resultado, a política externa empreendida durante seu governo buscou ampliar os espaços de atuação do Irã nas relações internacionais.

Nesse sentido, o governo de Ahmadinejad obteve resultados mistos. Ao passo que a economia do país obteve certo crescimento durante o período, favorecida pelo aumento dos preços do barril de petróleo, a inflação e as taxas de desemprego foram inicialmente controladas. No entanto, o país também viveu sinais de instabilidades internas e descontentamentos com as políticas do governo – o que se refletiu nos processos eleitorais do país. Logo no segundo ano de governo, Ahmadinejad e seus aliados obtiveram maus resultados nas eleições locais. Em 2009, por exemplo, na sua reeleição para presidente, uma série de protestos eclodiu no país. As manifestações tinham como pauta supostas irregularidades no processo eleitoral que dera vitória a Ahmadinejad. Estes protestos, no entanto, foram suprimidos, e o segundo mandato presidencial perdurou até 2013, também marcado por desafios econômicos.

Uma das principais características do governo Ahmadinejad foi sua procura por diversificação nas relações econômicas do Irã. Devido às sanções econômicas impostas ao país, essa diversificação era, ao mesmo tempo, uma necessidade e uma estratégia. Durante este

período, por exemplo, a China tornou-se o principal parceiro comercial do país, importando sobretudo petróleo. Do mesmo modo, Moscou manteve boas relações com Teerã (Halliday, 2005, p. 135-138). Além disso, como será visto mais adiante, Teerã expandiu suas relações para outros espaços, dentre os quais a América Latina e o continente africano. Estes esforços para ampliar as relações exteriores do Irã não tinham como único intuito a criação de novas parcerias econômicas, mas também novos apoios diplomáticos e políticos sobretudo em organismos multilaterais.

Visto a permanência de críticas ao seu governo e à questão nuclear iraniana, essa diversificação visava garantir apoio ao país médio-oriental. A partir disso uma série de esforços foram empregados para obter um acordo em torno do programa nuclear do país. A exemplo disso, uma tentativa de acordo foi mediada por Brasil e Turquia em 2010²⁷, mas a falta de apoio de outras potências não levou os seus termos adiante.

A despeito dos esforços para ampliar o leque de parceiros econômicos, os efeitos das sanções foram sentidos pela população. Em 2010, por exemplo, a taxa de desemprego chegou a 13,7% da população iraniana (Banco Mundial, 2023b, online). Com isso, a perspectiva interna do governo ao final da década de 2010 não era tão positiva.

Em termos regionais, como mencionado, as transformações no Oriente Médio desencadeadas pelos eventos de 2001 e 2003 levaram o Estado iraniano a tentar manter sua agência na política regional. As divergências com os Estados Unidos fizeram com que Washington acompanhasse de perto as atividades de Teerã em toda a região. A Guerra ao Terror, nesse sentido, fortaleceu as disputas entre Estados Unidos e Irã existentes desde a Revolução de 1979 (Halliday, 2006, p. 59). Para Halliday (2006, p. 66), além das disputas com Washington na sua conduta regional, *Teerã reconhecia que neste momento havia diversos focos de preocupação securitária para o país*. Estes focos estendiam-se desde a Ásia Central, como Paquistão e Afeganistão, passando pelo Mar Cáspio e pelos acontecimentos nos países fronteiriços, até o oeste e sul, com os desenvolvimentos no Golfo e no Mediterrâneo, com os palestinos e libaneses.

Durante este período, o governo iraniano fortaleceu laços políticos e econômicos com a Síria, além de ter conseguido manter sua influência e participação na política iraquiana, o qual constituiu uma das principais preocupações regionais de Teerã devido à proximidade territorial.

²⁷ O acordo mediado pelo Brasil e Turquia vinha do esforço internacional em se chegar a uma resolução quanto ao desenvolvimento de energia nuclear por parte do Irã. O acordo assinado previa o enriquecimento do urânio na Turquia e o fornecimento do material com baixo enriquecimento, a fim de não ser usado no desenvolvimento de armamentos nucleares. No entanto, a falta de apoio das potências ocidentais, devido ao descrédito quanto ao seu cumprimento, levou à inefetividade do acordo.

Do mesmo modo, apoiou o Hezbollah no Líbano e o Hamas na Palestina. A posição regional do Irã também foi favorecida pela posição de seus aliados. É possível exemplificar isto com a vitória do Hamas nas eleições internas palestinas em 2006. Dessa forma, mesmo com os desafios externos ao país e das rivalidades regionais, Teerã conseguiu permanecer como um ator relevante no Oriente Médio.

Em suma, a geopolítica do Irã durante a primeira década do milênio foi marcada por importantes transformações internas e regionais. No âmbito doméstico, *a chegada ao poder de Ahmadinejad* foi de encontro aos passos tomados pelo seu antecessor, Mohamad Khatami. Seu governo, marcado pelo crescimento econômico inicial, chegou ao término de seus mandatos com a queda do PIB iraniano. Foi também caracterizado pela crítica à estrutura do sistema internacional e pela tentativa de inserção do país em outras regiões. Em termos regionais, não obstante o desafio imposto pela queda do regime iraquiano e afegão, a geopolítica do Oriente Médio foi caracterizada pela manutenção da relevância do Irã. Dessa forma, o país junto com seus aliados, conseguiu garantir espaços nas dinâmicas regionais. A confluência desses fatores também impactou na projeção iraniana para o Chifre da África, como será visto posteriormente.

2.4 A MAL-SUCEDIDA LIDERANÇA REGIONAL SAUDITA

Os ataques de 11 de setembro afetaram a Arábia Saudita de diferentes formas. Primeiro, houve envolvimento direto de cidadãos sauditas no atentado. Segundo, pelas transformações na política regional com a invasão americana (Alsulaib, 2020, p. 2). Em termos domésticos, a monarquia também enfrentou ataques terroristas dentro de seu território. Por exemplo, quando a al-Qaeda tentou derrubar a dinastia dos Saud no país em 2003. Em decorrência, certas concessões e reformas foram impostas a fim de tentar conter instabilidades sociais. Já em termos externos, a geopolítica regional presenciou a permanência dos conflitos ao redor do país. Se por um lado os sauditas continuaram se colocando como aliado ocidental, por outro, também buscaram financiar escolas islâmicas, visando conter insurreições internas (Kissinger, 2015, p. 142-143). Além da Guerra ao Terror, o reino da Arábia Saudita enfrentava uma série de desafios até a chegada do novo milênio. Segundo Madawi al-Rasheed (2010, p. 211), somava-se a isso as dificuldades econômicas decorrentes dos baixos preços do barril de petróleo, desafios sociais, como o desemprego, e ainda disputas pelo poder internas à monarquia. Partes destes desafios foram superados ao longo da década, ao passo que outros surgiram no caminho.

O cenário político saudita à época dos ataques era governado de fato pelo príncipe herdeiro Abdullah desde 1995, quanto o seu irmão o Rei Fahd (1982-2005), monarca do país,

ficou incapacitado de governar devido a problemas de saúde. Durante este período, verificou-se certa fragmentação de poder, com o fortalecimento de príncipes da família Saud e suas influências, devido à incapacidade política de Fahd (al-Rasheed, 2010, p. 212-215). No entanto, esses desafios foram amenizados com a mudança na monarquia. Ascendendo ao trono em 2005, o reinado de Abdullah perdurou até 2015. Estes dez anos de reinado foram marcados pelo crescimento econômico do país, abertura para investimentos estrangeiros, realização de eleições municipais em 2005, além de investimentos em educação e no fortalecimento de outros setores, como a diversidade energética e infraestrutura. Como resultado dessas políticas, favorecidas pelos bons preços do petróleo, a economia saudita conseguiu reverter os números ruins do início do milênio. O PIB do país cresceu de cerca de 184 bilhões de dólares em 2001 para 519 bilhões de dólares em 2008 (um aumento de 182%), antes da crise econômica mundial de 2008 afetar momentaneamente o país (Banco Mundial, 2023d, online).

O reinado de Abdullah foi marcado por *reformas importantes para a monarquia* como a criação do Conselho de Aliança em 2007. Este conselho tornou-se o responsável por decidir o processo sucessório do país, sobretudo na indicação do rei e do príncipe herdeiro, e previa se tornar efetivo após a morte do Rei Abdullah. Até então, a nomeação ocorria por decisão exclusiva do rei, com consultas a demais membros da monarquia, mas de forma não-oficial. Com a criação do Conselho, o objetivo era formalizar a escolha sucessória e dar voz aos demais componentes da família al-Saud, permitindo acomodar diferentes interesses dos descendentes e dar mais legitimidade ao processo decisório. Compunham majoritariamente o Conselho os filhos ainda vivos de Ibn al-Aziz Al Saud e os filhos daqueles já falecidos. Visava também conter a fragmentação e a disputa interna na monarquia saudita desse período – fatores que ganharam força antes da chegada de Abdullah como rei (al-Rasheed, 2010, p. 257-259). Na prática, a atuação do Conselho teve resultados mistos, com a decisão do rei se sobrepondo a dos demais. A exemplo disso, o rei Abdullah havia apontado seu meio-irmão Muqrin como seu sucessor, mas essa decisão foi mudada por decisão do Rei Salman, após sua ascensão ao trono em 2015 (Brown, 2017, online).

Enquanto de um lado objetivava-se superar o desafio à monarquia saudita devido a disputas internas por meio de uma reacomodação da família real no poder, de outro, os desafios econômicos foram aos poucos superados. A alta dos preços de petróleo favoreceu ao crescimento econômico do país durante a década, que mesmo com os efeitos da crise de 2008, conseguiu recuperar-se brevemente. Nesses dez anos, portanto, o reinado de Abdullah realizou uma série de reformas a fim de modernizar o país, como por exemplo em infraestrutura, e garantir sua pluralidade econômica, reduzindo sua dependência ao petróleo.

Já em termos regionais, os episódios de 2001 e 2003 no Oriente Médio para a Arábia Saudita representaram um grande desconforto para Riad. Como mencionado anteriormente, o fato de cidadãos sauditas, entre os quais o próprio Osama Bin Laden, terem se envolvido diretamente nos ataques de 11 de setembro *levou os sauditas a apoiarem as ações estadunidenses no Oriente Médio* a fim de reverter a imagem negativa do país frente a Washington (al-Rasheed, 2010, p. 222-226). Internamente, após ataques terroristas terem sido feitos, necessitou-se reforçar a segurança do país. Outra preocupação interna do governo estava centrada na população xiita do país que, em sua maioria, localiza-se ao leste, região rica em petróleo e gás natural. Tanto que, pouco tempo antes das manifestações de 2011, diversos protestos ocorreram na região os quais foram duramente reprimidos pelas forças de segurança dos sauditas (Erdogan, 2021, p. 10-11). Fatos como este demonstram também as fragilidades internas do regime, além da pluralidade de demandas e projetos existentes no país, distanciando-se da imagem de um Estado saudita monolítico.

As relações regionais impuseram grandes desafios à monarquia de Riad. Na verdade, o temor do governo saudita de que a desestabilização do Iraque possibilitaria a expansão iraniana acabou se confirmando até certo ponto (Miño, Martínez, 2019, p. 115). Isso ocorreu também pelo fato do governo de Riad não conseguir exercer uma liderança que desse conta das instabilidades regionais. A Arábia Saudita, nesse sentido, defrontou-se com outros Estados com capacidades e interesses para atuar na geopolítica regional, como a *Turquia* e o próprio *Irã*. Apesar de manter-se como um importante ator no Oriente Médio e dos esforços sauditas destinados a tentar conter o avanço desses países na ordem regional marcada por instabilidades e transformações, considera-se que a política externa não foi efetiva em aproveitar as oportunidades para exercer uma liderança regional (Richter, 2014, p. 177). Diferentemente da postura mais ativa e assertiva do país após a Primavera Árabe, na década de 2000 *a Arábia Saudita não logrou articular uma ordem regional após o enfraquecimento do Iraque e do Afeganistão*. Com isso, os demais polos de poder na região foram fortalecidos frente aos vácuos de poder criados, representando um desafio para a ação regional saudita.

No caso do Iraque, por exemplo, as tentativas de mediação do governo para o fim da violência entre setores sunitas e xiitas foram infrutíferas. A projeção iraniana, por outro lado, fora bem-sucedida conquistando aliados no país. Além disso, questões como as disputas entre Hamas e al-Fatah na Palestina levaram a outro desafio para a tentativa de liderança saudita. Com a crise interna das representações palestina, o fracasso da mediação de Riad e o posterior controle de Hamas em Gaza, a Arábia Saudita novamente se encontrou frente a influência de outros Estados como o Irã. O mesmo aconteceu no Líbano, cujas críticas sauditas ao Hezbollah

causaram descontentamento.

Dessa forma, vários exemplos demonstraram que, a despeito dos esforços sauditas de tentar alinhar os acontecimentos da região de acordo com seus interesses, os resultados foram negativos. Com isso, outros países, como o Irã, lograram conquistar espaços regionais, rivalizando com os sauditas (al-Rasheed, 2010, p. 235; p. 240). A dificuldade de estabelecer uma ordem regional pode ser explicada também pelas dificuldades internas do regime, cujos ataques terroristas internos causaram preocupação ao governo. Dessa forma, os desafios da Arábia Saudita foram tanto internos quanto regionais nesse momento.

Já os desafios sistêmicos foram superados em certa medida. As relações da Arábia Saudita com os Estados Unidos tornaram-se abaladas logo após os atentados de 11 de setembro. Buscando colocar em bons termos as relações bilaterais, a *Arábia Saudita prontamente apoiou as estratégias da Guerra ao Terror*, rompendo relações com o Talibã e permitindo a utilização de suas bases militares por parte da força aérea defesa americana. O governo estadunidense esperava com isso que a monarquia saudita implementasse reformas econômicas e sociais para sanar eventuais instabilidades sociais. Entretanto, as dependências em torno da posição estratégica saudita e seu peso para a definição dos preços de petróleo permitiram o alívio dessas pressões norte-americanas em relação a Riad (al-Rasheed, 2010, p. 223; p. 23-237). Ainda em relação aos aspectos econômicos do país durante a década de 2000, destaca-se a aproximação sino-saudita durante este período. Com o crescimento econômico chinês, o mercado do país do Golfo oferecia possibilidades de investimentos e trocas, de forma que, em 2005, a Arábia Saudita tornou-se o principal exportador de petróleo para a China. *A economia saudita cresceu exponencialmente durante este período*, tornando-se um atrativo para os chineses. Isso foi um alívio para o país que enfrentava um cenário econômico e social desfavorável no início do milênio e revelou o início da forte investida chinesa no Oriente Médio, no qual a Arábia Saudita ocupava lugar de destaque.

A partir desse cenário, verifica-se que a Arábia Saudita esteve envolta em uma série de desafios internos, regionais e sistêmicos durante a primeira década do milênio. Os problemas sociais e políticos permaneceram, não obstante o crescimento econômico vivenciado pelo país. Já em termos regionais, a Arábia Saudita defrontou-se com uma série de desafios, nos quais seus esforços não tiveram os resultados almejados. Com isso, Riad não conseguiu exercer a liderança regional no Oriente Médio após as invasões do Afeganistão e Iraque. Os desafios que surgirão com a Primavera Árabe, contudo, teriam uma resposta diferente, devido a fatores internos, como a mudança da monarquia, e externos, com focos de instabilidade próximos a sua fronteira.

2.5 A INFLEXÃO DA VISÃO ESTRATÉGICA DA TURQUIA

Durante a primeira década do século XXI, a Turquia passou por mudanças domésticas e regionais importantes e, em virtude disso, pode-se considerar este período como marcado por uma *inflexão estratégica do país*. A construção dessas mudanças vinha de décadas e se diferenciavam do caminho externo adotado nos primeiros momentos da República turca, marcado pela influência kemalista de um Estado laico e pela defesa da integridade territorial. Com isso, a política externa da Turquia durante o período da Guerra Fria esteve alinhada aos interesses ocidentais que desfrutavam da posição geopolítica do país, com acesso ao Mediterrâneo, à Ásia e à fronteira com a União Soviética (Donelli, 2019a, p. 161-162). Naquele contexto, Ancara fazia parte do esforço ocidental que visava conter o avanço soviético, de modo que se tornou membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) na década de 1950.

A inflexão da visão estratégica da Turquia durante este período diz respeito a mudanças na orientação da sua política externa com vistas à maior autonomia e atuação regional, frente ao desapontamento na tentativa de ingresso na União Europeia e outros desencontros com os interesses ocidentais. Isso, no entanto, não ocorreu repentinamente e a aliança com países ocidentais coexistiu com o desenvolvimento de políticas independentes. No começo da década de 2000, por exemplo, a política externa da Turquia tinha como uma das prioridades o relacionamento com os países europeus e seu ingresso na União Europeia. Em 2005, foram iniciadas negociações para a entrada de Ancara no organismo europeu, mas cujo resultado não foi positivo e o ingresso turco deste então não foi concretizado (Turan, 2013; Robins, 2014, p. 326-328).

Essa mudança externa também esteve relacionada a transformações no cenário político doméstico da Turquia. Em 2002, ascendeu ao poder o Partido Justiça e Desenvolvimento (*Justice and Development Party*, em inglês, ou *Adalet ve Kalkınma Partisi*, AKP, no original em turco), de orientação islâmica, e sua permanência no poder deu certa estabilidade ao cenário político do país. Durante as últimas décadas do século XX, o cenário interno turco era marcado por crises econômicas, alta inflação e instabilidades políticas (Bank, Karadag, 2014, p. 106). Mudanças nas relações econômicas advinham desde a década de 1980, com a liberalização da economia, e da década de 1990, com a liberalização política (Cannon, 2022, p. 127). Vários golpes militares marcaram a história política da Turquia no século XX, e as transformações econômicas geraram novos interesses e mudanças sociais. A chegada do AKP ao poder

representou ao longo do tempo um alívio para esses desafios, dentre os quais a diminuição da participação militar na política, além de serem favorecidos pelo crescimento econômico vivenciado pelo país nesse momento.

Já a política externa do novo governo durante os primeiros anos no poder foi caracterizada pelas boas relações com as potências ocidentais e pela busca de inserção regional. Essa inserção visava ampliar os laços diplomáticos e econômicos do país no Oriente Médio e em outras regiões do globo. No Oriente Médio, pode-se citar a estratégia de “zero problemas com os vizinhos” como conceituada pelo então ministro das relações exteriores do país Admet Davutoglu que fomentou as boas relações e inserção política e econômica da Turquia na região. Tem-se como exemplo disso, as boas relações entre Turquia e Israel até meados da década de 2000 e a participação do país como mediador de conflitos, como entre Israel e Síria (Davutoglu, 2010, online). Já nas outras regiões, a Turquia buscou expandir seus laços com países desde a América Latina, da África ao continente asiático, mostrando-se como um ator aliado do desenvolvimento, da cooperação e das relações sul-sul (Robins, 2014, p. 329; Donelli, Levaggi, 2016, p. 99-100).

Essa maior participação no entorno regional, foi descrita de diversas maneiras. Mark Langan (2016, p. 4), descreve esta política com “neo-otomana”, em referência a busca da atuação turca em áreas que anteriormente faziam parte do Império Otomano, como o Oriente Médio e Norte da África. Na verdade, essa “profundidade estratégica” correspondia à percepção dos formuladores de política externa do país do reconhecimento de que a Turquia era um Estado importante e com condições para atuar em diversos espaços, que devido à sua localização “inter-regional”, a permitia atuar nos assuntos ocidentais, asiáticos, médio orientais e africanos. Além da capacidade de atuar em diferentes frentes, também tinha capacidade de atuar em diferentes temáticas, com destaque para mediação de conflitos como foram os diálogos com o Hamas durante a primeira década de 2000 e com diferentes grupos no Iraque (Aras, 2009). Dessa forma, desde o fim da Guerra Fria e com as transformações sistêmicas, reconheceu-se as oportunidades e necessidades de diversificar a ação externa da Turquia a fim de inserir o país neste cenário de mudanças. Do mesmo modo, o crescimento econômico do país e o interesse de parte da base política de Erdogan em buscar novos espaços para as empresas turcas impulsionou a participação externa do país (Barkey, 2011, p. 5; Donelli, Levaggi, 2016, p. 93-94).

Em consonância a este último elemento, a inflexão estratégica também foi favorecida pelos ganhos econômicos da Turquia. Ancara presenciou grande desenvolvimento econômico e inclusive militar durante este período, permitindo maiores recursos para atuação no âmbito

externo (Turan, 2013, p. 127). As transformações econômicas foram consequências de reformas internas e boas condições externas. Estas mudanças são identificadas por diferentes pesquisadores como originadas na década de 1980 e pela crescente substituição de uma economia importadora para exportadora (Barkey, 2011, p. 4). Durante a década de 2000, a emergência econômica do país e o fortalecimento dos agentes econômicos internos levaram ao maior interesse por diversificar parceiros e oportunidades comerciais para a exportação de produtos turcos.

Esse desenvolvimento econômico permitiu à Turquia ganhos também em organismos multilaterais. O país garantiu sua participação no G-20, após a expansão do fórum multilateral após a crise de 2008, além de ocupar o assento não-permanente no Conselho de Segurança da ONU entre 2009-2010 (Robins, 2014, p. 330). O PIB do país, ainda que afetado pelos períodos de crises econômicas de 2000-2001 e 2008-2009, cresceu exponencialmente indo de 274 bilhões nos anos 2000 para 838 bilhões em 2011. Desafios socioeconômicos também acompanharam essas mudanças, como a flutuação nas taxas de desemprego crescendo até 2004 e depois até 2009 (Banco Mundial, 2023c, online). Todavia os desafios econômicos enfrentados pelo país foram superados, mas seriam maiores na década seguinte.

No contexto regional, a presença de Ancara cresceu neste momento como mencionado. Com relação à Guerra ao Terror, a perspectiva turca foi variada. A Turquia atuou junto ao governo americano e seus aliados no combate ao terrorismo, enviando tropas ao Afeganistão. Entretanto, a invasão ao Iraque representava um cenário diferente. O governo da Turquia foi contrário à invasão ao país devido a temores de que a queda do regime do país vizinho levasse a instabilidades, principalmente em relação à população curda, também presente em território iraquiano (Ignatiev, 2017, p. 44-45). Mesmo com as instabilidades em Cabul e Bagdá, a posição da Turquia frente aos desenvolvimentos regionais permitiu sua inserção regional, participando da mediação de conflitos e mantendo boas relações com Estados desde Israel ao Irã e Síria. Isso ocorreu, mas não sem dificuldades e insucesso. Em meados de 2008, por exemplo, as relações entre Ancara e Tel Aviv começaram a deteriorar, devido ao conflito desencadeado entre israelenses e o Hamas em Gaza e posteriormente com a morte de cidadãos turcos pelo Exército de Israel, enquanto levavam ajuda humanitária ao território palestino. Do mesmo modo, a tentativa de mediação do acordo nuclear iraniano junto com o Brasil em 2010 não foi bem-sucedida.

Em termos sistêmicos, as relações da Turquia durante este momento estiveram centradas no seu ingresso à União Europeia e na diversificação de seus parceiros diplomáticos e econômicos, inserindo-se em diferentes regiões como África e América Latina. Ao mesmo

tempo que se aplicava reformas liberais e democráticas para o ingresso na instituição, divergências internas já demonstravam os rumos do governo AKP. Ainda que obtivesse vitórias eleitorais, como em 2007, emendas constitucionais desde esse período já acendiam um alerta da concentração de poder do partido de Erdogan. No próprio ano de 2007, foi aprovada uma emenda constitucional que permitia a eleição direta para presidente, até então sem grandes poderes. Já em 2010, uma nova emenda constitucional levou, entre outros objetivos, a uma reestruturação do sistema judiciário, permitindo ao parlamento apontar juízes federais. Isso teria outros reflexos anos mais tarde, com outras mudanças constitucionais aprovadas no país e a concentração de poder de Erdogan. Além disso, insatisfação popular também foi registrada nesse período sobretudo em relação à políticas não seculares e o crescente autoritarismo do governo (Alpay, 2008, online; Bâli, 2018, online).

Em suma, a política externa da Turquia durante os anos 2000 esteve voltada para a cooperação econômica regional e pelo bom relacionamento com os países do Oriente Médio (Berg, Meester, 2019, p. 3). Favorecidos pelo crescimento econômico, o governo do AKP, indo ao encontro dos interesses de empresários domésticos, buscou diversificar as relações externas do país expandindo-se para outras regiões. A Turquia durante esta década obteve avanços nas suas relações internacionais, garantindo espaço em organismos internacionais. Os desafios domésticos, regionais e sistêmicos do período foram sendo superados ou acomodados até certo ponto. Na década seguinte, os cenários internos e externos da Turquia ganhariam um novo tom, agora não tão otimista.

2.6 A SECURITIZAÇÃO DO CHIFRE DA ÁFRICA

A Guerra ao Terror também impactou significativamente o continente africano, pois segundo Elizabeth Schmidt (2018, p. 4, tradução própria²⁸), este fenômeno “levou a novas formas de intervenção na África”. Yoslán González (2020, p. 63) complementa que estas intervenções, mascaradas como “proteção” ao terrorismo, não atingiria a verdadeira causa de ascensão desses grupos relacionadas às desigualdades sociais e econômicas oriundas dos programas de ajustes estruturais no continente. A arbitrariedade na escolha dos países alvo muitas vezes diziam mais respeito a interesses econômicos, políticos e militares, do que a ameaça terrorista à população destes Estados. Em suma, *a Guerra do Terror no Chifre da África levou ao aumento da militarização ao longo da década, a novos intervencionismos e à fragilização de muitos Estados*. Isso resultava da visão norte-americana e de seus aliados de

²⁸ Tradução própria. No original: “[...] brought new forms of intervention to Africa. [...]” (Schmidt, 2018, p. 4).

que a região do Chifre africano até o Sahel eram centrais para as ações contraterroristas, devido a presença de grupos ativos ao longo da década de 1990 e 2000 como Boko Haram na Nigéria, Al-Qaeda do Magrebe Islâmico (AQIM) no Mali e al-Shabaab na Somália.

O ano de 2001 pode ser considerado um *marco no processo de militarização da região*, apesar do mesmo já ter começado anos antes. Com o fim da Primeira Guerra do Golfo de 1991, uma de suas consequências foi a mudança dos centros de organização da al-Qaeda para o Sudão. A partir dali a organização expandiu-se para outros países do leste da África, tanto que em 1998 foram os responsáveis pelos atentados a bombas às embaixadas americanas no Quênia e na Tanzânia. A al-Qaeda foi expulsa do território sudanês em 1996, mas suas atividades e apoiadores continuaram na região (Schmidt, 2018, p. 34).

Devido a isto, com os atentados de setembro de 2001 logo os olhos se voltaram para o leste africano. Nilton Cardoso (2020, p. 189) destaca que o Chifre da África foi a primeira região do continente africano integrada nas políticas contraterroristas após os atentados de 2001. Redie Bereketeab (2013, p. 488) reforça que o Chifre da África, em especial países como o Sudão e a Somália constaram como países importantes para a caça à Al-Qaeda. Entre os aspectos que justificaram a ação na região estava a proximidade com a Península Arábica, as instabilidades dos Estados, a porosidade das fronteiras, a presença de grupos insurgentes, entre outros aspectos. Estados considerados fracos com baixo desempenho econômico foram considerados locais férteis para o surgimento e expansão do extremismo político (Schmidt, 2013, p. 213).

Um primeiro exemplo da militarização da região do Chifre da África pode ser exemplificado pela instalação da base militar americana no Djibuti onde funcionaria a Força Tarefa Conjunta Combinada-Chifre da África²⁹ no ano de 2003. A base militar norte-americana no país somava-se à base francesa existente desde 1977 e possui localização estratégica tanto para a entrada no continente africano, como para acesso ao Oriente Médio e à rota marítima do Mar Vermelho. A justificativa para sua implementação era de que, a partir deste instrumento, os Estados Unidos teriam maior acesso para monitorar e combater a ação dos grupos terroristas na região.

Posteriormente, houve uma certa mudança na abordagem americana no Chifre, a partir

²⁹A Força Tarefa Conjunta Combinada-Chifre da África, criada em 2002, e com atuação no Djibuti, Eritreia, Etiópia, Quênia, Somália, Sudão, entre outros países, visa o combate ao terrorismo no continente africano. Em 2003, foi instalada no Djibuti, de onde coordena as operações. Esta base em Camp Lemmonier constitui a única base permanente dos Estados Unidos no continente africano, apesar de existirem outras bases semipermanentes. A força tarefa conta com a participação dos países da região, além de países como França, Alemanha, Japão, entre outros (MELVIN, 2019b, p. 20-21; CJTF-HOA, 2019).

da pressão de grupos internos dos Estados Unidos. Com isso, a presença militar norte-americana na região se intensificou, o que pode ser ilustrado com a criação do AFRICOM, o Comando dos Estados Unidos para a África em 2007, cujas atividades iniciaram em 2008. O AFRICOM reunia sob si uma série de ações securitárias empreendidas no continente por Washington, desde missões a exercícios militares. Torna-se importante notar que enquanto a abordagem norte-americana para a segurança no continente ganhou força com a criação do AFRICOM neste momento, por outro lado, os países africanos temerosos de que essas ações fomentassem mais instabilidades além de não enfrentar problemas considerados mais críticos, aumentaram as resistências à presença norte-americana. A política da Guerra ao Terror no continente recebeu inúmeras críticas, pois parte destes grupos acusados de terrorismo possuíam ações localizadas e pouca conexão internacional. Do mesmo modo, os principais desafios destes Estados eram de natureza política e socioeconômica, muitas vezes não dirigida pelas ações contraterroristas (Schmidt, 2013, p. 217; Cardoso, 2016, p. 158; Cardoso, 2020, p. 194-5).

Com um dos principais resultados das ações contraterroristas, os Estados Unidos treinaram e armaram vários exércitos africanos além de agir fora de zonas de conflito a fim de combater grupos terroristas ou de interesse americano (Schmidt, 2018, p. 4-5). Em relação ao treinamento dos exércitos pode-se mencionar a Iniciativa Contraterrorista no Leste da África na qual os Estados Unidos treinaram e equiparam exércitos da região (Cardoso, 2020, p. 192).

O Chifre da África, portanto, foi um dos principais focos de securitização desencadeados pelas políticas contraterroristas da Guerra ao Terror. Elizabeth Schmidt relembra que a Lista de Exclusão Terrorista (*Terrorist Exclusion List*, no original em inglês) presente no Ato Patriótico dos Estados Unidos publicado em 2001, estavam organizações suspeitas de apoiarem a al-Qaeda e demais atividades terroristas, dentre as quais encontravam-se grupos localizados no Chifre da África, como o *Al-Ittihad al-Islami* (AIAI) da Somália (U.S Department of State, 2001, online). Al-Ittihad, al-Shabaab entre outros grupos que emergiram na região durante este período foram foco de ações contraterroristas.

Dessa forma, os resultados foram a criação de novos focos de instabilidade. Ressalta-se que a região do Chifre é lembrada por suas crises políticas, econômicas e sociais, além do elevado grau de intervenção externa. A Guerra ao Terror levou em muitos momentos ao *aprofundamento dessas crises* ao invés de resolvê-las, fortalecendo certos grupos e causando mais descontentamento. Um caso que ilustra esse processo é a Somália. Em 2001, Mogadíscio já somava uma década da desintegração do governo federal com a queda de Siad Barré e de tentativas externas de resolução dos conflitos. Como resultado destas crises, grupos radicais emergiram na Somália, exercendo uma forma de organização paraestatal. A CIA, visando

combater o terrorismo no país, formou agentes para combate dentre os quais estiveram senhores de guerra no país. Estes formaram a Aliança para a Restauração da Paz e Contraterrorismo (*Alliance for Restoration of Peace and Counterterrorism*, ARPCT, no original em inglês), que visava combater a União das Cortes Islâmicas, movimento político e religioso que controlava partes da capital somali, mas foram derrotados (Bereketeab, 2013, p. 488). Em 2006, a Etiópia invadiu o país vizinho, apoiada pelos Estados Unidos, a fim de atacar a UIC. Elizabeth Schmidt (2013, p. 214) relembra que na invasão realizada neste ano, a CIA enquadrou os senhores de guerra somalis nas atividades contraterroristas e que esta invasão retirou a União das Cortes Islâmicas do poder, apesar destes contarem com o apoio popular somali, desencadeando um forte sentimento contrário à presença estrangeira e favorecendo a expansão da al-Qaeda nos grupos islâmicos locais. Diversos atores envolveram-se na questão somali, desde órgãos multilaterais a países da região, cada um visando seus interesses. As soluções impostas pelos atores externos muitas vezes levavam a mais corrupção, violência e instabilidades sociais. O resultado mais proeminente desse processo foi a ascensão do grupo insurgente al-Shabaab, que recebia apoio de camadas da população descontentes com essa intervenção externa e da situação sociopolítica do país.

Dessa forma, a Guerra ao Terror levou a novas intervenções tanto no Oriente Médio como no Chifre da África, levando em muitos aspectos a mais desestabilizações políticas e socioeconômicas. De um lado, a geopolítica do Oriente Médio foi transformada pela fragilização do Estado afegão, além da queda do regime iraquiano há tempos no poder. As principais mudanças decorrentes destes acontecimentos foram a capacidade iraniana de manter-se ativo geopoliticamente, além da inflexão turca de maior atuação aos eventos regionais, enquanto a Arábia Saudita não conseguiu impor uma liderança na região e Israel continuava imerso em conflitos. Por outro lado, o Chifre da África também esteve envolvido nas atividades contraterroristas, levando a mais instabilidades. A securitização que envolveram estas regiões durante este momento refletiu não só na importância geoestratégica destes espaços para as relações internacionais, mas também transformando o cenário no qual as projeções médio orientais focos deste estudo se desenvolveram.

Além do episódio da Guerra ao Terror, a crise econômica também impactou no Chifre da África e no continente africano. A renovação estratégica da África na chegada do novo milênio sofreu economicamente pela crise nos países centrais. Apesar da retração econômica e financeira, o continente não deixou de ser foco do interesse externo, e desde o pós-Guerra Fria outros atores passaram a estar mais presentes no cenário africano. China, Rússia, Índia, Brasil, Turquia, países árabes, Cuba, continuaram ou reforçaram seu interesse na África. Paulo

Visentini (2014a, p. 44) chama a atenção para esse processo, notando que interessante “[...] um movimento de tal magnitude passou despercebido dos europeus e norte-americanos até a eclosão da crise de 2008. A partir daí, as tradicionais potências do Norte tiveram não apenas de buscar novos espaços, como também de combater os eficientes competidores, especialmente a China [...]”. Dessa forma, a intensificação da presença norte-americana com vistas ao combate ao terrorismo também pode ser visualizada a partir da percepção da presença de outros Estados na região. Logo, aumentou-se a competição pelas possibilidades econômicas, financeiras e políticas oferecidas pela realidade africana. Estes aspectos mencionados tiveram relação direta ou indiretamente com as projeções de Israel, Irã, Arábia Saudita e Turquia para o Chifre da África nesse período, como será analisado a seguir.

3 A PROJEÇÃO DE ISRAEL, IRÃ, TURQUIA E ARÁBIA SAUDITA PARA O CHIFRE AFRICANO ENTRE 2001 E 2011

A região do Oriente Médio e grande parte do continente africano, em especial o norte e leste, possuem fortes vínculos históricos, culturais, linguísticos, políticos e econômicos que somam séculos de desenvolvimento. O intercâmbio entre as duas regiões se estende por muito tempo antes da formação dos Estados Modernos constituídos durante o século XX. Como espaços territoriais unidos por uma pequena extensão de terra antes da construção do Canal de Suez no século XIX³⁰, a região foi palco de grandes impérios e civilizações que compuseram o quadro político e social da região. Outros elementos que fortaleceram esses laços foram somados ao longo do tempo. Yusuf Hasan (1985, p. 7) ressalta que o surgimento da religião islâmica durante o século VII conectou ainda mais o Oriente Médio e a África com o expansionismo da religião. Antes disso, já existiam comunidades judaicas e cristãs habitando o continente. Com isso, ao longo dos séculos seguintes, verificou-se um intenso intercâmbio entre os povos médio-orientais e africanos, o que dificultava considerar como regiões de dinâmicas separadas (Mazrui, 1992). Isso pode ser exemplificado pelo Norte da África que fez parte durante muitos séculos do Império Turco-Otomano, reunindo sob seu controle parte do mediterrâneo ao Oriente Médio. Contudo, mudanças importantes que levaram ao mapa geopolítico que se conhece hoje vieram com desenvolvimento capitalista europeu e o surgimento dos impérios coloniais.

Segundo Ali Mazrui (1975, p. 726), a presença europeia na África subsaariana do século XV ao século XX reduziu parcialmente a penetração econômica e cultural árabe. A expansão europeia no continente africano desde as grandes navegações e a crescente necessidade de recursos naturais e mão-de-obra impulsionada pelas revoluções industriais levaram as disputas por espaços com os árabes no continente africano, os quais controlavam algumas rotas comerciais. Esta mudança não foi somente em termos econômicos. Ao final do século XIX, a concretização do colonialismo impôs novas formas de controle territorial na África, alterando desde infraestruturas às relações sociais e políticas. Inglaterra, França, Itália, entre outros, foram atores externos que influenciaram no desenvolvimento da região do Norte e Chifre da África. Já no Oriente Médio, foi o fim da Primeira Guerra Mundial que alterou profundamente o mapa da região, pois representou o fim do Império Turco Otomano, a imposição de mandatos francês e inglês e as tentativas sem sucesso do nacionalismo árabe.

A formação dos Estados do recorte espacial deste trabalho se deu somente ao longo do

³⁰ Atualmente, o estreito de Bab el-Mandeb, de apenas 32 quilômetros, separa as duas regiões.

século XX. Como ressalta Kahir Haseeb (1985), o desenvolvimento institucional dos Estados destes dois sistemas regionais emergiu com o fim do imperialismo europeu e com a chegada da Guerra Fria. Nesse sentido, o fim do Império Turco-Otomano levou à fundação da Turquia em 1923. O Irã, herdeiro da civilização persa, ficou assim conhecido em 1935 por determinação da dinastia Pahlavi, que chegou ao poder em 1921. O Reino da Arábia Saudita foi estabelecido em 1932 após a expansão territorial conduzida pelo rei Abdul Aziz Ibn Saud. Por último, Israel foi constituído em 1948 em um mundo pós-Segunda Guerra Mundial e alterando o mapa do Oriente Médio. Já na região do Chifre da África, a Etiópia nunca fora colonizada (mesmo com tentativas italianas) e manteve-se firme até 1974 um histórico regime monárquico. O Sudão tornou-se independente do jugo anglo-egípcio em 1956; a Somália foi unificada em 1960, Djibuti em 1977, enquanto Eritreia conquistou sua independência em 1993 e o Sudão do Sul somente em 2011. Com isso pode-se verificar que em pouco tempo o mapa geopolítico da região foi modificado, reunindo estruturas seculares de um lado e criando novas de outro. Todas inseridas nas dinâmicas políticas e econômicas do sistema internacional contemporâneo, embora em diferentes momentos. Nesse sentido, como ressalta Alexandre Roche (2012b, p. 19), se pensarmos na dinâmica da produção e exportação do petróleo que destaca a região em termos internacionais, o Oriente Médio e a África Oriental (ou seja, os países do Chifre) fazem parte desta cadeia de produção e escoamento. Portanto, o desenvolvimento destes Estados se deu em regiões de grande importância geopolítica e de interesses externos devido à sua localização próximo a rotas marítimas internacionais. Dessa forma, tendo estes elementos históricos em consideração que se visa neste capítulo analisar a projeção de Israel, Irã, Arábia Saudita e Turquia para o Chifre da África entre 2001 e 2011.

3.1 A PROJEÇÃO MÉDIO ORIENTAL NO CHIFRE DA ÁFRICA ENTRE 2001 E 2011: AS HERANÇAS DA GUERRA FRIA

A presença de Israel, Irã, Turquia e Arábia Saudita na África, ainda que em diferentes graus de intensidade e objetivos, juntaram-se aos demais países na participação externa no continente africano. Durante o período da Guerra Fria, tanto o Oriente Médio, quanto a região do Chifre da África estiveram envolvidos na disputa entre os dois modelos de organização socioeconômicos, capitalista e socialista, encabeçados por Estados Unidos e União Soviética. Diversos fatores serviram como motivadores deste processo. O principal era a importância geopolítica e estratégica dessas regiões que reunia dinâmicas desde o mediterrâneo, passando pelo leste africano e Oriente Médio, ao cenário asiático (Ehteshami; Murphy, 2011, p. 12). A

disputa sistêmica, no entanto, não guiou a totalidade das interações entre as potências médio-orientais e os países do Chifre da África, pois as dinâmicas internas de cada região também tiveram grande peso. Pode-se considerar os conflitos árabes israelenses, as disputas entre Etiópia e Somália, Etiópia e a insurgência eritreias, a revolução iraniana, entre outros eventos.

Nesse sentido, a Arábia Saudita já acompanhava os eventos da região do Chifre desde a formação do seu reino. Vale lembrar que o Reino da Arábia Saudita foi formado na década de 1930, mesmo período em que ocorreu a ascensão de Haile Selassie ao poder na Etiópia (Erlich, 2007, p. 15). Apesar do olhar próximo entre estas duas fortes monarquias e seus possíveis choques de poder e influência, a presença saudita no Chifre se intensificou posteriormente. Segundo Federico Donelli e Brendon Cannon (2021), os Estados médio-orientais, como a Arábia Saudita tem se envolvido de forma significativa nas dinâmicas do Chifre da África desde a década de 1960. Em diversos períodos os laços entre os africanos e sobretudo os árabes foram resgatados. Para Robert Aliboni (1985, p. 4), entre 1969 e 1978, a importância regional e internacional da região do mar Vermelho cresceu devido, em parte, à ação diplomática da Arábia Saudita que visava conter o avanço soviético na região, sobretudo durante a Guerra do Ogaden³¹. Além disso, a revolução marxista na Etiópia em meados da década de 1970 também impactou a política saudita para a região. Segundo Haggai Erlich (2007, p. 141-143), o Chifre era o foco do governo na época pelas ameaças de expansão comunista e de Israel.

Dessa maneira, Riad articulou entre 1975 e 1979 uma aliança securitária junto com Egito e Sudão para monitorar a rota marítima que ligava o mediterrâneo ao Índico. O autor relembra que isto foi conhecido como uma política de “arabização do Mar Vermelho”, no sentido de aproximar os grupos islâmicos do Chifre para a política wahhabitada do país. Este apoio saudita baseado na solidariedade árabe, tinha como plano de fundo objetivos securitários que guiaram seu apoio à Eritreus e Somalis naquele período, bem como na contenção comunista (soviética e cubana), contenção revolucionária e de grupos aliados de outros Estados árabes, como por exemplo, o Sudão pós-1989 e sua aproximação com Teerã (Halliday, Peña, 1979, p. 528; Lefebvre, 1992, p. 20-21).

Israel, por outro lado, não possuía uma política africana consistente ao longo dos anos em comparação à sua relação com as potências ocidentais, apesar de compartilhar fronteira com

³¹ Desencadeado após uma invasão somali, a Guerra do Ogaden eclodiu em 1977. A região do Ogaden era contestada pelo Estado da Somália, visto que esta região que se estendia do leste do país à sudeste da Etiópia, parte da população possuía ligações culturais somalis (Halliday, Peña, 1979, p. 595). O conflito teve fim em 1978, com a retirada das tropas da Somália.

o continente e ter acesso ao Mar Vermelho ao sul. A presença de Israel no continente africano visava obter alianças ou ainda áreas de influência que pudessem conter ou diminuir a posição de seus rivais do Oriente Médio. Em outras palavras, os eventos da região foram motores para a projeção israelense para a África (Gidron, 2020, p. 3-6).

Israel necessitava inserir-se diplomática e economicamente em outros espaços após os primeiros anos conflituosos depois de sua formação em 1948. Sua projeção para a África, no entanto, também foi marcada por resistências africanas e tentativas de países como o Egito, de tentar conter seu avanço, fornecendo ajuda financeira, em troca do rompimento de relações com Tel Aviv por parte dos países africanos (Fayek, 1985, p. 105-106). O Chifre da África e o Leste africano eram espaços importantes para a segurança do país. Israel, por exemplo, firmou acordos militares e securitários com os países da região, sobretudo ao redor da bacia do Nilo a fim de cercar o Egito de Nasser durante a década de 1960 (Sharawi, 1985, p. 287).

Enquadra-se nisto a estratégia de “Aliança da Periferia”³² que visava buscar aliados em países como a própria Etiópia, além de Turquia e Irã. Esta estratégia guiou a política externa israelense por um tempo, objetivando a aliança com países importantes nas dinâmicas regionais. Em relação à Adis Abeba, Israel tornou-se um dos principais aliados do regime monárquico e nem mesmo a queda de Selassie em 1974, a aliança com Moscou e o rompimento de relações diplomáticas³³, terminou de fato com as conexões israelenses e etíopes. De acordo com Fred Halliday e Arthur Penã (1979, p. 527), a Etiópia era considerada por Israel uma importante aliada em uma região cercada por países árabes e que, mesmo com as pressões destes para o afastamento destes dois países, Israel continuou a enviar apoio técnico, militar e econômico para a Etiópia. Tel Aviv também apoiou Selassie durante os levantes eritreus em busca de independência (Lefebvre, 1996, p. 393-394; Gidron, 2020, p. 21-22). Ainda assim, com o estabelecimento da Eritreia em 1993 os dois Estados desenvolveram boas relações.

O Irã, mesmo estando um pouco mais distante dos países do Chifre da África, reconhecia estes países como espaços de projeção. Considerado herdeiro do Império Persa, o

³² A estratégia denominada “Aliança para a Periferia” visava a aproximação israelense de países de forma a criar um cerco entorno dos países árabes (Gidron, 2020, p. 21).

³³ Com a Guerra dos Seis Dias em 1967, Israel avançou territorialmente pela Península do Sinai, a Cisjordânia e as Colinas de Golã. Esta ação prejudicou a imagem de Israel no continente africano, visto que expandiu seus territórios também para um país do continente, o Egito. Aos poucos, os países africanos passaram a adotar posturas mais rígidas em relação à Israel. Com a Guerra do Yom Kippur de 1973, apesar de ser iniciada por Egito e Síria, Israel conseguiu reverter a situação e avançar para mais territórios. Isto levou a mais países africanos a romperem relações diplomáticas com Tel Aviv (Guiné, por exemplo, já havia rompido com Israel alguns anos antes). Somente Lesoto, Suazilândia, Malauí e as Ilhas Maurício não romperam diplomaticamente com o país médio-oriental (Gidron, 2020, p. 35; p. 42). Este rompimento foi sobretudo político, visto que economicamente os laços foram mantidos. Ao longo das décadas de 1970 e 1980, a relação entre Israel e os países africanos já estavam sendo retomadas.

país compartilhava laços históricos com diferentes povos e regiões africanas. O regime iraniano à época das descolonizações, então aliado ocidental, apoiava a luta anticomunista na África, e desde este momento aproximou-se de países como Sudão e Etiópia. Na década de 1970, o governo do Xá apoiou política e militarmente a Somália e ao Sudão na contenção da revolução marxista na Etiópia e sua aproximação com a União Soviética (Lefebvre, 1992, p. 399-400). Entretanto, após a revolução de 1979, houve uma mudança nas relações iranianas na região do Chifre. Apesar do apoio inicial ao Iraque durante a Guerra Irã-Iraque, com o golpe de Estado no Sudão este se tornou um dos principais aliados iranianos no continente africano, recebendo a visita do presidente Hachemi Rafsandjani em 1991 (Nouhou, 2014 p. 141-142). Durante a década de 1980 e 1990 a projeção iraniana para a África visava reduzir as pressões externas ao processo revolucionário, pressões estas tanto econômicas, como políticas e militares. Países como Serra Leoa de Saidu Momoh e o Sudão do recém-chegado Omar al-Bashir convergiam nas posições anti-imperialistas e antiocidentais do Irã daquele momento (Lob, 2022, p. 70—71).

Em contraposição ao movimento israelense, saudita e iraniano, a projeção da Turquia durante a Guerra Fria para o Chifre da África foi menos intensa. Durante a existência do Império Turco-Otomano, parte costeira do Chifre da África chegou a fazer parte do seu domínio. Com o fim do império na década de 1920, o principal objetivo era construção da república, para a qual suas lideranças visavam a inserção de Ancara como um aliado ocidental. Durante as primeiras décadas, a política externa da Turquia para a África Subsaariana diferenciava-se da política para o Norte da África. Enquanto esta última gozava da proximidade geográfica, cultural e política com a Turquia, a região abaixo do Saara não era foco de projeção mais significativa. No Chifre da África, não houve uma política de projeção consistente se comparada à de Israel e Arábia Saudita neste período. A Turquia já possuía representação diplomática na Etiópia desde 1926 e declarou apoio ao movimento de independência da Eritreia. No entanto, foi somente a partir das décadas finais do século XX, que a África passou a ganhar um pouco mais de peso na política externa turca (Donelli, 2021).

Com isso, *estes países já possuíam laços políticos, econômicos, históricos e culturais com os países do Chifre*, mas a partir do fim da Guerra Fria a relação entre estas regiões foi transformada (Ehteshami; Murphy, 2011, p. 17-19). À nível sistêmico, a posição destas regiões, em especial do Chifre, não tinha o mesmo peso estratégico com a desintegração da União Soviética. A Rússia estava voltada para a reconstrução doméstica, enquanto os Estados Unidos estavam focados em outras regiões. No entanto, o Chifre da África logo retomou sua importância geoestratégica com a Guerra ao Terror (Bereketab, 2013, p. 487-488). Já a nível

regional, novas alianças surgiram para estes Estados dentro da região, com o estabelecimento do Estado Eritreu, por exemplo. Assim novos desafios e novas possibilidades surgiram para estes Estados.

No início dos anos 2000 até o final da primeira década do milênio, o intercâmbio entre as duas regiões sofreu modificações importantes devido a processo comum de desestabilização, como demonstrado no capítulo anterior. *O ano de 2001, no entanto, não representou uma mudança imediata nas relações entre as potências regionais do Oriente Médio e o Chifre africano.* Ou seja, a Guerra ao Terror não levou à uma projeção como “resposta” a esses eventos. Apesar disso, as transformações decorrentes das medidas tomadas pelos Estados Unidos e outras potências, bem como mudanças domésticas e regionais levaram, pouco a pouco, a uma reinvestida médio-oriental nesta parte do continente africano seguindo a lógica dessas mudanças. Em outras palavras, *a expansão da competição regional e a crescente relevância geoestratégica do Chifre da África foram fatores que levaram à maior projeção das potências médio-orientais.* Nesse sentido, Brendon Cannon e Ash Rossiter (2022, p. 22) reforçam que foram os renovados interesses de Washington no Chifre da África, pautado pela ação contraterrorista, que alteraram as dimensões securitárias do Chifre e levaram ao crescimento das presenças de atores externos, novos ou conhecidos, na região. A partir disso, objetiva-se neste capítulo compreender como se deu a projeção de Israel, Irã, Arábia Saudita e Turquia no Chifre da África na primeira década do século XXI.

3.2 A PROJEÇÃO DAS POTÊNCIAS DO ORIENTE MÉDIO PARA O CHIFRE AFRICANO ENTRE 2001 E 2011: A PREDOMINÂNCIA DE CONTINUIDADES

Durante o período de 2001 a 2011 já se verificava uma preocupação de cada Estado com a presença de países rivais na sub-região, em particular a preocupação israelense e saudita com o Irã, que aumentava sua atividade no Chifre. Do mesmo modo, destaca-se que enquanto Israel possuía uma ação mais limitada em termos de aliados, os sauditas, turcos e iranianos possuíam mais campo de ação. Teerã, nesse sentido, representou o país que foi mais bem-sucedido na sua projeção para o Chifre ao garantir mais aliados aos seus interesses, como foi o caso da Eritreia, ao mesmo tempo que sua projeção obteve ganhos políticos, econômicos e securitários. Essa intensa projeção iraniana nesse período foi determinante para os futuros desdobramentos na região.

Já Riad, por outro lado, não conseguiu restringir o avanço iraniano, visto que seus esforços estavam mais voltados ao seu entorno mais imediato no Oriente Médio. Sua ação no

Chifre da África foi sobretudo econômica e pode ser caracterizada por baixo e médio envolvimento. Neste período também se verificou a presença israelense na região, embora esta não fosse a prioridade do país. O Chifre possuía uma importância geopolítica para Tel Aviv, por sua proximidade, bem como pelo apoio de alguns países aos palestinos e aos iranianos. Essa presença israelense perderá um pouco de seu espaço com a inserção de novos atores nas dinâmicas do Chifre da África após 2011 e a expansão dos interesses israelenses para outras partes do continente. Por fim, entre 2001 e 2011, lançaram-se as bases da participação da Turquia nas dinâmicas regionais, favorecidas pelo crescimento econômico e maior procura de novos mercados, adicionando-se, assim, mais um ator médio oriental no Chifre. A presença de Ancara ainda era voltada a objetivos mais econômicos e humanitários, e seu envolvimento político ainda era restrito. No caso da Turquia, não parecia evidente neste momento uma tentativa de conter o avanço de outros Estados e, sim, de consolidar seus objetivos domésticos. Novamente, 2011 representará um ponto de inflexão, que será analisado posteriormente (Lefebvre, 1996; Corda, Dentice, Procopio, 2018, online).

3.2.1 Irã: Mudança na Política Africana

As relações do Irã com o continente africano possuem laços antigos, que se estendem para além dos Estados modernos conhecidos atualmente. O Império Persa possuía laços econômicos, políticos e culturais com o continente africano, em especial a região leste. Com a formação do país em 1921 e as independências dos países africanos ao longo do século XX, a relação de Teerã com a África foi pautada, em termos gerais, no apoio às independências e ao desenvolvimento destes novos Estados (Warner, Gallo, 2014, p. 398). Durante o governo do Xá, nesse sentido, a participação iraniana no Chifre da África e no continente como um todo esteve mais alinhada aos interesses ocidentais. Durante os conflitos entre Etiópia e Somália, por exemplo, Teerã junto com demais monarquias do Golfo foram importantes sustentadores do Estado somali, visando contrapor o regime marxista da Etiópia (Cannon, Rossiter, 2022, p. 19).

A Revolução Iraniana representou uma inflexão na política externa do Irã, embora algumas continuidades pudessem ser vistas na política para o continente, como por exemplo, a permanência do discurso anti-imperialista (Warner, Gallo, 2014, p. 398). Como destaca Eric Lob (2016, p. 316-318), nos primeiros anos após a revolução de 1979, a relação iraniana com os países africanos concentrou-se no apoio, inclusive militar, às ideias nacionalistas e anti-imperialistas. Aos poucos, com grupos moderados e reformistas ganhando espaço na política iraniana, também sua atuação externa passou por mudanças. Nesse sentido, o apoio ao

desenvolvimento na África tornou-se uma agenda na política externa iraniana sobretudo a partir dos anos 1990 e 2000. Nesse período, a África já possuía espaço na política externa iraniana, sobretudo após o golpe no Sudão de 1989. Durante a administração de Hachemi Rafsandjani, Teerã aproximou-se de Cartum, além de formalizar relações com a África do Sul e fomentar acordos comerciais com demais países africanos (Nouhou, 2014, p. 142-143).

A sub-região do Chifre, como pode ser visto, já era um espaço de projeção iraniana devido a sua importância geoestratégica e os laços históricos. Com a chegada do novo milênio a relação de Teerã com este espaço foi renovada, devido a transformações domésticas e internacionais. Durante a primeira década, o Chifre permaneceu como um espaço de projeção iraniano, ainda mais por estarem ali localizados dois aliados importantes do regime: o Sudão e a Eritreia. A conexão com estes países vinha desde o regime Pahlavi, quando este visando conter o avanço comunista, apoiou as economias de Estados “moderados”, nos quais estes países faziam parte, assim como Somália e Senegal (Heibach, 2018, p. 2).

O que se verificou no período de 2001 a 2011, no entanto, foi *o alargamento da política africana do Irã*. A exemplo disso, Alhadji Nouhou (2014, p. 144) relembra que em 2008 o Irã possuía relações diplomáticas com mais de quarenta países, firmando com alguns Estados acordos econômicos, políticos e tecnológicos. Nesse sentido, a intensa participação iraniana na região do Chifre esteve conectada com a projeção mais ampla para o continente africano empreendida durante esta década. Não só o continente africano fez parte dessa projeção extrarregional, mas também Ásia e América Latina compuseram os espaços nos quais o governo iraniano de Mahmoud Ahmadinejad, visando contornar os desafios econômicos impostos pelas sanções internacionais, buscou oportunidades para romper o isolamento do país (Chimarizeni, 2017, p. 38).

As políticas africanas dos governos de Khatami e Ahmadinejad não apresentaram grandes diferenças, apesar do segundo ter visado projetar-se mais no continente africano. Investimentos econômicos e industriais marcaram o governo moderado de Khatami. Já o governo de Ahmadinejad também fechou acordos de cooperação militar, como por exemplo, com a Nigéria em 2005 (Nouhou, 2014, p. 143). Além disso, visava apoio diplomático, político e econômico devido às sanções impostas ao país decorrentes do seu programa nuclear. A aproximação com a África do Sul, membro não-permanente do Conselho de Segurança da ONU entre 2007 e 2008, para fortalecimento de laços econômicos, e de países ricos em urânio, como Níger, Serra Leoa e Uganda, são ilustrações dos interesses do governo Ahmadinejad na sua projeção para a África (Rubin, 2013, p. 2; Heibach, 2018, p. 3). Essa projeção durante seu governo foi favorecida pela alta no preço do petróleo e seus esforços foram destinados desde

acordos bilaterais, como também na participação em organismos multilaterais. Isso gerou resultados positivos de forma que em 2008 a Comissão da União Africana realizou uma visita à Teerã para aprofundar as relações entre a organização e o país. Dois anos mais tarde, em 2010, o Irã se tornou um Estado observador na União Africana. Além disso, foi realizado neste mesmo ano o Fórum Irã-África na capital iraniana, que contou com a presença de representantes de cerca de cinquenta Estados africanos (Mari, 2017, p. 64).

A intensa projeção nos órgãos multilaterais visava o apoio ao Irã quando da votação de sanções e resoluções condenatórias ao país. Estes esforços foram bem-sucedidos em alguns casos, como no fato de entre 2006 e 2014, países como Djibuti, Eritreia, Etiópia e Sudão votaram contra a condenação ao Irã de desrespeito aos direitos humanos. Já no caso de resoluções acerca de seu programa nuclear, muitas vezes os países africanos votaram a favor das sanções econômicas (Lob, 2022, p. 76-81). Nesse sentido, a projeção de Teerã para o continente africano visando apoio diplomático obteve resultados mistos, variando conforme os interesses dos países africanos.

Em relação ao Chifre, este foi um período de considerável presença iraniana. A parceria entre Irã e Sudão, por exemplo fortaleceu-se neste período. Os laços com o país foram cada vez mais fortalecidos, sobretudo em meados da década de 1990, quando o governo de Cartum se recusou a condenar o Iraque na invasão ao Kuwait, causando revoltas em países árabes, em especial, países do Golfo (Van Genugten, Fikri, 2017, p. 3). Com isso, abriu-se maior espaço para a aproximação iraniana. Com a chegada do novo milênio, o governo de Cartum buscou apoio iraniano em diversas frentes, inclusive apoio militar, sobretudo após a redução da ajuda militar chinesa e russa para o país (Chimbelu, 2010, online). Além de trocas de visitas entre al-Bashir e Ahmadinejad, os dois países ainda firmaram um acordo de cooperação militar em 2008 para modernização militar do Sudão (Sudan Tribune, 2008, online; Nouhou, 2014, p. 144).

Nesse mesmo ano, Irã e o governo da Eritreia assinaram diversos acordos bilaterais nas áreas agrícolas, de mineração, industrial e energética. Destaca-se que Sudão e Eritreia eram dois países considerados párias no sistema internacional, por serem acusados de apoiarem o terrorismo (no caso do Sudão, a al-Qaeda, e da Eritreia, o al-Shabaab somali). Entretanto, este não foi somente o motivo pelo qual o Irã se aproximou destes países. Demais países africanos, ainda que aliados ocidentais, também negociaram com o Irã durante este período (Lob, 2022, p. 77-79). Estes países possuíam boas relações com Teerã, pois era uma possível fonte de investimentos externo e atendiam seus interesses pragmáticos.

Com o Sudão, as relações com Teerã foram fortalecidas e Cartum pode ser visto como um dos principais aliados de Teerã no continente. As relações bilaterais estendiam-se do âmbito

econômico, político ao militar. O presidente Ahmadinejad chegou a visitar o então presidente Omar al-Bashir antes e depois deste ser indiciado por crimes em Darfur pela Corte Internacional de Justiça em 2008. Além disso, foram registrados a presença de navios da frota naval iraniana no Porto de Sudão (Rubin, 2013, p. 5). Já no âmbito militar, o Irã forneceu armamentos e treinamento a Cartum para desenvolvimento de suas forças de defesa (Chimarizeni, 2017, p. 41).

As relações entre Teerã e Asmara também possuía obstáculos e oportunidades. O governo de Asmara, como os demais países no Chifre, buscava aliados externos para atender seus interesses, sejam estes “rivais” ou não. Mesmo a aproximação com o regime iraniano, a Eritreia de Afewerki mantinha relações com Washington e Tel Aviv, ainda que as relações com os países ocidentais fossem turbulentas (Cannon, Rossiter, 2022, p. 21-22). A Eritreia, apesar disso, apoiou o programa nuclear iraniano (Rubin, 2013, p. 5). Esse apoio foi resultado das boas relações construídas entre os países nesse momento. O presidente Isaias Afewerki realizou uma visita à Teerã em 2008, e como resultado aumentaram-se as trocas comerciais entre os países e os investimentos iranianos em Asmara (Chimarizeni, 2017, p. 41-42).

Em relação ao Djibuti, os dois países desenvolveram boas relações, intensificadas durante o governo de Ahmadinejad, com a realização de visitas oficiais, além da assinatura de acordos econômicos. O governo do Djibuti foi outro Estado da sub-região que apoiou o programa nuclear iraniano. Em troca, foi favorecido pelos investimentos iranianos no país (Mari, 2017, p. 61).

Em relação à Somália, Teerã também era um ator ativo. A pirataria na região foi outro ponto que guiou a projeção iraniana para o Chifre. O país neste período manteve uma presença naval na região, visando assegurar a rota comercial importante. Apesar disso, a projeção iraniana para o país era acompanhada com receio pelos demais países, devido a acusações de que o Irã estaria apoiando grupos insurgentes na Somália (Van Genugten, Fikri, 2017, p. 4).

A projeção iraniana para o Chifre da África causou preocupações e foram acompanhadas por Estados como Israel e Arábia Saudita. O temor do governo israelense era pela possibilidade de o Irã ganhar espaço na região, angariar mais aliados e pelas possíveis instabilidades decorrentes da política de Teerã. A mesma situação preocupava aos sauditas, cuja maior atuação iraniana, tanto nas alianças no Chifre, quanto sua presença naval no Mar Vermelho e Oceano Índico, acendia um alerta para segurança de Riad (Mari, 2017, 57). As tentativas de contenção à presença iraniana seriam mais efetivas e intensificadas a partir das consequências da Primavera Árabe.

Em termos gerais, durante este período, *a presença iraniana no continente africano*

permitiu aliviar o isolamento de Teerã e expandir relações diplomáticas e políticas no continente, constituindo uma oportunidade para o governo de Ahmadinejad, cada vez mais envolto em críticas e insatisfações domésticas. O mesmo pode ser pensado em relação aos regimes sudanês e eritreu, também sob sanções internacionais, cujas relações com Teerã permitiam acesso a investimentos em diversas áreas (Lob, 2016, p. 330). De certa forma, o processo de desestabilização regional do Oriente Médio e a ofensiva contraterrorista criou conexões entre estes países, favorecendo a abertura para a projeção. Assim, o final da década de 2000 parecia indicar que a presença iraniana na região possuía bases sólidas. Mas os eventos da década seguinte, no entanto, iriam demonstrar as fragilidades dessas relações.

3.2.2 Israel e a participação tímida no Chifre da África

A participação de Israel na África, em especial no Chifre, a partir de 2001, foi centrada nos esforços do país para assegurar interesses políticos, econômicos e securitários. Segundo Gidron (2020, p. 6, tradução própria)³⁴:

[...] Se as rodadas anteriores da competição Israelo-árabe/palestina na África estava envolvida nas dinâmicas da Guerra Fria global, hoje a batalha ocorre dentro do contexto da “Guerra ao Terror”, a crescente popularidade dos movimentos de cristãos nascidos de novo e reformistas islâmicos, e o renovado interesse geoestratégico tanto do Golfo quanto dos poderes asiáticos na África.

Apesar do avanço diplomático no continente africano, com a retomada de laços com países que haviam anteriormente rompido com Israel, isto não representou uma mesma procura pelo continente como havia sido durante o século XX. Mesmo assim, a renovação geoestratégica, como mencionada pelo ator, reforçava a atenção israelense seja para o Chifre, seja para o continente como um todo (Gidron, 2020, p. 53-54). De acordo com Yaron Salman (2021, p. 43-47), em meados da década de 2000, fortaleceu-se a imagem de Israel enquanto parceiro para combater os crescentes desafios impostos pelo terrorismo. Em 2009, o então Ministro das Relações Exteriores Avigdor Lieberman visitou Etiópia, Quênia, Uganda, Nigéria e Gana acompanhado de diversos empresários ligados ao ramo securitário.

Nesse cenário de mudanças geopolíticas no Oriente Médio e a oportunidade representada pelos países do Chifre para garantir a segurança do país, Etiópia, Eritreia, o movimento sul sudanês e acompanhamento das atividades iranianas no Chifre constituíram os

³⁴ Tradução própria. No original: “[...] *If previous rounds of Israeli-Arab/Palestinian competition in Africa were intertwined in global Cold War dynamics, today the battle takes place within the context of the ‘war on terror’, the growing popularity of born-again Christian and reformist Islamic movements, and the renewed geostrategic interest of both Gulf and Asian powers in Africa.*” (Gidron, 2020, p. 6).

principais temas que guiaram a projeção de Israel nesse período. Na região, Somália e Djibuti permaneceram como desafios à projeção de Israel neste momento devido à proximidade destes Estados com os países árabes e suas posições contrárias às políticas de Tel Aviv (Back, 2021, p. 28).

Em relação à Etiópia, Israel continuou sendo um aliado no Oriente Médio. Como visto, nem mesmo a queda do regime monárquico de Selassie em 1974 e a chegada de um regime marxista ao poder pode romper com as relações entre os Estados. Israel era uma importante fonte de apoio militar ao governo que ainda enfrentava a insurgência eritreia (Gidron, 2020, p. 45-46). Nesse sentido, Israel já apoiava militarmente a Etiópia, antes mesmo da ascensão de Mengistu ao poder, a fim de evitar uma vitória das forças da Eritreia e a possibilidade de ascensão de mais um aliado árabe no Mar Vermelho (Lefebvre, 1992, p. 16-17).

Não obstante os laços antigos, ambos os países passaram por transformações significativas após o fim da Guerra Fria. O significativo desenvolvimento da Etiópia nos últimos anos deve ser destacado como um elemento que também interessou a Israel, além do fato da Etiópia tornar-se uma potência regional na África Oriental. O país ainda passou a sediar a União Africana (UA), que substituiu a Organização da Unidade Africana (OUA) em 2002 (Gruzd, Rawhani, Benjamin, 2018, p. 18-19). As relações com a potência regional do leste africano se deram em diferentes campos, desde o apoio técnico agrícola ao securitário, com Israel fornecendo armamentos para Adis Abeba. No país, as relações bilaterais ganham outra dimensão, pois encontra-se ali uma das principais comunidades judaicas na África – reconhecida como a única africana por Israel, os Beta Israel na Etiópia (Gidron, 2020, p. 124). Dessa forma, os laços entre Israel e Etiópia foram desde o âmbito securitário ao social e religioso.

Já em relação à Eritreia, o novo país também se tornaria um aliado importante de Israel no Chifre, apesar das relações próximas entre Israel e Etiópia e a antiga ajuda israelense na supressão da revolta eritreia décadas antes. Asmara constituiu um ponto estratégico para Israel supervisionar as atividades iranianas e de contrabando de armas no Chifre da África. Sua proximidade com o Sudão e a Somália, bem como pelo acesso ao estreito de Bab el-Mandeb permitiam conduzir atividades de vigilância na região (Salman, 2021, p. 43). O interesse eritreu em aproximar-se de Tel Aviv vinha de sua oposição ao governo sudanês liderado pelo Fronte Islâmico Nacional, apoiado pelos iranianos. A aliança entre Israel e Eritreia, no entanto, não foi constante. Ao longo do tempo, o governo do pequeno país africano recebeu apoio de Teerã e a relação com Israel tornou-se menos prioridade (CANNON, ROSSITER, 2022, p. 21).

Outro ponto de atenção para Israel no Chifre foram os avanços nas questões internas do

Sudão que posteriormente levariam ao estabelecimento do Sudão do Sul. Nos primeiros anos de independência do Sudão, Tel Aviv tentou se aproximar de Cartum, pois este poderia ser um importante aliado na contenção egípcia. No entanto, esses esforços foram malsucedidos e o governo sudanês logo tomou posições contrárias a Israel. Com isso, Tel Aviv viu nas instabilidades internas do país uma oportunidade para enfraquecê-lo. A aproximação de Israel com o processo separatista do sul do Sudão, iniciado desde a década de 1950, se deu principalmente com as consequências da Guerra dos Seis Dias (1967). Com a expansão territorial israelense e seus conflitos com o Egito, o Sudão apoiou Cairo militarmente. O apoio de Israel aos movimentos sul-sudaneses, dessa forma, visava criar instabilidades dentro do Sudão e reduzir seu apoio ao Egito de Nasser. Israel forneceu armas e acesso ao petróleo aos rebeldes do sul. Com a formação do Movimento de Libertação do Povo do Sudão (*Sudan People's Liberation Movement*, SPLM, na sigla em inglês), as relações com Israel permaneceram (Samaan, 2018, p. 118; Koren, 2019; Gidron, 2020, p. 35-36).

Durante a primeira década dos anos 2000, o principal avanço de negociação entre as partes foi a assinatura do Amplo Acordo de Paz (*Comprehensive Peace Agreement*, em inglês) em 2005 (Koren, 2019). Apesar da assinatura do Acordo, as relações de Tel Aviv com o país continuaram em termos negativos. Nesse momento, as relações de Israel com o Sudão eram marcadas por divergências de modo que em 2009 aeronaves israelenses atacaram um comboio de caminhões no Sudão sob a justificativa de que eles transportavam armamentos para Hamas em Gaza (Bishku, 2019, p. 43). Já na segunda metade da década de 2000, eventos levaram ao fortalecimento do processo separatista. Com isso, Israel ganharia mais um espaço de influência no Chifre da África a partir de 2011.

Israel, durante este período, também acompanhava a atividade iraniana na África. No Chifre, o Sudão era olhado de perto por Israel, não só por sua aproximação com Teerã, mas também por ser considerada rota de contrabando de armas para o Hamas em Gaza (Gidron, 2020, p. 61-62). No contexto da Guerra ao Terror, o Chifre da África e demais países do leste do continente foram pontos de atenção a Israel por terem sido cenários de atividades terroristas. A exemplo disso, está o ataque a um resort no Quênia que dentre os mortos estavam três israelenses. Da mesma forma, a emergência de conflitos na região e de grupos como o Al-Shabaab na Somália era uma oportunidade para a assistência securitária israelense (Gidron, 2020, p. 61-63).

À semelhança dos países do Golfo, Israel também foi um dos destinos de migrantes do Chifre, desde sudaneses, etíopes e eritreus que entravam pelo país pelo Egito (Gidron, 2020, p. 132). Segundo Günter Schröder (2015, p. 2), este movimento se intensificou nos anos 2000

devido aos conflitos internos dos países africanos, levando a cerca de 36 mil eritreus chegarem a Israel até 2013. Além destes, sudaneses e etíopes também compuseram a onda de imigrantes do Chifre da África para Israel. Estes, no entanto, tem sofrido com más condições de vida e dificuldades para inserção econômica, social e política no país. Dentre as medidas tomadas pelo governo sobre este caso tem sido o apoio no retorno destes migrantes para seus países de origem ou outro Estado africano.

Com base nestes acontecimentos, pode-se perceber que a projeção de Israel para a região não se deu na mesma intensidade da sua projeção no século XX. *A presença iraniana, as ações contraterroristas e manutenção dos laços políticos e diplomáticos já existentes pautaram a atuação de Israel na sub-região neste período.* Ainda que houvesse uma projeção comedida, a região do Chifre constituiu parte do entorno geopolítico israelense. De toda a sua extensão costeira, Israel possui grande parte voltada para o Mar Mediterrâneo, mas compartilha cerca de 14 km de acesso ao Mar Vermelho na sua costa sul e onde fica localizado o Porto de Eilat (Dentice, 2022, online). Além disso, a sua proximidade com o Egito faz com que as dimensões securitárias do Chifre possam acessar o território israelense, por isso a ênfase dada a essa dimensão quando se observa a projeção de Israel para o Chifre da África durante a primeira década dos anos 2000. Para Israel, os eventos no Chifre impactam na sua segurança territorial e marítima. Além disso, o crescimento econômico dos países africanos neste momento representou um atrativo para o governo israelense diversificar seus parceiros econômicos.

3.2.3 A continuação da presença saudita

A Arábia Saudita, como visto anteriormente, tinha um papel ativo na região ao longo do século XX, uma vez que o Chifre da África está localizado no entorno estratégico do país do Golfo. Naquele período, interessava à Riad a contenção comunista, revolucionária e de Israel. Isso refletiu-se na prática de maneira mais complexa, como foi o caso do apoio saudita ao regime somali de Siad Barre após o rompimento com a União Soviética na década de 1970 (Cannon, Rossiter, 2022, p. 18). Os sauditas também apoiaram os insurgentes eritreus na sua disputa contra a Etiópia. O apoio financeiro já era nesse momento uma das dimensões da projeção saudita e, a exemplo disso, pode-se citar a criação do Fundo Saudita para o Desenvolvimento estabelecido neste momento pelo reinado de Faisal, no qual Somália e Sudão foram um dos receptores no Chifre da África (Aidi *et al*, 2020, p. 2). Nesse sentido, foram inúmeros os desafios acompanhados pela Arábia Saudita naquele momento. A Revolução Islâmica iraniana de 1979, por exemplo, levou a Riad a fortalecer os laços com os países do

Chifre, como Etiópia e Djibuti (King Faisal Center for Research and Islamic Studies, 2020, p. 6). Além da perspectiva securitária, Riad também possuía laços históricos e culturais com estes países. Ressalta-se que grande parte da população do sub-região africana é muçulmana, de vertente sunita, e tendo a Arábia Saudita locais sagrados para a religião islâmica, o intercâmbio cultural e o turismo religioso também compuseram uma dimensão das relações entre Arábia Saudita e Chifre da África. Este aspecto não representou um determinante na projeção saudita para a sub-região, pois interesses políticos, econômicos e securitários se sobressaíram.

Durante a primeira década após o fim da Guerra Fria e os primeiros anos do novo milênio, a participação saudita diminuiu, o para alguns pesquisadores representou um desengajamento saudita da região. De fato, ao longo da década de 1990, o número de investimentos dos países do Golfo para a região decaiu e a retomada da presença saudita e de seus vizinhos da península arábica se daria paulatinamente ao longo da década de 2000, favorecida por condições financeiras, econômicas e políticas. De um lado, o preço do barril de petróleo aumentou favorecendo a economia destes países, assim como transformações regionais geraram condições para a retomada dessa projeção (Meester et al., 2018, p. 5, p. 41).

Outros pesquisadores atribuem à crise de 2008 ao aumento da presença saudita na região do Chifre, a partir do entendimento de que esta crise desencadeou uma busca por terras férteis a fim de garantir a segurança alimentar de Riad (King Faisal Center for Research and Islamic Studies, 2020, p. 12). Nesse sentido, o governo saudita e empresários do país tem adquirido terras férteis em países como a Etiópia e Sudão (Back, 2019, p. 2). No entanto, ainda que a presença de Riad na região não tivesse a intensidade das décadas anteriores ou dos anos seguintes, durante este período a região do Chifre da África permaneceu como um espaço no qual perpassava a segurança do país. Dessa forma, em virtude da capacidade de ação iraniana durante este período, a presença saudita na sub-região tornou-se cada vez mais consolidada (Donelli, Dentice, 2020, p. 5). Nos últimos anos da primeira década do século, Riad aumentou sua participação em uma tentativa de conquistar espaços políticos e econômicos e conter o avanço de Teerã, fornecendo ajuda econômica ou abrindo escolas de formação religiosa, por exemplo (Donelli, Dentice, 2020, p. 6).

Neste cenário, o Sudão representava uma das principais preocupações sauditas na região durante a década de 1990. O governo estabelecido em 1989 em Cartum, liderado principalmente pelo político Hassan al-Turabi, opunha-se à monarquia de Riad, além de aproximar-se de países rivais sauditas como Iraque e Irã (Meester et al, 2018, p. 17). Durante a Guerra do Golfo, por exemplo, o regime iraquiano recebeu apoio sudanês, causando preocupações em Riad de que o país do Chifre estivesse adquirindo armamentos (Lefebvre, 1992, p. 13). No entanto, anos mais

tarde, com a queda de al-Turabi e a concentração de poder em Omar al-Bashir em 1999, as relações entre Riad e Cartum foram amenizadas, mas não tão positivas, visto que Cartum e Teerã permaneceram como importantes aliados. Apesar disso, o Sudão recebeu diversos investimentos dos países do Golfo ao longo da década de 2000 (Meester et al. 2018, p. 18-23). Em relação à Etiópia, após anos de divergências durante a Guerra Fria, as relações entre Adis Abeba e Riad foram positivas desde o final da Guerra Fria, com o crescimento de trocas comerciais e investimentos sauditas no país africano. Por fim, a Eritreia, independente desde 1993, também possuía boas relações com Riad, embora também cultivasse uma aliança com Teerã.

Ressalta-se também que a atuação saudita do Chifre da África não se deu somente em termos bilaterais, mas também por meio de instituições multilaterais das quais países do Chifre da África também fazem parte, como por exemplo, a Liga Árabe na qual Sudão, Somália e Djibuti são membros.

Em suma, *a projeção saudita para o Chifre da África neste momento esteve centrada, sobretudo, em investimentos econômicos. Assim como no Oriente Médio, os interesses da Arábia Saudita defrontavam-se com os do Irã nos países do Chifre da África, mas a atuação de Riad neste momento não possuía a mesma intensidade e esforço do que a sua projeção viria a se constituir na década seguinte. Apesar disso, as conexões feitas até então possibilitaram a Riad ganhar espaços, não só econômicos, mas também políticos e diplomáticos, posteriormente, sendo reconhecido como um ator relevante no Chifre e uma alternativa a investimentos externos.*

A partir deste cenário e dos elementos verificados, percebe-se que a projeção saudita para o Chifre da África na primeira década do milênio foi marcada sobretudo por investimentos econômicos e pelo acompanhamento das ações iranianas na região. Acompanhar as ações iranianas visava garantir a segurança do país, em especial em uma região próxima como o caso do Chifre. Dessa forma, importava à Riad verificar e conter as ações iranianas no Chifre da África. No entanto, isso se daria de forma mais concreta na década seguinte. Nesse momento, a Arábia Saudita também estava envolta em uma série de desafios domésticos, tanto de natureza social quanto política, e regionais, com a dificuldade de exercer uma liderança regional e a ascensão de demais polos de poder no Oriente Médio.

3.2.4 As bases da política externa africana da Turquia

Até meados dos anos 2000, a presença da Turquia no continente africano não era

significativa se comparada ao que seria anos depois. Ainda assim, foi durante este período que os fundamentos da projeção turca no continente foram estabelecidos de forma mais contundente. Ainda que a Turquia herdasse o passado do Império Turco-Otomano que fora um ator importante no continente séculos antes, as primeiras décadas da Turquia independente não levaram a relações mais próximas com a África. Com o fim da Guerra Fria, visando expandir a participação do país em outras regiões, a política externa para o continente começou a ganhar impulso. Ainda em 1998, foi aprovado o “Plano Africano” com intuito de fomentar as relações econômicas com a África e diversificar a política externa do país. Instabilidades políticas decorrentes de coalizões frágeis na Turquia, no entanto, impediram o aprofundamento desses objetivos (Siradag, 2018, p. 7). Com isso, foi somente a partir dos anos 2000 que a presença turca na África cresceu qualitativa e quantitativamente, seja em termos políticos e diplomáticos, seja em termos econômicos, impulsionada por mudanças domésticas e pelas condições sistêmicas.

Até metade da década de 2000, a presença da Turquia no continente era maior no Norte da África e tímida nos países das demais regiões da África subsaariana. Foi apenas ao longo da década que o país médio-oriental se expandiu de forma significativa para o sul do continente. *O ano de 2005, chamado de “o ano da África”, foi quando a Turquia começou a conquistar espaços importantes para sua inserção política e econômica.* Isto se deu tanto nas esferas multilaterais quanto nas bilaterais. Mehmet Oskan (2013, p. 45-46) destaca que em 2005 Ancara tornou-se membro observador na União Africana, sendo elevado a parceiro estratégico no ano de 2008, mesmo ano que ingressou no Banco de Desenvolvimento Africano. Além disso, aproximou-se da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) e da Comunidade Econômica dos Estados Africanos Ocidentais (*Economic Community of West African States, ECOWAS*, no original em inglês). Ainda durante este período foi realizado o primeiro Fórum Turquia-África em 2008, o qual contou com a representação de quarenta e nove Estados africanos (Robins, 2014, p. 329). A Declaração de Istambul adotada no referido evento defendia a cooperação entre os países em diferentes áreas, desde comércio à agricultura e transporte. Seus resultados foram avaliados três anos mais tarde, na Primeira Conferência Ministerial de Revisão da Parceria Turquia-África. Com isso, demonstra-se o grande interesse de envolvimento da Turquia no continente africano, buscando consolidar-se como um ator importante no continente.

Assim, logo no primeiro ano do governo do AKP a importância do continente já fora reconhecida. Como relembram Federico Donelli e Ariel Levaggi (2016, p. 104), neste momento foi aprovada a estratégia de Desenvolvimento das Relações Econômicas com os países

africanos, demonstrando a relevância do continente para o novo governo do país. Nesse sentido, a confluência de condições, interesses e ações permitiram a intensa projeção de Ancara. A reorientação externa empreendida durante o governo do AKP, na qual entendia a Turquia como um ator relevante para as dinâmicas regionais, auxilia a compreender em parte sua projeção para o continente africano neste momento. Interesses econômicos internos do empresariado do país em conquistar *novos mercados* também contribuem como fator explicativo.

Por outro lado, condições sistêmicas, como por exemplo, a *crise de 2008* que afetou economicamente os países centrais, favoreceu a visão das economias emergentes como alternativas de parceiros econômicos para os países africanos. Nesse sentido, uma conjunção de fatores internos e externos permitiram a projeção turca na África ser bem-sucedida. Com isso, o objetivo de expandir os laços políticos, econômicos e diplomáticos de Ancara, favorecidos por condições sistêmicas, levaram o país a diferentes regiões do globo, no qual a África ocupou espaço e esforços especiais. Como expressou Brendon Cannon (2022, p. 129), em meados dos anos 2000 a Turquia possuía capacidades materiais, financeiras, além de vontade política para avançar seus interesses. A “Estratégia Africana” foi publicada em março de 2010 a fim de guiar as relações entre Ancara e o continente africano, visando a cooperação com a União Africana e bilateralmente com os países em áreas que vão desde o comércio à saúde, incluindo também infraestrutura e educação (Ministry of Foreign Affairs Republic of Türkiye, 2023a, online).

Todos estes esforços tiveram resultados significativos para a presença turca no continente africano. De acordo com Marwa Maziad (2022, p. 134), o número de embaixadas da Turquia na África em 2003 era de apenas 12. Já em 2015, este número mais que duplicou, chegando a 43 embaixadas (um aumento de 258%). O mesmo pode ser visto na presença africana no país. Enquanto em 2008, havia cerca de 10 embaixadas africanas na Turquia, em 2015, havia 53 embaixadas (um aumento de 430%). Em termos econômicos, os ganhos também foram significativos. Em 2020, o comércio Turquia-África somou cerca de 25 bilhões de dólares.

Dentro deste cenário, percebe-se que *o Chifre da África fazia parte de uma projeção mais ampla da Turquia no continente africano*, favorecida pelo crescimento econômico vivido pelo país e pela estabilidade política com a chegada do partido AKP ao poder. Fazia parte também da estratégia do partido em diversificar seus parceiros diplomáticos e políticos, expandindo-se para outras regiões, tendo em vista os desgastes no ingresso à União Europeia. A África, como foi demonstrado, foi alvo de extensos esforços turcos neste período. Diferentemente de outras partes da África subsaariana, a região do Chifre da África possuía

ligações históricas com Império turco-otomano, sendo um fator utilizado nesta projeção, além de também serem economias em crescimento, como no caso etíope. Nesse contexto, países como Somália e Etiópia tornaram-se focos importantes da ação turca na região, embora as relações com Ancara seriam fortalecidas nos anos seguintes.

Os laços com Mogadíscio começaram a ser esboçados durante este período quando Erdogan esteve presente em um encontro da União Africana na Etiópia em 2007 e encontrou-se com o então presidente da Somália, Abdullahi Yusuf Ahmed. O presidente do país africano realizou três visitas à Turquia depois deste encontro, o que representou o início de uma maior aproximação entre estes Estados (Cannon, Rossiter, 2022, p. 24).

Já no caso da Etiópia, os dois países fortaleceram sua aproximação a partir do final da década de 1990 e início dos anos 2000 (Cannon, Rossiter, 2022, p. 24). A Etiópia, já desde esse momento, figurava entre os principais parceiros econômicos da Turquia na África, com as trocas comerciais entre Ancara e Adis Abeba crescendo durante este período, fato que levou à visita de Erdogan ao país em 2005 (Kabandula, 2018, p. 9). Neste mesmo ano, uma sede da Agência de Coordenação e Cooperação da Turquia (*Turkish Cooperation and Coordination Agency*, TIKA, no original em inglês), que coordena projetos de cooperação no continente, foi aberta em Adis Abeba. No ano seguinte, em 2006, foi reaberta a embaixada da Turquia do país (Ministry of Foreign Affairs Republic of Türkiye, 2023b, online). O comércio com Djibuti, Sudão e Somália também cresceram neste momento (Ozkan, 2013, p. 127). No caso do Djibuti, mesmo que as relações políticas se fortalecessem na década seguinte, neste período houve boas relações entre Ancara e o pequeno país do Chifre da África (Ministry of Foreign Affairs Republic of Türkiye, 2023c, online). No Sudão, a TIKA empreendeu diversos projetos, dentre os quais a construção de um hospital no país, além de ajuda humanitária prestada à região de Darfur (Sofos, 2023, p. 16).

Apesar da construção desses laços políticos e econômicos, foi somente a partir de 2011, que a projeção da Turquia para o Chifre da África cresceu de forma verdadeiramente significativa, tanto a partir do governo ou empresas privadas quanto em termos bilaterais ou multilaterais. No entanto, é importante notar que a Turquia não simplesmente “surgiu” no Chifre da África em 2011, uma vez que o país já possuía laços com os países da região. De fato, a projeção da Turquia para o Chifre da África entre 2001 e 2011 foi limitada se comparada a demais potências médio-orientais ou ainda à própria Turquia pós-2011. Não obstante, *as bases para a construção dessa projeção mais robusta pós-2011 foram construídas durante este período*. A Turquia, portanto, passou a ser uma alternativa diplomática e econômica aos países do Chifre e demais países do continente africano, processo facilitado por um momento de

estabilidade política e crescimento econômico do país.

Mesmo apresentando maior distância geográfica da região, se comparada com a Arábia Saudita - a dimensão securitária também esteve presente na projeção do país para o Chifre da África - ainda que em menor grau. A exemplo disso, a Turquia também aumentou sua participação na segurança marítima do Golfo de Áden e do Mar Vermelho a partir de 2009, empregando forças navais para segurança da região (Siradag, 2018, p. 9-10).

Nesse sentido, verifica-se que em comparação com países como o Irã, Arábia Saudita e Israel, a presença da Turquia entre 2001 e 2011 no Chifre da África ainda estava em desenvolvimento. Diferentemente de Israel, a projeção turca esteve mais relacionada a ganhos diplomáticos e políticos, com *a esfera securitária em segundo plano*. Embora de maneira discreta, os esforços realizados neste momento contribuíram para o desenvolvimento da política africana da Turquia, elevando o país a uma posição de destaque como um dos principais atores extrarregionais no continente africano. Foi, portanto, o acúmulo dos esforços construídos e empreendidos durante este momento que deram as bases para a projeção da Turquia para o Chifre da África após 2011.

4 A GEOPOLÍTICA DO ORIENTE MÉDIO DE 2011 A 2021: A PRIMAVERA ÁRABE E AS RIVALIDADES REGIONAIS

No início da segunda década do século XXI eventos que eclodiram no Norte da África e Oriente Médio tiveram uma repercussão cujas extensões ainda estão sendo compreendidas. A chamada Primavera Árabe, além das manifestações e experiências próprias de cada país, afetou profundamente a região do Grande Oriente Médio devido a mudanças de poder regionais, acompanhada de mudanças nas relações entre os países locais e as potências sistêmicas. Nesse sentido, *houve o aprofundamento da desestabilização regional que já vinha ocorrendo desde a invasão ao Afeganistão e ao Iraque, assim como na alteração da realidade sistêmica do Oriente Médio.*

Ainda que nenhum dos países médio-orientais que são foco deste estudo tenham sofrido a queda dos seus governantes, estes não ficaram imunes aos eventos ao seu redor. Frente ao cenário que se desenhava, as lideranças foram compelidas a realizar ajustes de política externa e interna para se integrarem a essa nova reorganização regional. As manifestações que levaram à queda de regimes se concentraram no ano de 2011, mas foram seguidos por guerras civis violentas em alguns casos, assim como a permanência de instabilidades econômicas, políticas e sociais em outros. Com isso, o objetivo deste capítulo é compreender a geopolítica do Oriente Médio da Primavera Árabe até 2021, considerando os âmbitos domésticos, regionais e sistêmicos de Israel, Irã, Arábia Saudita e Turquia e como estes eventos se manifestaram na região do Chifre da África.

4.1 A PRIMAVERA ÁRABE E AS MUDANÇAS REGIONAIS

As manifestações que eclodiram primeiramente na Tunísia³⁵ contra a situação socioeconômica do país, logo serviu como faísca para outros países, desde a Líbia, passando pelo Egito, e repercutindo até a Síria, Iêmen, Bahrein, entre outros. Em pouco tempo, diversos países tornaram-se palco de manifestações e protestos, compostos por uma pluralidade de atores e projetos. Apesar da rapidez com que estes eventos ocorreram, as raízes e explicações para este processo remontavam a décadas. Para Halliday (2005, p. 133) as mudanças desencadeadas

³⁵ Mohamed Bouazizi, vendedor tunisiano, ateou fogo ao próprio corpo, após um conflito com forças policiais apreenderem os produtos que vendia. Em apoio, demais tunisianos descontentes com a situação econômica do país tomaram as ruas, sendo este considerado o estopim da Primavera Árabe. O caso de Bouazizi refletia as condições vulneráveis de diversos setores sociais de países do Norte da África ao Oriente Médio. A desestabilização desses Estados e a vulnerabilidade socioeconômica vinham atingindo maiores níveis nos últimos anos. Com isso, manifestações foram registradas em diferentes países médio orientais e africanos.

nos últimos anos de Guerra Fria e ao longo da década de 1990, como a crescente globalização, devem ser entendidas no Oriente Médio pelas transformações dos Estados e dos diferentes grupos sociais que os compunham. O autor ressalta que os Estados permaneceram com o controle político, econômico e social, ao passo que os movimentos sociais se tornavam cada vez mais capazes de desafiar os Estados naquele momento.

Já para Alexandre Roche (2012b, p. 47), o episódio da Primavera Árabe deve ser compreendido por meio das transformações sociais, políticas, culturais e econômicas destas sociedades ocorridas nos últimos anos. O processo de modernização e desenvolvimento do mundo árabe e demais países da região foi acompanhado por avanços, mas também por desafios, como o desemprego e a pobreza. Ainda segundo o autor, estas transformações foram intensificadas com a crise capitalista mundial de 2008, o que levou aos poucos ao choque entre diferentes classes que compunham estes países desde muito tempo.

A população mais vulnerável desses países, que sentiam de maneira mais intensa os efeitos das crises econômicas e da exclusão do desenvolvimento social, compuseram grande parte dos grupos manifestantes. Embora as demandas desses grupos variassem de um país para outro, a diversidade de reivindicações era evidente, adquirindo diferentes contornos e resultados a depender do contexto. Segundo Henry Kissinger (2015, p. 127), “[...] na prática, a Primavera Árabe tem servido mais para demonstrar do que superar as contradições internas do mundo árabe-islâmico e das políticas projetadas para resolvê-las”. Isso pode ser visualizado nos resultados destas manifestações, em que a permanência das instabilidades parece ter sido o cenário mais comum.

Seguindo nesta mesma linha, Gladys Lechini e Noemí Rabbia (2013, p. 149-151) relembra que a Primavera Árabe ocorreu no contexto de crise econômica e financeira a nível internacional. Poucos anos antes, a crise de 2008 havia eclodido nos Estados Unidos afetando diferentes regiões do globo. O Oriente Médio, nesse sentido, foi afetado como as autoras destacam pelo aumento dos preços das *commodities* agrícolas em contraposição à queda dos preços das *commodities* energéticas e a diminuição nos gastos dos países europeus e americanos. Como discutido brevemente no capítulo 2, a queda do turismo, do investimento externo e das remessas internacionais afetaram os países dependentes dessas fontes financeiras.

É necessário destacar, no entanto, que apesar de traços comuns puderem ser identificados nos eventos de 2011 isto não deve significar que a pluralidade dos países do Norte da África e do Oriente Médio deva ser deixada de lado. Na verdade, é um elemento que auxilia a compreender as transformações e os rumos de 2011. Os países dessas regiões no início da década de 2010 possuíam todos os desafios mencionados acima, ainda que em diferentes graus

e formas. A modernização trouxe desafios aos Estados, alguns próprios do desenvolvimento socioeconômico, outros relacionados à posição destes países no sistema internacional. O mundo árabe encontrava-se politicamente composto por monarquias conservadoras, especialmente do Golfo, ao lado de repúblicas modernizadoras. Estas últimas constituíram os principais palcos da Primavera Árabe. Estas representavam os principais desafios às monarquias do Oriente Médio e seus aliados, por buscarem desenvolver-se muitas vezes de forma autônoma ou por sua atuação regional ir de encontro com os interesses dos países vizinhos (Visentini, 2014b).

Nesse sentido, o aspecto político, regional e internacional, contribuem para analisar o desenvolvimento da Primavera Árabe. Isso porque em alguns países os protestos foram suprimidos (até mesmo com financiamento e apoio externo), enquanto outros, eram incentivados. Países como França, Estados Unidos, Arábia Saudita, Catar, Emirados Árabes Unidos, e organizações como União Europeia e OTAN participaram dos acontecimentos no Norte da África (Schmidt, 2018, p. 240). Essa atuação externa se deu de diferentes maneiras, seja no envio de armas a grupos aliados, até a participação militar direta como o foi o caso da Líbia ainda em 2011. A participação externa como no caso líbio contribuiu para a mudança de regimes, mas também levaram a mais instabilidades. As manifestações em muitos desses países ganharam apoio externo, mesmo que os regimes até então no poder fossem aliados ocidentais (por exemplo, o Egito de Mubarak). Em outros casos, no entanto, o apoio externo foi direcionado a favor dos regimes e contrários aos manifestantes, como no caso do Bahrein (Schmidt, 2018, p. 244).

Os eventos da Primavera Árabe, desse modo, possuem seu estopim muito antes de 2010. Encontra-se na modernização dos países norte-africanos e médio-orientais, assim como no desafio que muitos países representavam para os interesses regionais e internacionais. Dessa forma, às vésperas da Primavera Árabe, os países palco destas manifestações formavam um cenário plural. Entender estes protestos como uma luta pela democracia e liberdade não auxilia a compreensão mais ampla desses acontecimentos. Isso porque em alguns países as manifestações receberam apoio (inclusive externo) para serem incentivadas ou para serem suprimidas.

À primeira vista, um dos principais aspectos da Primavera Árabe foi a mudança de governo em diversos Estados da região, abrindo espaço para disputas políticas domésticas e rivalidades por áreas de influência regionais. Como resultado, ocorre a reorganização geopolítica da região do Oriente Médio e Norte da África. Com isso, países que não sofreram a queda de regimes ou a eclosão de conflitos civis mesmo assim estiveram inseridos em uma região de incertezas e rumos desconhecidos, cuja competição regional, a busca por aliados, a

expansão das fronteiras estratégicas, as disputas e insatisfações internas, entre outros aspectos, tornaram-se pontos a serem avaliados.

Ainda nessa linha de análise, a região do Oriente Médio presenciou um aumento do que Donelli e Dentice (2020, p. 4, tradução própria³⁶) chamam de “competição geopolítica”, resultante do *desengajamento estadunidense na região*, bem como das guerras civis e o enfraquecimento de atores importantes, como o Egito. Foi com a abertura destes espaços e com a mudança nos atores regionais que essa competição foi aumentada.

Nesse sentido, as mudanças nas relações de potências sistêmicas com a região somaram-se ao cenário de incerteza na geopolítica do Oriente Médio nos últimos anos – que incluiu a perda de espaço dos Estados Unidos. Na verdade, Washington permaneceu como um ator ativo na região, mas devido às falhas da estratégia da Guerra ao Terror, sua forma de atuação alterou-se. A defesa de mudanças de regimes, mas sem seu envolvimento militar em terra serve de ilustração desse processo. Na visão de Paulo Visentini (2019, p. 22, tradução própria³⁷) “a formação de um amplo espaço eurasiático interconectado (que acessa o Oriente Médio por terra) parece ser o grande temor dos estrategistas norte-americanos e de seus aliados [...]”. Por isso, o enfoque geopolítico é apontado mais à leste, com olhares para os desenvolvimentos de China e Rússia. Os Estados Unidos e seus aliados ocidentais passaram a concentrar seus esforços na contenção desses polos de poder que emergiram pós-Guerra Fria e que tem demonstrado tanto interesses quanto capacidades para contestar a hegemonia norte-americana. A própria continuidade da expansão da OTAN nas últimas décadas tem demonstrado estas ações de contenção não só econômica, como também militar³⁸. Ainda que o governo Trump dirigisse críticas à organização, esta permaneceu como um instrumento ocidental para garantir os interesses sobretudo norte-americanos frente à transição sistêmica internacional (Khan, Sohail, 2021). A retirada das tropas do Afeganistão em 2021 destaca-se como exemplo mais concreto do desengajamento dos Estados Unidos da região.

Internamente, aliados americanos no Oriente Médio perceberam esse distanciamento de Washington. Isso decorre de os Estados Unidos empregar esforços limitados frente às altas

³⁶ Tradução própria. No original: “[...] *geopolitical competition*.” (Donelli, Dentice, 2020, p. 4).

³⁷ Tradução própria. No original: “*The shaping of a larger interconnected Eurasian space (which links the Middle East by land) seems to be the greatest fear of USA strategists and their allies [...]*” (Visentini, 2019, p. 22).

³⁸ A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), aliança militar criada durante a Guerra Fria como instrumento para defesa ocidental em contraposição à União Soviética, manteve-se mesmo após o fim do conflito e dissolução do bloco oriental. Desde então a aliança tem expandido seu número de membros. Sua expansão tem levado à discussão dos reais objetivos da organização e das ações e tensões ocasionadas. Um desses debates diz respeito às mudanças sistêmicas, na qual a OTAN é vista um instrumento para manutenção da posição sistêmica norte-americana, visando a defesa de seus interesses e de seus aliados. Um exemplo disso, foi a ofensiva da OTAN na Líbia em 2011, cujo conflito de raiz interna, transformou-se em um ponto de instabilidade no Norte da África.

demandas sentidas pelos países do Oriente Médio. Em resposta, os Estados da região buscaram agir de forma mais autônoma a fim de assegurar seus interesses (Visentini, 2015, p. 88-89). A política americana para o Oriente Médio durante o governo Trump também não apresentou mudanças, reforçando apenas a relação com históricos aliados como Arábia Saudita e Israel (Mason, Casula, 2021, p. 175-177). Do mesmo modo, a busca por outros aliados na esfera internacional que pudessem auxiliar na nova geopolítica médio oriental tornou-se um caminho a ser seguido. Para Robert Mason e Phillip Cabula (2021, p. 176)³⁹,

Em resumo, a política norte-americana para o Oriente Médio está sendo erodida por cima, abaixo e por dentro. As mudanças no ambiente econômico global favorecem o crescimento e ascensão da China, a qual está investindo em maiores capacidades de hard-power e presença global. A agenda dos Estados Unidos de globalização, agora sendo capitaneada por outros, seus esforços de democratização, bem como a expansão da OTAN, no caso da Rússia, têm diretamente ameaçado a segurança estatal de regimes autoritários que tem relutantemente se adaptado ou voltado atrás. [...]

A partir disso, a projeção da China tem crescido no Oriente Médio nas últimas décadas, em busca de seus recursos estratégicos e pela sua posição geopolítica. A política chinesa para a região convergiu em grande parte aos interesses americanos durante o século XX. Segundo Fred Halliday (2005, p. 98), durante a Guerra Fria, Pequim não representou um impacto significativo no Oriente Médio. Isso mudou após o fim do conflito. Para a China, o Oriente Médio é um espaço de projeção econômica e de espaço para o estabelecimento da nova Rota da Seda. Nesse sentido, os esforços de Pequim na região tem sido de garantir recursos energéticos e, para isso, a estabilidade regional importa. A projeção chinesa não tem dado sinais de rivalizar com a posição americana na região, tampouco parece estar tentado estabelecer sua hegemonia assumindo os custos de manutenção da ordem regional. Com efeito, o interesse chinês tem sido centrado em fomentar um ambiente seguro, estável e favorável para garantir o fornecimento de petróleo, gás, demais matérias-primas e negócios.

Já a posição russa no pós-Guerra Fria no Oriente Médio foi marcada por mais continuidades do que mudanças. Ao longo da década de 1990, a participação da Rússia na região foi limitada, uma vez que o país buscava reconstruir-se econômica e politicamente, além de se reinserir no âmbito externo após o fim da União Soviética. Isso mudou com a chegada do século XXI. Moscou possui maior proximidade geográfica com a região do que a China; logo,

³⁹ Tradução própria. No original: “*In summary, US Mideast policy is being eroded from above, below, and within. The changes in the global economic environment favor the growth and rise of China, which is investing in greater hard-power capabilities and a global presence. The US agenda of globalization, now being championed by others, its democratization efforts, as well as NATO expansion, in the case of Russia, have directly threatened the state security interests of authoritarian regimes that have reluctantly adapted or pushed back. [...]*” (Mason, Casula, 2021, p. 176).

teve participação direta nas crises resultantes dos eventos de 2011. Como exemplo, podemos citar a intervenção militar na Síria em favor do aliado russo Bashar al-Assad. Além disso, a projeção russa na região não tem sido tão abrangente quanto a chinesa, mas tem se concretizado na aproximação com o Irã, Arábia Saudita e Israel, por exemplo. Desde a invasão ao Iraque, a posição do país foi marcada por críticas às ações conduzidas pelos países ocidentais visto que em muitos casos foram decisões unilaterais além de trazer mais instabilidade ao Oriente Médio (Mason, Casula, 2021, p. 178-82). Segundo Roland Dannreuther (2018, p. 3-4) a posição russa quanto aos eventos da Primavera Árabe era mais pragmática, reconhecendo que, em muitos casos, representava a volta de uma identidade islâmica tradicional do que uma democracia nos moldes ocidentais.

Como abordado brevemente, os acontecimentos da última década reforçaram a importância do espaço da Ásia Central ao Pacífico como palco das dinâmicas internacionais. O Oriente Médio encontrou-se inserido nessas dinâmicas, embora não tenha sido o epicentro. Em termos regionais, verificou-se a referida competição geopolítica intensificada pela Primavera Árabe. Já a posição sistêmica da região também foi transformada, ainda que tenha permanecido como um espaço geopolítico importante. A intensa presença dos atores extrarregionais, por sua vez, é demonstrativa da nova realidade sistêmica a qual está inserido o Oriente Médio, que tem se refletido nos diferentes alinhamentos externos e impactando na correlação de forças da geopolítica médio oriental.

4.2 ISRAEL E SUA LIMITADA INSERÇÃO REGIONAL

As manifestações da Primavera Árabe acenderam um sinal de alerta para Israel. Internamente, o país também foi alvo de insatisfação popular, embora não tenham ganhado os contornos dos protestos dos demais países no Oriente Médio. Essa insatisfação popular resultou em uma série de manifestações contra as condições de vida da população, em especial sobre o tema do aumento do custo de vida nos últimos anos. Como resultado, uma série de medidas foram tomadas pelo governo para aliviar as insatisfações populares, como a redução do custo dos imóveis no país (Nathanson, Weiss, 2020, p. 116-117). Do mesmo modo, apesar de levantes palestinos terem ocorrido, as lideranças palestinas encontraram-se enfraquecidas pelas mudanças de regime nos países árabes ao seu redor, sobretudo de governos aliados como a Líbia (Kissinger, 2015, p. 135). Com isso, ainda que houvesse turbulências internas, pode-se verificar que o principal desafio para Israel com as mudanças decorrentes de 2011 ocorreram no âmbito externo neste primeiro momento.

A queda de Hosni Mubarak, aliado de Tel Aviv, preocupava pela possibilidade de

ascensão de grupos hostis ao país, até então um dos poucos países árabes a reconhecerem o Estado de Israel. Além disso, a instabilidade no país vizinho levou a ascensão de grupos radicais islâmicos que exigiram especial atenção e ação de Israel, como foi o caso do bombardeamento conduzido por Tel Aviv no Sinai (Schmidt, 2018, p. 263). Demais mudanças políticas abriam campo para a projeção de outros países, portanto aumentando a competição entre eles. A capacidade iraniana, por exemplo, de garantir sua posição na nova geopolítica do Oriente Médio também preocupava Israel. Logo, apesar das mudanças políticas levarem à possibilidade ascensão de regimes democráticos ou mais pluralistas no Oriente Médio, logo se visualizou que as instabilidades desencadearam mais conflitos e tornaram a ordem regional mais incerta para Israel (Jones, 2014, p. 310-312).

No contexto regional, a queda de regimes lançava dúvidas sobre os futuros sistemas políticos e seus líderes, assim como pela duração das instabilidades. Ao sul do país, a queda do regime aliado do Egito levou ao aumento das turbulências na fronteira entre os dois países. Ademais, as relações entre Israel e Turquia estavam abaladas devido aos conflitos em Gaza e ao ataque a um navio humanitário que resultou na morte de cidadãos turcos. Logo, tornava-se imperativo destinar esforços para a inserção regional do país.

Internamente, algumas tentativas foram feitas para chegar à resolução do conflito com os palestinos. A defesa do governo Obama ao fim da expansão de assentamentos, além da pressão por negociações de paz entre as partes resultou no desgaste nas relações com os Estados Unidos. Além disso, a liderança dividida dos palestinos dificultava ainda mais uma união de forças para qualquer negociação sobre o conflito, apesar da conquista do *status* de “Estado observador não-membro” nas Nações Unidas em 2012.

Essa situação se agravou com a chegada de Donald Trump ao poder e seu bom relacionamento com o governo Netanyahu, o que pode ser exemplificado pelo reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel em 2017 e pela mudança da embaixada americana para Jerusalém em 2018, local reivindicado por ambas as partes (González, 2019, p. 229). Em 2018, também foi aprovado pelo Knesset⁴⁰ a Declaração de Estado-Nação, na qual estabelecia Israel como o lar nacional dos judeus e instituía o hebreu como o idioma principal do país. Além disso, o árabe deixou de ser considerado idioma oficial. A declaração levou a uma série de críticas, não só de árabes e palestinos, como também dos demais grupos que compõe a sociedade israelense. Dessa forma, como resultado do empreendimento dessas políticas, não houve avanço significativo na relação entre israelenses e palestinos entre 2011 e 2021, e

⁴⁰ O Knesset representa a assembleia legislativa unicameral de Israel.

conflitos com alto número de mortes ocorreram, como em 2012 e 2014.

Benjamin Netanyahu e seus aliados, centristas e de direita, governaram o cenário político israelense durante este período, consolidando sua visão securitária e uma economia liberal no Estado de Israel. Seu governo atingiu bons níveis econômicos, a despeito da crescente desigualdade social. Além disso, reforçou a perspectiva de ameaça existencial de Israel imerso região com grandes ameaças internas, como os palestinos, e externas, como o Irã (Scheindlin, 2017). Isso refletiu no aumento de gastos com defesa. De acordo com Roby Nathanson e Yanai Weiss (2020, p. 112), desde que assumiu o governo em 2009 o orçamento do Ministério da Defesa israelense cresceu cerca de 24%. Apesar das sucessivas vitórias de Netanyahu e de seu partido, o Likud, a insatisfação social, aliada aos escândalos de corrupção, provocou certa instabilidade política no país.

Essa crise política foi desencadeada também pela dificuldade em conquistar a maioria no parlamento. Durante a década, foram realizadas várias eleições para o parlamento israelense. Ao todo, de 2013 a 2021 foram realizadas seis eleições, sendo duas apenas em 2019 (Israel Government, 2023, online). Mesmo com as instabilidades internas, o Likud conseguiu reunir aliados e manter-se no poder. Dentre estes aliados, tornou-se notório o crescente envolvimento de setores de direita, conservadores e partidos religiosos tanto no parlamento quanto na base do governo de Netanyahu. Com isso, ganhou força na política israelense a corrente nacionalista, militarista e religiosa, inclusive com a participação de setores ultra ortodoxos.

Israel também buscou diversificar sua parceria externa, aproximando-se de países à leste, como a China. Os resultados desses avanços refletiram-se timidamente no comércio externo de Israel. Em 2021, por exemplo, a China foi o segundo maior recipiente das exportações israelenses representando 7,8% do total, enquanto os Estados Unidos ainda representaram cerca de 26% (Observatory of Economic Complexity, 2023, online).

As relações entre Israel e Estados Unidos durante o governo Obama foram marcadas por altos e baixos. Apesar do apoio em relação à resolução do conflito com os palestinos em órgãos multilaterais, por exemplo, a pressão do governo americano em relação à sua resolução e as consequências dos eventos da Primavera Árabe levaram a encontros e desencontros de interesses e prioridades. De um lado, os crescentes confrontos com os palestinos, culminando no confronto em Gaza em 2014, levou a críticas do governo americano pelas ações de Israel na região. De outro lado, as negociações com Irã entorno do seu programa nuclear causava insatisfação no governo israelense, que não respaldava o diálogo com Teerã. Esses desencontros não impediram ganhos para Israel. Robert Freedman (2020, p. 147) relembra que, apesar dos choques de interesse entre Netanyahu e Obama, em 2016, um novo acordo de assistência militar

dos Estados Unidos para Israel foi aprovado, chegando ao valor de 38 bilhões de dólares. Já a política externa do governo de Donald Trump (2017-2020), por outro lado, foi favorável a Israel tanto econômica quanto politicamente. As críticas de Trump ao Irã, aliado ao apoio ao governo saudita, fortaleciam a posição de Tel Aviv, ao mesmo tempo em que enfraqueciam os palestinos. Israel, do mesmo modo, continuou recebendo ajuda norte-americana durante este período e os Estados Unidos de Donald Trump apoiaram as medidas controversas citadas anteriormente, que impossibilitaram o diálogo com os palestinos (González, 2019, p. 228).

Alexandre Roche (2012a, p. 39) relembrou algumas premissas do ex-primeiro-ministro israelense Shamir para a orientação externa de seu país. Dentre elas está a ideia de: “[...] *nenhuma paz coletiva com os árabes*. Mas pazes separadas, determinadas por precisas condições de segurança. Política diplomática de Alcachofra (folha por folha)”. Os processos de paz com o Egito em Camp David no final da década de 1970 e depois com a Jordânia em 1994 servem como ilustração desta ideia. Esta tendência continuou presente com a normalização das relações com outros Estados árabes no que ficou conhecido como os Acordos de Abraão, assinados em 2020. O tratado representa uma formalização das relações políticas de Israel com alguns vizinhos árabes, a saber, Emirados Árabes Unidos, Bahrein e Marrocos. O Sudão, por outro lado, não havia aprofundado a relação entre os dois países até 2021. Para Petra Dachtler (2022, p. 2), os principais fatores que estão por trás da normalização dos laços políticos estão a retração norte-americana do Oriente Médio e a percepção do Irã enquanto ameaça na ordem regional. Para isso, Israel necessitaria diversificar seus aliados e buscar se inserir na região.

Em síntese, na segunda década do milênio o Estado de Israel enfrentou episódios de crises políticas internas enquanto se encontrava inserido uma região em transformação, cujas instabilidades exigiram foco e ação. O governo israelense, apesar das relações instáveis com os Estados Unidos durante o governo Obama, logrou apoio durante o período Trump, resultando em certas conquistas diplomáticas externas. Os ganhos das relações com os países árabes ainda estão sendo examinados. Internamente, no entanto, a política de Israel presenciou o crescimento da insatisfação popular em conjunto com a crise política no país. Ao longo da década, visualizou-se um aumento da participação de setores à direita do espectro político, além de grupos conservadores e religiosos. Com a confluência destes elementos, a política externa de Israel esteve guiada para a inserção do país tanto regional quanto internacionalmente, visando assegurar seus interesses em um Oriente Médio em transformação.

4.3 AS TENTATIVAS SAUDITAS DE ASSEGURAR SUA POSIÇÃO REGIONAL

Os eventos da Primavera Árabe suscitaram preocupações no governo saudita, uma vez que o regime se viu inserido em uma região passando por transformações significativas. A queda de antigos líderes com o respaldo de potências ocidentais, somada às instabilidades próximas, como no Bahrein e no Iêmen, gerou preocupações de que regimes rivais pudessem assumir o poder em seu entorno estratégico. Havia o receio de que estas instabilidades ultrapassassem fronteiras e alcançassem o território saudita.

Do mesmo modo, o apoio ocidental ou seu distanciamento em relação às mudanças políticas no Oriente Médio acenderam um sinal de alerta para as lideranças sauditas, fortalecendo a percepção de que o apoio ocidental era limitado e que esforços próprios deveriam ser empreendidos para garantir sua posição regional. Christopher M. Davidson (2020, p. 94, tradução própria)⁴¹ resume a questão da seguinte forma:

[...] em um nível externo, a Arábia Saudita também deixou claro que o novo governo egípcio e outros governos árabes pós-revolucionários impunham um risco à segurança da região, além de prejudicar a posição das monarquias do Golfo em relação ao Irã.

Durante este período, o comportamento saudita foi orientado por diversos aspectos regionais, tais como: a contínua presença do desafio iraniano; o aumento da participação da Turquia; e a potencial ascensão de novos regimes contrários à monarquia de Riad.

Como resultado, a Arábia Saudita foi um dos atores externos que mais se envolveram nos países afetados pela Primavera Árabe, sobretudo em seu entorno estratégico. Riad temia que movimentos islâmicos, como a Irmandade Muçulmana, ganhassem força em muitos países, o que levou sauditas e emiradenses a apoiarem opositores destes grupos ou apoiassem politicamente sua queda, como no caso do Egito de Mohamad Morsi em 2013 (Schmidt, 2018, p. 244-245). Estes movimentos representavam uma outra proposta de organização política e social islâmica, muitas vezes junto com uma defesa da democracia, a qual as lideranças sauditas consideravam como competidoras do modelo *wahhabista*⁴² no país.

A posição saudita em relação às instabilidades de Primavera Árabe foi variada, obviamente, conforme as oportunidades ou possíveis perdas desencadeadas. Enquanto em certos países o governo saudita apoiava o *status quo* e a permanência no poder dos antigos líderes, em outros casos, apoiava a queda de governos. O caso sírio é uma ilustração disso, visto

⁴¹ Tradução própria. No original: “[...] *On a foreign level, Saudi Arabia also made it quite clear that the new Egyptian and other post-revolutionary Arab governments posed a risk to the region’s security, not least undermining the Gulf monarchies’ stance on Iran [...]*” (Davidson, 2020, p. 94).

⁴² O wahhabismo advém dos escritos de Muhammad Abdel Wahhab (1703-1792) e sua interpretação dos princípios religiosos, políticos, sociais, jurídicos e econômicos que deveriam guiar a sociedade islâmica. É a corrente adotada pela Arábia Saudita (ROCHE, 2012b, p. 51).

que Riad defendeu a queda do regime de Assad e apoiou militarmente grupos opositores, objetivando com isso o fim de um governo aliado à Teerã. Já na Líbia, o governo saudita apoiou a queda de Qaddafi, após anos de divergências entre os dois regimes.

Em relação à defesa de governos aliados, isso foi feito tanto política quanto militarmente, na qual o Bahrein e o Iêmen são exemplos. No primeiro, Riad atuou junto com o governo de Manama para combater as manifestações ainda em 2011 (Gause III, 2013, p. 20). No caso iemenita, surgiram desafios adicionais para os sauditas. Os acontecimentos no país ao sul da Arábia Saudita já eram historicamente acompanhados por Riad. No contexto da Primavera Árabe, a Arábia Saudita liderou uma coalizão composta por cerca de dez países para intervir no país vizinho, com o qual compartilha sua maior fronteira terrestre. Assim como no Bahrein, as instabilidades no Iêmen dificilmente passariam despercebidas ao governo de Riad, devido à possibilidade de as instabilidades chegarem ao seu território. Dessa forma, em 2015 a coalizão liderada por Riad em conjunto com Jordânia, Bahrein, Marrocos, Egito, Kuwait, Catar, Sudão e os Emirados Árabes Unidos, além de apoio militar francês, britânico e norte-americano, invadem o Iêmen com o objetivo de restaurar o governo do presidente Mansur al-Hadi e estabilizar o país (Heibach, 2021, p. 15).

Nesse sentido, as ações externas da Arábia Saudita, sobretudo a partir de 2015, representaram uma mudança em relação ao reinado de Abdullah. Nas palavras de Paloma del Miño e David Martínez (2019, p. 113, tradução própria⁴³), havia a sensação neste momento de que “a Arábia Saudita não pode agir como um simples muro de contenção das mudanças, mas precisa estabelecer uma preeminência renovada e firme”. Isso refletiu-se nas mudanças e reformas que seriam impulsionadas pelo regime saudita nos últimos anos. Além disso, ajuda a explicar parcialmente por que as monarquias do Golfo conseguiram permanecer no poder após a Primavera Árabe. Segundo F. Gregory Gause III (2013, p. 28), embora houvesse manifestações internas, a manutenção das lideranças no poder nas monarquias do Golfo pode ser explicada pelas diferentes redes de recursos, estratégias e conexões que existiam em cada país. Assim, a conjunção de diversos fatores permitiu a permanência da monarquia saudita. Contudo, para garantir sua sobrevivência nesta nova ordem regional em transformação, tornou-se imperativo adotar medidas estratégicas.

A chegada de novas lideranças ao poder em 2015 favoreceu este movimento, levando a outras mudanças no país. A nomeação do Rei Salman bin Abdulaziz al Saud ocorreu após a morte do Rei Abdullah naquele ano. Mohammed bin Salman, um de seus filhos, tornou-se

⁴³ Tradução própria. No original: “[...] *Saudi Arabia cannot act as a simple retaining wall for changes but needs to establish a renewed and firm preeminence.*” (MIÑO, MARTÍNEZ, 2019, p. 113).

príncipe herdeiro e governante *de facto* no país em 2017, sendo nomeado primeiro-ministro em 2022. Desde então foram implementadas diversas reformas internas ao regime, como investimentos em infraestrutura e em outras fontes de energia. A visão 2030, implementada com a chegada de Salman ao poder, reunia as perspectivas de futuro para a Arábia Saudita. Dentro desta nova visão, o reino, visando diminuir sua dependência econômica ao petróleo, passou a investir na diversificação energética e econômica por meio de novas parcerias estratégicas (Meester et al, 2018, p. 26).

Internamente, embora o regime monárquico tenha conseguido se manter no poder, foi alvo de intensos protestos no leste do país no contexto da Primavera Árabe. Ayfer Erdogan (2022, p. 11) destaca que estes foram os maiores movimentos de protesto na história moderna saudita, consistindo na insatisfação da população xiita do país com relação às políticas governamentais. Desde então, uma série de reformas foram implementadas a fim de evitar maiores instabilidades. Em 2011, por exemplo, foram realizadas eleições municipais que haviam sido adiadas por dois anos. No entanto, menos de 40% dos votantes registrados apareceram para votar. Ao mesmo tempo, foram tomadas medidas para repreender manifestações xiitas no leste do país, além de limitar a liberdade de expressão dos jornais sauditas (Gause III, 2013, p. 18-19). Às mulheres, foi concedido o direito a dirigir e diversos investimentos foram destinados à diversificação da matriz energética do país.

Os acontecimentos da Primavera Árabe, combinados com mudanças internas, provocaram transformações na política externa saudita. A partir desse momento, a orientação externa de Riad passou a ser mais ativa e assertiva em relação aos interesses do país, devido ao surgimento de novas ameaças e às incertezas desencadeadas pelas transformações regionais (Miño, Martínez, 2019, p. 107). Países ativos regionalmente, aliados ou não, passaram a ser acompanhados por Riad. Em 2017, por exemplo, a Arábia Saudita junto com seus aliados, como Egito e Bahrein romperam relações diplomáticas com o Catar, acusado de apoiar Teerã e apoiar atividades terroristas, sobretudo da Irmandade Muçulmana. Além do rompimento diplomático, impuseram um bloqueio naval, aéreo e territorial ao país. Desde a Primavera Árabe, Doha havia ganhado destaque na política regional e em diversos momentos divergia das posições sauditas. Além disso, a política externa mais independente de Doha e sua aproximação com a Turquia acenderam um alerta para os sauditas e seus aliados. As relações com o pequeno país vizinho só foram retomadas em 2021 (Heibach, 2021, p. 13-14). A chamada Crise do Golfo, como ficou conhecido este episódio, demonstrou o esforço e vontade saudita de contrapor, influenciar ou ainda direcionar as ações de Estados aliados e manter sua influência no Golfo e no seu entorno.

Por fim, em termos sistêmicos, a realidade saudita também passou por transformações.

Na visão de Kissinger (2015, p. 129), o apoio dos Estados Unidos às manifestações da Primavera Árabe e sua defesa da queda de regimes considerados até então aliados foram recebidos pelos sauditas como uma “ameaça de abandono” e “não os benefícios de uma reforma liberal”. As relações entre sauditas e americanos durante este período apresentou desacordos, principalmente com a administração Obama e Biden, ainda que o governo Trump ter sido positivo para a monarquia saudita. A monarquia do Golfo permaneceu como um dos principais aliados dos Estados Unidos na região, mas não sem seus custos. O autor ainda relembra que em 2013, os sauditas recusaram a ocupar a cadeira rotativa no Conselho de Segurança da ONU sob a justificativa de que iriam usar os próprios métodos, já que os Estados garantidores da ordem internacional não haviam agido para controlar a desordem regional (Kissinger, 2015, p. 132).

Em linha com este processo, a Arábia Saudita tem fortalecido sua aproximação com o leste asiático, em especial, com a China. Os chineses ocupam o segundo lugar como maiores consumidores de petróleo no mundo e a conexão com Riad faz parte do interesse em garantir sua segurança energética. Em 2017, os dois países firmaram diversos acordos, não só em relação ao petróleo saudita, variando de acordos econômicos à pesquisa espacial, totalizando cerca de 65 bilhões de dólares (Gramer, 2017, online). Dessa forma, todas estas transformações refletiram nas ações externas de Riad, tornando-as cada vez mais assertivas e militarizadas, ao mesmo tempo em que buscam uma diversificação e renovação limitada da monarquia para sustentar o papel regional e internacional do país.

4.4 O IRÃ E AS MUDANÇAS GEOPOLÍTICAS REGIONAIS

Entre os anos de 2011 e 2021, o Irã passou por desafios em seu cenário interno quanto em sua esfera regional. No âmbito externo, os desdobramentos da Primavera Árabe preocuparam o Irã por afetarem aliados regionais e alterarem a distribuição de poder na região. Com isso, o regime iraniano buscou atuar a fim de garantir seu espaço e angariar aliados tanto no Oriente Médio como fora da região. Já em seu âmbito doméstico, as dificuldades econômicas levaram aos diálogos acerca do programa nuclear no país. A retirada dos Estados Unidos do acordo resultou na suspensão do alívio econômico destinado ao Irã, culminando em um contexto de altas taxas de inflação e desemprego no final da década.

A eclosão da Primavera Árabe se deu nos últimos anos de governo de Ahmadinejad no poder. Naquele momento, seu governo já era visto com descontentamento devido aos desafios econômicos enfrentados pelo país, resultantes não só das condições econômicas internas, mas também em razão das sanções internacionais impostas ao Irã. Os eventos da Primavera Árabe

somaram-se a este cenário de transformações. Logo no início das manifestações, lideranças iranianas perceberam como positivas as mudanças na Tunísia e no Egito. No entanto, a boa recepção não durou muito tempo. Apesar de tentativas de influenciar os rumos políticos em outros países, no Egito, por exemplo, a Irmandade Muçulmana de Morsi não buscou maior envolvimento de Teerã devido a oposições internas, visando a sustentação do regime. O principal desafio da Primavera Árabe para o Irã, no entanto, foram as manifestações na Síria contra o governo de Bashar Al-Assad, uma vez que afetava um dos seus principais regimes aliados. Como tentativa de apoiar o regime sírio, Irã enviou armamentos e dinheiro ao país (Fürtig, 2014, p. 24-30). A intensa guerra civil que assolou a Síria nesse momento exigiu esforços e atenção do regime iraniano.

Em meio a estes acontecimentos, foram realizadas eleições presidenciais no país. Em 2013, ascendeu ao poder o clérigo centrista Hassan Rouhani (2013-2021) e sua chegada ao poder levou a mudanças na política externa iraniana. Em contraste com o governo de Ahmadinejad, o foco principal de seu governo era *aliviar as pressões econômicas sofridas pelo país* e, como consequência disso, previa-se o bom relacionamento e o diálogo com as potências ocidentais. A nível regional, a política de Rouhani não destoava tanto do seu antecessor (Bazoobandi, 2014, p. 4). Por outro lado, no âmbito interno, seus primeiros anos de governo foram marcados por uma breve redução da inflação e estabilização monetária (Shanahan, 2015, p. 3). O segundo mandato de Rouhani, por sua vez, foi o desfecho de uma eleição com baixa participação de votantes em 2017, influenciada em grande parte pelas dificuldades econômicas enfrentadas pela população.

Como já dissemos, o principal desafio apresentado pela Primavera Árabe à Teerã foram os conflitos civis eclodidos na Síria, importante aliado do regime iraniano. Desde o início das manifestações até seu agravamento, o Irã permaneceu como um dos principais apoiadores do regime de Bashar Al-Assad. O apoio saudita a grupos opositores do regime sírio, além da participação externa no conflito não foram o suficiente para romper o apoio iraniano. *Embora enfraquecido, o país continuou seu apoio ao regime sírio, ao grupo Hezbollah no Líbano e ao Hamas em Gaza, mantendo o que pode ser visto como um Eixo de Resistência aos interesses de Israel, Arábia Saudita e das potências ocidentais no Oriente Médio* (Roberto, Visentini, 2015). Tanto Irã quanto Síria também figuravam na lista de países acusados pelos Estados Unidos de apoiar ações e grupos terroristas (U.S Department of State, 2022, online). Dessa forma, apesar das dificuldades, Irã conseguiu se manter na geopolítica regional, agora com intensos desafios, além de apoiar seus aliados neste processo, levando à maior competição regional.

A relação de Teerã com as potências sistêmicas, por sua vez, passou por diferentes fases. Até 2015, um dos enfoques principais do governo fora a obtenção do acordo sobre seu programa nuclear, a fim de aliviar as sanções econômicas e melhorar o diálogo com as potências ocidentais. Dessa forma, o Plano de Ação Conjunto Global (*Joint Comprehensive Plan of Action*, JCPOA, na sigla em inglês), foi assinado entre Irã, Estados Unidos, Rússia, Reino Unido, China, Alemanha, França e União Europeia em 2015. O Acordo Nuclear previa o alívio das sanções econômicas em troca de, entre outras medidas, reduzir suas reservas de urânio e do uso de centrífugas, bem como receber periodicamente a visita da Agência Internacional de Energia Atômica para supervisionar a atividade nuclear do país.

Com a assinatura do acordo, resultados positivos foram sentidos em pouco tempo. Logo no ano seguinte, as exportações de petróleo atingiram 2 milhões de barris de petróleo por dia, chegando a 2,8 milhões em 2018. Apesar disso, o alívio das sanções internacionais à economia iraniana não durou muito, pois em 2018 os Estados Unidos de Donald Trump retiraram-se do acordo, impondo novas sanções ao Irã. Com isso o PIB iraniano contraiu cerca de 6,8% em 2019 e a inflação voltou a atingir níveis altos (Zhaoyi, 2021, online).

Como resultado desses processos, Teerã buscou diversificar suas relações internacionais, procurando ampliar seus parceiros econômicos e expandir-se para diferentes regiões. Destaca-se neste processo as relações com o Oriente, no que pode ser denominado de “política de olhar para o Leste”. Esta política, contrastava com o caminho até então empreendido de “nem a Leste, nem a Oeste”, ou seja, do não alinhamento e diversificação das relações exteriores do país. A estratégia à Leste empreendida por Teerã resultava dos bons relacionamentos com a Rússia e, sobretudo, com a China. Isso ocorreu em meio às divergências nas relações com os Estados Unidos, tornando-se gradualmente uma estratégia consolidada pelo país (Azizi, 2021, online).

Essa estratégia também se refletia nas esferas multilaterais, além das relações bilaterais. A exemplo disso, está a relação de Teerã com a Organização para Cooperação de Xangai (OCX) (*Shanghai Cooperation Organisation*, SCO, na sigla em inglês), organização securitária que tem como membros Cazaquistão, Quirguistão, Paquistão, Índia, Tadjiquistão e Uzbequistão, além de China e Rússia (Khaliq; Latif, 2023, online). Em 2021, Irã entrou com o processo para tornar-se membro permanente da OCX, elevando seu *status* de membro observador até então (*Shanghai Cooperation Organisation*, 2022, online)⁴⁴. A aproximação de Teerã com as

⁴⁴ A Organização de Cooperação de Xangai é uma organização internacional formada em 2001, tendo como membros fundadores China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão. Tornou-se um fórum de

dinâmicas centro-asiáticas teve como finalidade fomentar a estabilidade na região, em especial após a desastrosa retirada das tropas americanas do Afeganistão no mesmo ano (Visentini, 2021, p. 307). Além disso, a aproximação de Teerã com a OCX, interpretada por alguns como a formação de um eixo entre China, Irã e Rússia, representou na verdade mais um instrumento de barganha do que um polo de poder em formação (Martins, Costa, 2021, p. 316). Nos últimos anos, Teerã tem fortalecido seus laços com Moscou e Pequim, além de outros países, promovendo uma maior aproximação em diversas esferas, tanto econômicas quanto militares.

Ainda sobre as relações com China, destaca-se a assinatura de um acordo bilateral em 2021, visando o investimento chinês de cerca de 400 bilhões de dólares na economia iraniana ao longo de 25 anos. Em troca, a China receberia descontos nas vendas de petróleo (Harrison, Lify, 2021, online). No que diz respeito a Moscou, as relações com Teerã têm sido significativas para o país médio-oriental não apenas em termos econômicos, com as crescentes trocas comerciais entre os países, mas também em termos políticos, como a ação russa na Síria⁴⁵, alinhando-se aos interesses de Teerã.

O mandato de Rouhani teve fim em 2021 dando lugar ao ultraconservador Ebrahim Raisi como presidente do Irã. Neste mesmo ano, o governo de Raisi enfrenta desafios significativos, notadamente nas esferas social e econômica. A inflação no país ultrapassou os 40% ao ano em 2021, enquanto a taxa de desemprego girava em torno de 10%, com tendências a aumentar (Banco Mundial, 2023b, online).

Essas dificuldades econômicas, aliadas às divergências com as potências ocidentais em relação à retomada do programa nuclear, motivaram Teerã a fortalecer seus laços com países asiáticos, latino-americanos e africanos. O esforço em diversificar os parceiros diplomáticos, políticos e econômicos tem permitido um alívio ao Estado Iraniano. Neste cenário, países como Rússia e China têm sido importantes. Com as negociações em torno do programa nuclear estagnadas, a estratégia de diversificação e expansão para demais países visa driblar as sanções internacionais e os desencontros com as potências ocidentais (NAENI, 2023, online). Com isso, a geopolítica iraniana entre 2011 e 2021 foi marcada por avanços e recuos, o que também se reflete em sua projeção para o Chifre da África neste momento.

cooperação de diferentes temáticas entre Estados asiáticos. Ao longo dos anos, novos membros foram admitidos, como Índia e Paquistão, além de Estados observadores e parceiros de diálogo (Sco, 2022, online).

⁴⁵ Um dos países mais afetados pela Primavera Árabe no Oriente Médio tem sido a Síria. As manifestações visando a derrubada do regime foram malsucedidas devido a permanência de Bashar al-Assad no poder. As instabilidades na Síria preocupavam ao Irã por este ser um importante aliado do país. A ação militar russa na Síria concretizada em 2015 visou o apoio ao governo de Assad e o combate a forças insurgentes no país. A ação militar visava atender, em suma, à preocupação estratégica russa com expansão da instabilidade e grupos insurgentes, devido a proximidade geográfica com Damasco.

4.5 A ATUAÇÃO REGIONAL DA TURQUIA

No período de 2011 e 2021, a Turquia passou por transformações significativas, que não se limitaram apenas às mudanças regionais e sistêmicas, mas também englobaram alterações internas. Após os primeiros anos do século XXI levarem à maior participação turca nos acontecimentos do Oriente Médio, a Primavera Árabe impulsionou ainda mais a visão da Turquia para o seu entorno estratégico. O forte impulso externo de um lado veio acompanhado de desafios econômicos, políticos e sociais que marcaram o cenário doméstico da Turquia ao final da década. A permanência da Erdogan e seus aliados, não obstante as crescentes críticas e insatisfações, reacendeu dúvidas sobre os rumos da democracia no país.

Em continuidade com sua projeção no Oriente Médio, a Primavera Árabe tornou-se uma oportunidade para a Turquia reforçar seu papel regional, tanto que Erdogan realizou visitas à Tunísia, Egito e Líbia em 2011. Foi sobretudo com a Líbia, país no qual a Turquia possuía contratos na área de construção, investimentos, além de cidadãos turcos residindo no país, que Ancara começou a tornar-se ativa nas mudanças regionais. Até aquele momento, o governo turco possuía uma postura mais cautelosa em relação aos eventos. Mas o caso líbio, por envolver interesses de Ancara, representou um caso diferente. Enquanto país mediterrâneo, garantir aliados no novo governo líbio também importava em termos geopolíticos para a Turquia. Dessa forma, Erdogan tentou mediar as relações entre Qaddafi e seus opositores, mas não foi bem-sucedido (Robins, 2014, p. 332).

Já na Síria, a proximidade com o país exigiu especial atenção da Turquia. Durante os primeiros levantes, o governo turco buscou negociar com Bashar al-Assad para renunciar ao poder. No entanto, logo a Turquia passou a apoiar a oposição ao regime após as tentativas de negociação com Assad falharem (Turan, 2013, p. 137-139; Robins, 2014, p. 332-334). No Egito, após a queda de Mubarak, a Turquia apoiou a ascensão do governo de Morsi, cuja base política era a Irmandade Muçulmana – embora este governo tenha sido destituído pouco tempo depois.

Assim, observou-se uma intensa atuação da Turquia no seu entorno regional a partir desse período. As mudanças regionais, na verdade, exigiram uma intervenção do país, uma vez que envolveram países vizinhos e regiões de interesse estratégico. Dessa forma, a intensa atuação da Turquia surgiu tanto de necessidades quanto de interesses próprios. Os rumos incertos dos governos vizinhos e a ausência de uma maior intervenção das potências sistêmicas representavam uma oportunidade e um caminho aberto para moldar os próximos passos na região. Dessa forma, a atuação externa ativa da Turquia não derivou somente da boa vontade

diplomática ou da capacidade econômica lograda pelo crescimento dos últimos anos. A posição do governo de Ancara consistia em conquistar aliados e assegurar seus interesses geopolíticos, pois as instabilidades estavam próximas. A ameaça de levantes curdos da Síria, por exemplo, exigiu atuação diplomática e militar por parte da Turquia no país.

Outros interesses cruciais do Estado foram afetados pelas instabilidades desencadeadas pela Primavera Árabe, dessa vez à sudoeste. Um exemplo disso foi que as turbulências políticas afetavam os interesses turcos na extração de gás no Mediterrâneo, onde significativas reservas do recurso estão disponíveis. Isso desencadeou uma competição com outros países com acesso ao Mar, dentre os quais o Egito, Grécia e Israel, por exemplo (Cannon, 2022, p. 131; Joseph, Peedikayil, 2022). Em 2019 a Turquia, junto com o primeiro-ministro da Líbia, estabeleceu um acordo para demarcações das águas mediterrâneas, sendo amplamente criticado por outros países e dando origem a mais disputas na região (Reuters, 2021a, online). Para alguns analistas, a atenção maior dada pelas autoridades turcas ao mediterrâneo fazia parte da estratégia chamada Terra Azul (*Blue Homeland*, em inglês), na qual a geopolítica marítima ganhou força neste momento, impulsionando negociações com outros países ou delimitando suas fronteiras marítimas (Yapar, 2021).

Esses intensos esforços externos interessavam também à Turquia pelos eventos também terem afetado o país internamente, com a ocorrência de protestos contra o governo em 2013, além do grande número de refugiados sírios que cruzaram por seu território. A possibilidade de instabilidades internas ou o transbordamento dos conflitos internos exigiram ação por parte de Ancara.

Nesse contexto, entre os atores externos presentes nos Estados foco da Primavera Árabe, a Turquia se destaca como um dos mais ativos. Essa postura ativa da Turquia, em defesa dos seus interesses nas mudanças regionais, levava ao desencontro com as políticas dos outros países, sejam potências do Oriente Médio, sejam potências sistêmicas. Na Líbia, por exemplo, a Turquia apoiou o Governo de Acordo Nacional criado após a queda de Qaddafi e reconhecido internacionalmente como o governo de fato do país. No entanto, o país encontrou-se fragmentado em diferentes grupos, cujo principal opositor foi o Exército Nacional Líbio do General Khalifa Haftar, apoiado por Egito, Emirados Árabes Unidos, Rússia, entre outros. Já em relação à Síria, as relações da Turquia com os Estados Unidos foram marcadas por desencontros e insatisfações, principalmente pelo apoio americano aos curdos no país.

Nos últimos anos, a inflexão estratégica da atuação externa turca tornou-se mais evidente. O distanciamento em relação às tentativas frustradas de ingresso na União Europeia tem conduzido o país por um caminho mais autônomo e diversificado nas suas relações

internacionais. Nesse sentido, a Turquia intensificou sua atuação regional, especialmente diante de desafios significativos, tornando-se este um caminho a ser seguido. Isto também foi reflexo de alianças internas para a manutenção do poder do partido de Erdogan, na qual ganhou força dentro do governo grupos políticos defensores de uma política externa euroasiática e nacionalista – e, em muitos momentos, mais militarizada (Uzgel, 2022, online).

As relações sistêmicas da Turquia foram marcadas, de um lado, pelas divergências com relação à União Europeia, mas, de outro, pelo bom relacionamento com os Estados Unidos durante o governo Trump. O interesse do ex-presidente no desengajamento norte-americano no Oriente Médio permitiu mais liberdade de ação para a Turquia, além de arrefecer as pressões em relação à crescente concentração de poder por parte de Erdogan.

No âmbito regional, a intensa participação no Oriente Médio resultou em desencontros com os interesses dos demais países da região. Em um primeiro momento, o apoio a diferentes grupos envolvidos nos protestos e nas mudanças de regime na Primavera Árabe opôs os interesses turcos aos de outros países, como as monarquias do Golfo. Uma das exceções a isso foi o Catar, país com o qual a Turquia desenvolveu boas relações nos últimos anos. Em relação a outros países, como Israel, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Irã, as relações com Ancara possuíram divergências, mas também pontos de encontro.

Internamente, houve uma mudança significativa no sistema político da Turquia nesse período. O regime parlamentarista, adotado desde a fundação da sua república em 1923, foi substituído por um sistema presidencialista em 2017. Em abril daquele ano, foi realizado um referendo sobre a mudança e esta foi aprovada somente por 51,4% dos votantes. Essa mudança veio após uma tentativa malsucedida de golpe militar em 2016 e a imposição de um Estado de Emergência, em um momento de crescente crise econômica no país.

A defesa para a implementação do presidencialismo era de que este sistema era mais flexível frente às mudanças internas e externas da Turquia. Apesar da mudança do sistema político, a liderança permaneceu a mesma. Erdogan, presidente desde 2014, foi reeleito em 2018 e, junto com seus aliados, compuseram os principais cargos do executivo no sistema presidencialista. A permanência de aliados durante a transição de regime favoreceu o atual presidente, e o desenho constitucional permitiu à Erdogan consolidar mais poderes para si. O cargo de primeiro-ministro fora abolido e o presidente tornara-se chefe de Estado e do Executivo, sendo também responsável pelo orçamento, por indicar os membros do governo e da Corte Constitucional. O parlamento permaneceu com suas funções legislativas, mas sua importância não ocupava mais o primeiro plano (Stevenson, 2018).

A mudança do sistema político turco ainda causou desconfianças da possibilidade de

estabilização política da Turquia. Gulcin Ozkan (2020, online), relembra que de 2014 a 2019 foram realizadas eleições anuais no país: duas eleições locais em 2014 e 2019, duas eleições gerais em 2015 e 2018, além do referendo realizado em 2017. Além disso, o partido de Erdogan perdeu a maioria no parlamento em 2015 e 2016, exigindo a busca por alianças internas. Toda esta instabilidade política também se deu em meio à crescente insatisfação com o governo de Erdogan e ao aumento da crise econômica. Embora o PIB do país permaneça positivo, a inflação cresceu a níveis recordes e a lira turca desvalorizou-se. Segundo dados do Instituto de Estatística da Turquia (Turkish Statistical Institute, 2023, online), a inflação média no país foi de 19% em 2021 para 80% em 2022.

Em termos gerais, as realidades domésticas, regionais e sistêmicas da Turquia passaram por importantes transformações entre 2011 e 2021. Internamente, o país enfrentou instabilidades políticas, econômicas e sociais, o que, de certa forma, também impactou no cenário externo do país. A intensa participação regional, inclusive militar em alguns casos, visava conter mais instabilidades que pudesse afetar a Turquia e garantir uma posição para o país na nova ordem regional. No entanto, a *Turquia não conseguiu exercer o papel de liderança regional*, devido à grande competição com demais potências regionais e externas (Donelli, Levaggi, 2016, p. 102-103). Desse modo, o interesse em atuar em seu entorno estratégico visava não só garantir a posição do país no Oriente Médio, mas também garantir aliados diplomáticos e políticos que possam apoiar o governo e atrair investimentos para aliviar as tensões internas. Diferentes regiões compuseram esta estratégia, na qual a África ocupou um lugar de destaque.

4.6 OS REFLEXOS DA PRIMAVERA ÁRABE NO CHIFRE DA ÁFRICA

Apesar de não terem sido o ponto central da Primavera Árabe, os países do Chifre foram diretamente afetados pelos eventos de 2011, a começar, por exemplo, com as manifestações internas em alguns países. As manifestações ocorridas naquele período, inspiradas pelos acontecimentos nos vizinhos do norte do continente, não levaram à queda de regimes. Nos anos seguintes, a Guerra do Iêmen e a queda de al-Bashir no Sudão destacaram-se como os principais eventos decorrentes dos levantes do começo da década que impactaram a região.

De um lado, o conflito à leste do Mar Vermelho envolveu militarmente países como Eritreia e Sudão, enquanto, por outro lado, a queda do regime de Cartum resultou em mais uma instabilidade no mapa regional, além da queda de um governo que estava há três décadas no poder. Elizabeth Schmidt (2018, p. 5) também reforça que a Primavera Árabe inaugurou uma nova fase de intervenção no continente africano, envolvendo não apenas forças estatais, mas

também organizações multilaterais, entre outros atores.

Logo no começo do ano de 2011, protestos eclodiram nos diferentes Estados da região. No Djibuti protestos contra o governo de Ismail Omar Guelleh realizados entre janeiro e fevereiro foram suprimidos por forças policiais. Protestando pela queda do presidente e da reforma constitucional de 2010 que lhe permitia mais um mandato estavam estudantes, representantes da oposição, entre outros (Al Jazeera, 2011, online). Em abril daquele ano, foram realizadas novas eleições presidenciais vencidas novamente por Guelleh. Já na Eritreia e na Etiópia, protestos também foram registrados contra os governos de Isaias Afewerki e Meles Zenawi respectivamente, mas foram prontamente suprimidos.

No Sudão, várias cidades do país foram palco de manifestações ainda naquele ano. Os protestos foram principalmente organizados pelos estudantes que demandavam o fim da corrupção no governo, o término das políticas das austeridades a melhores condições de vida. Entretanto, estes protestos realizados em janeiro de 2011 foram interrompidos por outra transformação regional importante: a independência do Sudão do Sul em julho. O estabelecimento do novo Estado reduziu cerca de três quartos das reservas de petróleo de Cartum. A insatisfação de diferentes setores da população persistiu e protestos foram registrados até 2013.

O caso sudanês, assim como da Argélia, foi considerado por alguns analistas como uma segunda fase da Primavera Árabe ou ainda uma Primavera Árabe tardia. A Argélia, assim como observado no Sudão, passou ilesa aos protestos no ano de 2011, mas experimentou um agravamento das instabilidades políticas ao longo dos anos seguintes. A partir de 2017, uma série de protestos ocorreram devido às dificuldades econômicas. Estes protestos cresceram quando, em 2019, Abdelaziz Bouteflika, no poder há 20 anos, visava concorrer a mais um mandato. Com o alto descontentamento, Bouteflika renunciou (Genyi, 2021, p. 198). Dessa forma, acredita-se que os efeitos da Primavera Árabe ainda reverberaram por outros países para além de 2011, mas novamente, a ocorrência de protestos e a queda de regimes deve ser avaliada considerando o conjunto de condições domésticas, regionais e até mesmo sistêmicas específicas destes Estados.

Nesse cenário, o Sudão pode ser considerado como um dos países impactados pela Primavera Árabe, embora a mudança do governo tenha ocorrido apenas em 2019. O país do Chifre enfrentava uma crise econômica decorrente da independência do Sudão do Sul, aumento da inflação, corte no fornecimento de combustíveis e desemprego (Genyi, 2021, p. 199-200). Por ser considerado um Estado apoiador do terrorismo pelos Estados Unidos, o Sudão estava submetido a sanções econômicas e, portanto, não poderia recorrer a empréstimos do FMI

(Fundo Monetário Internacional) e do Banco Mundial. Ainda que algumas sanções econômicas impostas em 1997 tenham sido suspensas durante o governo de Barack Obama, foi somente no governo de Donald Trump que as sanções econômicas foram terminadas em sua totalidade (Al Jazeera, 2017, online).

Com isso, protestos começaram a eclodir e, em 2019, após trinta anos no poder, o governo de al-Bashir se encerra após um golpe militar (Genyi, 2021, p. 199-200). Em seu lugar, o Conselho Militar de Transição, uma junta militar liderada pelo general Abdel Fattah al-Burhan, previa governar o país até o estabelecimento de um governo central. Ainda em 2019 foi estabelecido o Conselho Soberano de Transição, reunindo representantes militares e civis funcionando como um centro executivo e legislativo. Em 2021, um golpe militar derrubou brevemente o Conselho do país, sendo reestabelecido ainda no mesmo ano. Desde então, o cenário político sudanês tem sido marcado pelas divergências entre os diferentes grupos militares (sobretudo entre as forças armadas do Sudão e as Forças de Suporte Rápido - *Rapid Support Forces*, no original em inglês, grupo paramilitar liderado pelo deputado Mohamed Hamdan Dagalo) e tentativas de mediar o conflito.

O que envolveu de modo mais significativo a interação destas duas regiões foram as *instabilidades no Iêmen e a ofensiva militar neste país guiada pela Arábia Saudita em 2015*. De acordo com Donelli e Cannon (Donelli, 2021, p. 5), isso elevou a importância geopolítica do Chifre da África. O caso iemenita, portanto, merece uma atenção especial para entender como o processo da Primavera Árabe impactou na sub-região. A República do Iêmen, país ao sul da Península Arábica, é resultado da unificação entre o Iêmen do Sul (Estado comunista médio-oriental) e o Iêmen do Norte (ou República Árabe do Iêmen) em 1990. Desde sua unificação até 2012 seu governo foi liderado por Ali Abdullah Saleh.

O governo de Saleh já enfrentava oposições internas desde o começo do século XXI e, com a eclosão da Primavera Árabe, o seu governo foi alvo de protestos, principalmente pelos Houthis⁴⁶, insatisfeitos com as desigualdades econômicas no país (Stephens, 2015, online). Em 2013, Saleh deixou o poder do país, assumindo em seu lugar seu vice Adb Rabbuh Mansur al-Hadi, que foi incapaz de resolver as instabilidades. Membros Houthis tomaram o controle da capital Sanaã e grande parte das regiões à leste do país em 2015. Em decorrência disso, al-Hadi declarou Áden como a capital do país, a fim de manter o controle governamental. Embora a ação dos Houthis seja muito mencionada, outros grupos também compõem o conflito, incluindo

⁴⁶ “Houthi”, na verdade, refere-se ao nome de um dos fundadores do movimento presente no norte e oeste do Iêmen, Hussein al-Houthi. Refere-se atualmente ao movimento político surgido no país durante a década de 1990 em resposta à influência saudita e aos rumos do governo do então presidente iemenita Ali Abdullah Saleh.

impedir o fornecimento de armas ao grupo. No entanto, devido a temores de que isso pudesse influir no fornecimento de alimentos e recursos energéticos ao Iêmen, as batalhas no porto foram cessadas por meio do Acordo de Estocolmo, mediado pelas Nações Unidas em 2018. Os confrontos continuaram mesmo assim e em 2021 a Arábia Saudita impôs um embargo a importação de combustíveis pelo porto de Hodeida (Reuters, 2021b, online; Salisbury, 2022, online). Além disso, estes países apoiaram diferentes partes do conflito contribuindo ainda mais para a fragmentação política. Tentativas de mediação foram feitas, como por exemplo em 2022, quando o governo de al-Hadi foi substituído pelo Conselho de Liderança Presidencial reunindo diferentes partes envolvidas (Ahmed, 2022, online).

Como efeito das instabilidades, o Iêmen tornou-se uma das piores crises humanitárias da atualidade segundo as Nações Unidas, com mais de 300 mil mortes. Em 2017, o maior surto de cólera já registrado ocorreu no país com quase um milhão de casos notificados (Cappelaere; Mandhari, 2019, online). No momento de escrita deste trabalho, cerca de 11 milhões de crianças necessitam de ajuda humanitária, das quais 2,2 milhões sofreram com mal nutrição aguda. Além disso, cerca de 4,5 milhões de pessoas foram deslocadas internamente em razão do conflito (Unicef, 2023, online).

Desse modo, os dois principais eventos resultantes da Primavera Árabe que impactaram no Chifre foram as transformações ocorridas no Sudão e no Iêmen. Estes impactos vieram, como pôde ser percebido, de metade para o final da década de 2010. Apesar da influência dos protestos em 2011 e a convergência de desafios como desemprego, desigualdade, más condições de vida, entre outros, as manifestações logo perderam força e foram suprimidas pelas forças estatais. No caso sudanês, no entanto, a crise política e socioeconômica resultou na queda do regime. Essa instabilidade impactou nos demais países da região no sentido da incerteza causada pelo processo de transição e pelo transbordamento das instabilidades. No caso do Iêmen, por outro lado, a dimensão securitária da Península Arábica expandiu-se para o Chifre, sendo uma oportunidade de países intervenientes como Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos a controlarem a margem à leste, de grande importância logística para as operações no Iêmen. Logo, os Estados do Chifre da África foram inseridos nas mudanças geopolíticas desencadeadas pela Primavera Árabe.

5 A PROJEÇÃO DE TURQUIA, ISRAEL, IRÃ E ARÁBIA SAUDITA PARA O CHIFRE DA ÁFRICA ENTRE 2011 E 2021

Os desdobramentos da Primavera Árabe de 2011 não apenas reconfiguraram as dinâmicas regionais do Oriente Médio e do Norte da África, como também se estenderam para a região do Chifre Africano. Esses acontecimentos tiveram um impacto significativo nas relações entre essas regiões, promovendo uma renovação da importância geopolítica do leste africano. Isso foi decorrente da expansão da desestabilização geopolítica do Oriente Médio, no qual o Chifre da África consistia em um espaço estratégico e de conexão. A partir destes eventos, observou-se uma intensificação das interações entre os países médio-orientais e leste-africanos em uma tentativa de redistribuição de poder, com vistas a assegurar áreas de influência e parcerias estratégicas, como destacam Donelli e Cannon (2021, p. 762-763). Esta presença foi tanto econômica e política, quanto militar e tecnológica. Neste capítulo, portanto, analisaremos a projeção de Turquia, Israel, Irã e Arábia Saudita para o Chifre da África no recorte temporal que vai de 2011, ano que marca o início da Primavera Árabe, até a 2021.

5.1 A PROJEÇÃO MÉDIO ORIENTAL PARA O CHIFRE DA ÁFRICA ENTRE 2011 E 2021: AVANÇOS E RECUOS

A partir dos eventos da Primavera Árabe, a projeção das potências médio orientais para o Chifre da África foi significativa, impulsionada em grande medida pelas transformações regionais. As mudanças desencadeadas pela queda de governos, a eclosão de conflitos civis próximos e a possibilidade de transbordamento de instabilidades foram alguns dos elementos que despertaram uma maior sensação de insegurança, aliada à necessidade de ação frente essas transformações. Nessa conjuntura, a região do Chifre desempenhou um papel essencial devido à sua *localização estratégica*, constituindo uma fronteira geopolítica ampliada do Oriente Médio mais a sudoeste.

O transbordamento das questões do Oriente Médio, como a Guerra do Iêmen mencionada no capítulo anterior, encobriu esses países no reordenamento das forças e da disputa política regional. Nesse sentido, para essas potências médio-orientais, acompanhar os acontecimentos na região era importante para garantir que a participação desses países nas instabilidades regionais pudesse ser controlada ou minimizada. Foi assim que a projeção de Israel, Irã, Arábia Saudita e Turquia para o Chifre da África foi desencadeada por essa renovação geopolítica entre 2011 e 2021.

Esses movimentos indicam uma renovação geopolítica no Chifre da África, pautada

pelo crescente interesse de atores externos, entre os quais estiveram os países médio-orientais, em aliança com transformações internas importantes, desencadeadas desde os eventos da Guerra ao Terror. Esse processo de renovação geopolítica, já em curso, foi reforçado pelas instabilidades decorrentes da Primavera Árabe. De acordo com Federico Donelli e Giuseppe Dentice (2020, p. 1-2) as mudanças desencadeadas em 2011 levaram os principais atores regionais do Oriente Médio a competirem no Chifre da África devido a questões de similaridade e de proximidade geográfica. O empresário queniano Erastus Mwencha (HORN - *International Institute for Strategic Studies*, 2021, p. 13), antigo membro da Comissão da União Africana, complementa que a questão da proximidade e interconexão entre as regiões tem dificultado a distinção entre o que acontece na África e o que acontece no Oriente Médio, como a expansão da al-Qaeda e dos eventos da Primavera Árabe.

Nesse período, a participação destes países no Chifre apresentou uma atuação mais intensa, em temáticas desde políticas e militares a econômicas, culturais e humanitárias. A competição entre estes atores foi intensificada sobretudo pela eclosão da Guerra Civil no Iêmen que levou à expansão das instabilidades para as margens oeste do Mar Vermelho, e a crescente disputa por influência na sub-região africana. Como será visto mais adiante, diferentes fatores domésticos, aliados com a percepção das mudanças regionais e sistêmicas tiveram impacto na projeção desses países para o Chifre.

Alguns pesquisadores expressaram preocupação de que a presença dos países do Oriente Médio pudesse levar a uma maior militarização da região. No entanto, é importante ressaltar que a participação médio oriental neste quesito faz parte de um processo mais amplo de militarização do Chifre e de expansão do processo de desestabilização. Este processo vinha sendo construído desde o início do século XXI, resultado do aumento de atividades contraterroristas conduzidas no continente africano que levou à maior instabilidade regional devido à securitização e militarização de diferentes grupos e o aumento de disputas de poder. Verificou-se, na verdade, que a extensão da projeção militar dos países do Oriente Médio em si foi limitada e sua capacidade de apresentar maiores riscos à segurança do Chifre da África não fora apresentada. De fato, a rota marítima do Mar Vermelho, visto as instabilidades regionais, passou a apresentar maiores riscos e deveria ser assegurada. Em razão disso, foi reforçada a necessidade de segurança de portos e demais infraestruturas marítimas durante esse período, uma vez que seu não funcionamento poderia afetar financeira e fisicamente o fluxo dos navios na região (Carson *et al.*, 2020, p. 11-12)⁴⁸.

⁴⁸ A rota marítima do Mar Vermelho, como destacado em vários momentos neste trabalho, consiste em uma das principais rotas para o comércio mundial. Nesse sentido, Alex de Waal (2018, online) estimou que o fluxo do

Outro elemento importante que envolveu a projeção destes países, ainda que em termos mais abrangentes e indiretos, foram as *mudanças sistêmicas*. Assim como aconteceu no Oriente Médio, discutido no capítulo anterior, o mesmo poder ser reafirmado com a África e a sub-região do Chifre. A Rússia, por exemplo, tem fortalecido sua presença no continente africano após um breve distanciamento no início da década de 1990. Os laços presentes desde a União Soviética na África não foram completamente rompidos e, nos últimos anos, foram revitalizados.

Desde a virada do milênio, tanto Vladimir Putin quanto Dmitri Medvedev realizaram inúmeras viagens ao continente africano, principalmente para países como África do Sul e Egito, embora todo o continente africano seja abarcado na política externa da Rússia para a África. A projeção russa também tem contado com a participação das empresas do país, resultando em diversos investimentos em áreas desde a mineração ao desenvolvimento de energia nuclear, bem como o desenvolvimento de laços bilaterais e multilaterais (González, 2021, online). Em 2018, por exemplo, foi realizado o primeiro fórum entre Rússia e África na cidade de Sochi (Shubin, 2019, online). Sobre o Chifre, a Rússia buscou se aproximar de países como Sudão, Djibuti e Etiópia. No caso de Cartum, a relação entre os dois países havia se fortalecido nos anos finais do governo de al-Bashir e cuja proximidade permaneceu mesmo com a queda do regime. Desde esse momento, havia discussões sobre a construção de uma base naval russa em Porto Sudão, mas cuja concretização ainda não possui sinais claros (Al Jazeera, 2023, online). Apesar disso, a Rússia tem buscado não interferir nos rumos do conflito no Sudão a fim de manter seus interesses estratégicos.

Já a China consolidou ainda mais sua presença no continente africano. A criação do projeto da Nova Rota da Seda anunciada em 2013 incluiu a África entre seus destinos. Objetivou-se com isso largos investimentos em infraestrutura (estradas, ferrovias, entre outros) facilitando a logística no continente e sua conexão com o mundo. A Etiópia, neste cenário, foi um dos principais aliados chineses no Chifre, sendo um grande receptor de investimentos em projetos de construção. No Djibuti, por sua vez, empresas chinesas ajudaram na construção no país da rodovia Adis Abeba-Djibuti, do Porto Multifuncional de Doraleh, entre outros projetos

comércio por esta rota marítima chegou a 600 bilhões de dólares somente em 2018. Devido à importância dessa rota, uma das expressões da presença extrarregional tem sido o controle dos portos da região, assim como o emprego de forças navais. Portos no Sudão, Eritreia, Djibuti e Somália tem sido foco de interesses de empresas públicas e privadas (Melvin, 2019a). Além disso, a construção de bases militares no Chifre tem crescido nos últimos anos, reforçando a perspectiva de militarização da região. Acredita-se que o Irã utilizou o porto de Assab na Eritreia durante meados dos anos 2000; a Turquia estava negociando a restauração da Ilha de Suakin do Sudão; a Arábia Saudita negociava o estabelecimento de uma base militar no Djibuti. Estes são alguns exemplos das competições e interesse pela presença nesta rota marítima.

(Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2014, online). Em 2017, foi concluída a construção de base militar chinesa no Djibuti, juntando-se à presença militar americana, francesa e japonesa no país, entre outras. Essa presença externa, sobretudo chinesa, tem sido acompanhado pelas potências ocidentais, uma vez que os acontecimentos no Chifre da África, região de importância geoestratégica mundial, não passam despercebidos dos interesses internacionais.

No caso americano, a mesma percepção de incapacidade de apresentar soluções às questões regionais sentida pelos Estados do Oriente Médio tem sido percebido pelos países do Chifre. Essa percepção tem sido reflexo de políticas estadunidenses empreendidas na sub-região africana cujo potencial de causar mais instabilidades tem sido maior do que contribuir para resolver os problemas da região. A exemplo disso pode-se citar o apoio na normalização das relações entre Sudão e Israel no contexto dos Acordos de Abraão, que impôs riscos ao processo de transição no país, visto que diversos grupos sudaneses não concordaram com essa aproximação. Além disso, ainda no governo Trump, as tentativas erráticas de mediação entre Egito e Etiópia acerca da barragem etíope no Rio Nilo causaram mais desconforto entre as partes do que possibilidade de negociação. O presidente norte-americano havia defendido que o Egito sofreria com as consequências da construção da barragem e deveria agir o quanto antes, além de barrar ajuda financeira à Etiópia como uma forma de pressão pela falta de avanços nas negociações sobre o conflito no Tigré⁴⁹ (Carson *et al*, 2020, p. 9; Gavin, 2020, online).

Assim, percebe-se que *a projeção das potências médio-orientais no Chifre somou-se aos interesses de outras potências*, às vezes convergindo em algumas pautas, mas também seguindo os seus próprios objetivos na região. Em razão das transformações regionais, as potências do Oriente Médio buscaram reorientar sua atuação externa de modo a acompanhar as mudanças decorrentes. A nova realidade internacional tanto do Oriente Médio como do Chifre da África resultou na abertura de espaços de projeção, em diferentes dinâmicas de poder e possibilidades de atuação para estes Estados. Neste cenário, uma tendência tem sido a de busca por novos aliados e diversificação nas relações internacionais, o que explica em parte a projeção destes países para o continente africano durante este período.

⁴⁹ Em novembro de 2020 um conflito eclodiu entre forças do exército nacional e forças ligadas à Frente para Libertação do Povo Tigré (*Tigray People's Liberation Front*, TPLF, na sigla em inglês). O conflito foi desencadeado após reclamações de representantes do Tigré com o adiamento das eleições regionais e nacionais previstas para ocorrer em 2020. Com o aumento das tensões, forças ligadas ao TPLF atacaram uma base militar, desencadeando um conflito com forças federais. O conflito gerou inúmeras mortes, além de outros problemas humanitários nessa região do país. Ainda envolveu forças eritreias e de demais regiões da Etiópia. Após inúmeras tentativas de resolução, um cessar fogo entre as partes foi assinado em 2022 (Deleersnyder, 2021, p. 5; Africa News, 2022b, online).

Apesar dessa intensa presença externa, torna-se importante destacar que *os Estados do Chifre da África também buscaram garantir seus interesses frente a projeção médio oriental*, sobretudo em termos de assistência financeira, política, diplomática e militar. Na visão de Brendon Cannon e Ash Rossiter (2022, p. 29), inúmeras evidências apontam que os Estados do Chifre começaram ou ainda conduziram o engajamento com os atores externos interessados na região. O Sudão, por exemplo, frente a crise econômica que enfrentava conseguiu apoio financeiro e diplomático desses países, além de conseguir apoio em relação aos Estados Unidos e sua retirada da lista de Estados patrocinadores do terrorismo. A Eritreia também tem sido favorecida pelo interesse em sua localização estratégica, recebendo investimentos dos países do Golfo. O Djibuti lucrou com a presença de diversas bases estrangeiras no país, reforçando sua importância marítima geoestratégica. A Etiópia se destaca ainda mais por ser uma potência econômica continental, sendo fonte de interesse externo. A Somália, por outro lado, ainda que tenha recebido diversos investimentos, constitui um caso mais frágil devido à instabilidade estatal. Um exemplo está na negociação de atores externos com regiões separatistas do país: enquanto a Turquia tornou-se importante aliada do governo de Mogadíscio, países como Emirados Árabes Unidos negociaram com os governos de Puntilândia e Somalilândia, regiões essas que visam tornar-se independentes do governo federal somali (De Waal, 2018, online). Ainda assim, todos os países do Chifre conseguiram obter apoio para seus interesses e barganhar entre diferentes atores externos conforme suas necessidades, não sendo apenas atores passivos.

Dessa forma, os eventos da década de 2010 reforçaram a importância geopolítica do Chifre. O período analisado neste trabalho chegou ao fim sendo marcado por uma pandemia mundial que afetou todos os países aqui abordados. Os Estados do Chifre, apesar de suas vulnerabilidades políticas, econômicas e sociais foram bem-sucedidos em conter o avanço da pandemia. Estes tomaram medidas assim que os primeiros casos surgiram nos países, seja fechando fronteiras e espaço aéreo, seja impondo toques de recolher (Pereira, Kowalski, 2020a; 2020b). Dentre os casos notificados pelos países, Etiópia e Sudão foram os países mais afetados tanto em número de casos, como no número de mortes. Já entre os países do Oriente Médio, Irã e Turquia tiveram o maior número de mortes causadas pela doença (World Health Organization, 2023, online). Além dos desafios apresentados à saúde, a pandemia também afetou economicamente estes Estados. Em razão dessa crise que afetou os recursos e as capacidades dos Estados, a projeção das potências médio-orientais diminuiu (temporariamente) durante este período.

Algumas tendências, sejam de continuidade ou de mudanças, podem ser identificadas acerca da projeção médio oriental. Com a melhora da pandemia e a retomada lenta do

crescimento econômico mundial, a presença destes países no Chifre da África que havia diminuído, tem apresentado sinais de retomada. Isso indica uma tendência à *continuidade*, principalmente dos sauditas e de seus aliados. Acredita-se que com a permanência do conflito no Iêmen e das instabilidades regionais, os países do Chifre continuem sendo espaço desta projeção mais recente dos países do Oriente Médio.

Ainda que o governo de Joseph Biden iniciado em 2020 tenha tentado demonstrar alguns sinais de mudança em relação ao governo de Trump para os países da região do Chifre, este obteve resultados limitados até o momento. Em relação à Somália, o governo Biden reenviou tropas para o país que haviam sido retiradas durante o governo Trump (Africa News, 2022a, online). Já com relação à Etiópia, o seu governo tentou mediar o conflito eclodido no Tigré, mantendo uma posição crítica às ações do governo de Ahmed na região. Esses e outros eventos, demonstram a preocupação dos Estados Unidos com os rumos da geopolítica regional, sobretudo pelo espaço conquistado por atores como Rússia e China.

Além disso, o governo Biden também buscou retomar os esforços para mediar a questão da Barragem da Grande Renascença Etíope que vem sendo construída pelo governo etíope, entre Etiópia, Sudão e Egito, liberando ajuda humanitária para Adis Abeba, bloqueada pelo governo Trump (Hartung, 2021, online). Nesse sentido, os Estados Unidos permaneceram como o principal doador bilateral para a Etiópia, fornecendo desde 2020 cerca de 3,16 bilhões de dólares em ajuda humanitária ao país (U.S Department of State, 2023, online). Frente a isso, pode-se esperar mais disputas entre as potências ocidentais e de outros Estados, principalmente a China e Rússia, pelos interesses dos países do Chifre. A renovação geopolítica da região, relacionada às transformações sistêmicas e regionais, tanto da África quanto do Oriente Médio, ainda está em desenvolvimento.

Após essa breve análise geral, a seguir serão analisadas as projeções de Arábia Saudita, Turquia, Israel e Irã para o Chifre da África entre 2011 e 2021.

5.2 A PROJEÇÃO DAS POTÊNCIAS DO ORIENTE MÉDIO DE 2001 A 2021

Entre 2011 e 2021, as mudanças mais evidentes em relação à projeção no Chifre foi a crescente presença da Turquia e da Arábia Saudita, ao passo que o Irã perdeu espaço na região devido à competição com Riad. Israel, por outro lado, acompanhou timidamente os acontecimentos regionais cuja maior transformação fora a abertura de diálogos com o Sudão após 2019. A projeção médio oriental não se restringiu somente a uma área, abrangendo campos econômico, político, social, cultural e militar.

A projeção dos Estados do Oriente Médio para o Chifre da África durante esse período também teve como grande impulsionador as mudanças regionais da região embora mudanças domésticas e sistêmicas também tivessem grande peso. A Primavera Árabe aprofundou o processo de desestabilização do Oriente Médio, expandindo para a sub-região do Chifre.

5.2.1 Crescimento da participação turca

Entre 2011 e 2021, verificou-se uma crescente participação da Turquia no Chifre da África, tornando o país um dos principais atores extrarregionais na sub-região durante este período. Como mencionado em sessões anteriores, os laços históricos com o Chifre e a intensa projeção turca para o continente africano lançaram as bases para a projeção mais significativa que ocorreu neste período.

A ação da Turquia no Chifre da África começou logo em 2011, com a visita de Erdogan a Mogadíscio e o anúncio de diversos investimentos no país, centrado primeiramente em ajuda humanitária. No entanto, esta projeção turca na Somália expandiu-se de maneira significativa para âmbitos econômicos, militares e políticos. A embaixada turca foi reaberta na capital da Somália em 2011 (esta havia sido fechada na década de 1990 por motivos econômicos) e, no ano seguinte, a 2ª Conferência sobre a Somália foi realizada em Istambul para discutir soluções para a reconstrução do país africano (Aynte, 2012; Ozkan, 2013, p. 46-47). Desde 2017, a Turquia opera uma base militar⁵⁰ em Mogadíscio que visa entre outros objetivos oferecer treinamento ao Exército Nacional da Somália (ENS ou SNA, *Somalia National Army*, no original em inglês), onde cerca de 22 mil membros do exército do país receberam treinamento (Cannon, Rossiter, 2022, p. 23). A Turquia também investiu no âmbito educacional, expandindo a construção de escolas islâmicas ou seculares (Ozkan, 2013, p. 48-19; Back, 2019, p. 3). Em termos políticos, as relações entre o governo central da Somália têm tido na Turquia um importante aliado, com o país médio-oriental tentando mediar uma resolução ao problema da Somalilândia. A Turquia, nesse sentido, tem promovido diálogos entre o Governo Federal da Somália com demais regiões do país a fim de facilitar sua integridade política e territorial (Berg, Meester, 2019, p. 6; Donelli, 2020, p. 2).

No entanto, a partir da metade da década de 2010, a Turquia e o governo central da Somália passaram a enfrentar a crescente presença dos Emirados Árabes Unidos. Abu Dhabi

⁵⁰ Como já discutido anteriormente, há questionamentos esta instalação pode ser considerada uma base militar, visto que serve para outros objetivos, como treinamento militar (Cannon, 2022, p. 134).

negociou diretamente com governos como Somalilândia e Puntilândia, desagradando o governo central somali. A ação desses Estados tem demonstrado as disputas entre as potências médio-orientais no país, cuja localização estratégica é importante para a rota comercial do Golfo do Áden. Apesar da fragmentação política no país, essas disputas não levaram a resultados mais drásticos.

No caso do Sudão, os governos de Ancara e Cartum desenvolveram boas relações ao longo da década, impulsionadas pela retirada das sanções americanas ao país africano em 2017. Nesse mesmo ano foram assinados diversos acordos econômicos por parte de empresários turcos chegando a cerca de 650 milhões de dólares, em áreas como agricultura e infraestrutura (Maziad, 2022, p. 135). Além disso, a Turquia assinou um acordo com o Sudão visando a restauração da cidade portuária otomana de Suakin. A queda de Omar al-Bashir pouco tempo depois, no entanto, levantou dúvidas sobre a continuidade deste acordo (Cannon, 2022, p. 134). Com a mudança política, as relações entre os dois países foram afetadas negativamente já que o país africano permaneceu imerso em instabilidades e a Turquia tem enfrentado uma forte crise econômica (Eliades, 2020, online).

A projeção da Turquia para o Sudão durante meados da década de 2010 acendeu um alerta para os países do Golfo e do Egito. Os primeiros viam na Turquia um competidor quanto às oportunidades econômicas e políticas, justamente em um período em que o governo sudanês se distanciava do Irã. Do mesmo modo, a proximidade de Ancara com o Catar, bem como as diversas ações conjuntas dos dois países no Chifre preocupavam Riad e Abu Dhabi devido à política independente da monarquia do Golfo e à disputa por espaços de interesses. Já no caso do Egito, devido à proximidade com o país do Chifre, a participação da Turquia gerava preocupações diretas sobre a segurança do país. Nesse sentido, Cairo acompanhava a aproximação da Turquia com o Sudão, receoso de que essa aproximação poderia interferir nos assuntos regionais, sobretudo em relação à construção da Barragem da Grande Renascença Etíope. As instabilidades nas relações entre Cairo e Cartum levavam ao temor de uma maior aproximação do Sudão com a Etiópia. O final da década, no entanto, demonstrou que a possível visualização de blocos de atuação no Chifre como o eixo Turquia-Catar estavam dependentes dos acontecimentos domésticos e regionais. As relações entre Ancara e Doha com Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos, por exemplo, tem sido mais amena nos últimos tempos (Maziad, 2022, p. 137-139).

Com a Eritreia, a projeção turca tem se dado em termos econômicos, ainda que limitados se comparado com outros países na região. As trocas comerciais entre os dois países somaram 10 milhões de dólares em 2020. As relações entre os dois países cresceram sobretudo ao longo

da década de 2010, com a realização de visitas oficiais e a abertura de uma embaixada turca em Asmara em 2013 (Ministry of Foreign Affairs Republic of Türkiye, 2023d, online). Já no Djibuti as relações com Ancara também se desenvolveram ao longo da década de 2010, com o pequeno país africano recebendo diversos investimentos turcos, especialmente em infraestrutura (Berg, Meester, 2019, p. 5). Em 2016, a Turquia assinou um acordo de cooperação com o Djibuti para a criação de uma zona de livre comércio (Maziad, 2022, p. 135). Em relação ao Sudão do Sul, a Turquia reconheceu o país africano logo após sua independência. De acordo com informações do Ministério das Relações Exteriores da Turquia, o comércio entre os dois países é pequeno se comparado aos demais países da região, somando 6,2 milhões de dólares em 2020 (Ministry of Foreign Affairs Republic of Türkiye, 2023e, online).

Apesar de todos estes investimentos nos outros países, a Etiópia permaneceu como o principal parceiro comercial da Turquia no Chifre da África. Segundo dados do Ministério das Relações Exteriores do país (2023b, online), o comércio bilateral chegou a 398,8 milhões de dólares em 2019 e, embora tenha decrescido em 2020 somando 272 milhões de dólares, os números permaneceram significativos. Além disso, ainda segundo dados ministeriais, empresas turcas representam um dos maiores empregadores na Etiópia com cerca de 20 mil etíopes empregados em 200 empresas turcas.

A participação da Turquia também foi significativa nas organizações africanas, como no caso da União Africana e da IGAD. Em relação à segunda, a Turquia buscou se consolidar como Estado parceiro, apoiando a organização e suas atividades principalmente na Somália (IGAD, 2014, online). A projeção da Turquia para o continente africano também não foi somente a partir da ação governamental ou multilateral, mas também aliada a interesses dos empresários turcos e africanos. Nesse sentido, em 2016, foi realizada o Fórum Econômico e Corporativo Turquia e África em Istambul a fim de discutir desafios econômicos do continente (Donelli, Levaggi, 2016, p. 106).

A partir disso, verifica-se que foram nos anos finais da década de 2000 e durante a década de 2010 que se consolidou a presença da Turquia no Chifre da África. A sub-região africana tornou-se receptora de investimentos turcos em diferentes áreas, como educação, ajuda humanitária, infraestrutura e construção civil, treinamentos militares, entre outros. A crescente presença econômica da Turquia para os países da região também não deve ser ignorada. A Turquia tornou-se um dos principais parceiros econômicos para países como Etiópia e Somália.

A dimensão securitária também exerceu certo peso na projeção do país para a sub-região. Devido às transformações impulsionadas pela Primavera Árabe e pelas transformações sistêmicas, elevou-se a importância do Chifre da África para o país médio-oriental. A queda de

regime ocorrida no Egito e a crescente presença dos países do Golfo em espaços de interesses estratégicos turcos são exemplos de elementos que impactaram na ação do país no Chifre. Essa projeção esteve conectada às transformações na política externa da Turquia após a Primavera Árabe, em que se intensificou sua atuação regional do país, inclusive militar. Tanto interna quando externamente às suas fronteiras, as instabilidades representavam não só um risco à segurança do país, mas também uma oportunidade de maior inserção regional e de atuar nos rumos políticos do Oriente Médio.

A capacidade militar turca de projeção para a região do Chifre também deve ser avaliada. De acordo com Donelli e Cannon (2021, p. 9-11), os esforços securitários turcos estiveram localizados em conflitos próximos e, portanto, ameaças mais diretas, como na Síria e na Líbia. A ação militar de Ancara no Chifre foi mais limitada. A Turquia, por exemplo, ofereceu treinamento militar para as forças somalis desde 2017, além de oferecer armamentos para Mogadíscio. Conforme ressalta Brendon Cannon (2022, p. 129), a capacidade militar e os interesses turcos estão concentrados no seu entorno mais imediato, do qual o Norte da África faz parte, em detrimento do Chifre da África. A participação turca nos eventos da Líbia após a queda de Qaddafi são um exemplo disso.

Por fim, destaca-se que as dificuldades internas à Turquia, como as instabilidades econômicas e políticas, também refletiram na projeção para a sub-região de certa forma, não só por afetar sua capacidade de investimento, mas também pelos diferentes enfoques que surgiram naquele contexto. A pandemia do coronavírus e a eclosão da Guerra na Ucrânia exigiram a atenção do país para outros pontos. No entanto, acredita-se que a intensa projeção da Turquia para o Chifre da África nos últimos anos tenha construído bases importantes para o país, as quais continuarão relevantes para as relações da Turquia no continente africano.

A projeção turca para o Chifre da África ocorreu em um período em que as relações entre o país médio-oriental e o continente africano se desenvolviam. Em 2014, foi realizado o segundo Fórum Turquia-África na Guiné Equatorial, consolidando ainda mais as relações institucionais com o continente (Siradag, 2018, p. 7). Na visão de Federico Donelli e Ariel Levaggi (2016, p. 102-103), a projeção da Turquia para a África, assim como para outras regiões, teve relação com as dificuldades em estabelecer uma liderança no Oriente Médio após as revoltas da Primavera Árabe, além das dificuldades no ingresso à União Europeia.

Em suma, *a projeção da Turquia para o Chifre da África de forma mais intensa nos últimos anos pareceu partir mais do interesse doméstico da Turquia em se projetar na região, almejando com isso ganhos econômicos, políticos e diplomáticos. Esses objetivos foram bem-sucedidos devido aos interesses dos próprios países africanos em obter investimentos turcos.*

Dessa forma, apesar da crise econômica e política enfrentada pelo país nos últimos anos, a soma dos esforços de Ancara no Chifre entre 2011 e 2021 tiveram saldo positivo.

5.2.2 A intensa presença saudita e de seus aliados

A Arábia Saudita foi um dos países médio-orientais que mais aumentaram sua presença na região do Chifre da África entre 2011 e 2021. Para alguns autores, a presença saudita esteve centrada em assuntos econômicos e financeiros (Donelli, Cannon, 2021, p. 5). Para outros, há ainda interesses políticos e militares como pontos importantes. Acima de tudo, deve-se compreender a ação dos sauditas no Chifre a partir das mudanças domésticas, regionais e sistêmicas, as quais levaram o governo de Riad a tentar garantir sua posição regional e internacional.

Do ponto de vista de Riad, a Primavera Árabe alterou o cenário regional, transformando-o em um ambiente de incertezas. Com a ascensão ao poder de novas lideranças e as instabilidades em países próximos, como o Iêmen, a participação no entorno geopolítico, do qual o Chifre da África é considerado parte, tornou-se tanto uma estratégia quanto uma necessidade. Com a intervenção militar no país vizinho, os países do outro lado do Mar Vermelho passaram a representar um ponto importante para acesso a rotas e outros objetivos.

Durante este período, o governo saudita logrou o apoio de governos do Chifre antes alinhados à Teerã. Em grande parte, a capacidade financeira saudita representou um atrativo para estes Estados africanos afastarem-se do Estado persa. Segundo de Waal (2018, online), em 2014 o governo saudita pressionou países do Chifre a fecharem missões culturais iranianas, além de expulsar diplomatas iranianos de seus territórios. Em troca de apoio financeiro saudita, países como Eritreia e Sudão romperam relações diplomáticas com Teerã. O estopim para o afastamento dos países do Chifre em relação à Teerã foi uma série de protestos realizados no país persa em frente à embaixada da monarquia do Golfo após a morte de um clérigo xiita por parte dos sauditas. No entanto, havia mais elementos em jogo do que apenas a solidariedade a Riad. Previa-se com esta aproximação acessar uma importante fonte financeira e obter ganhos políticos e diplomáticos como, por exemplo, maior diálogo com os Estados Unidos e seus aliados. A exemplo disso, o Sudão recebeu cerca de 1 bilhão de dólares dos sauditas (Czerep, 2019, online). Essa aliança foi acompanhada de outras trocas. Nesse sentido, esses países forneceram apoio logístico e militar para a Guerra do Iêmen. O porto de Assab na Eritreia, por exemplo, serviu de apoio logístico e militar para sauditas e emiradenses agirem no país. Ainda segundo o autor, cerca de 7 mil paramilitares sudaneses foram enviados em apoio ao conflito.

As oportunidades financeiras oferecidas pelos sauditas tiveram peso nessas decisões. No caso sudanês, por exemplo, a Arábia Saudita foi um dos países que mais investiu no Estado africano, enviando cerca de 11 bilhões de dólares, principalmente destinados a investimentos agrícolas (Abdelaziz, 2016, online).

O atrativo econômico que Riad e demais países do Golfo ofereciam a estes países não deve ser desconsiderado. De acordo com levantamento realizado por Jon Meester, Willem van den Berg e Harry Verhoeven (2018, p. 5), entre 2000 e 2017, mais de 400 investimentos destes países foram registrados na região, acumulando um total aproximado de 13 bilhões de dólares. Grande parte desses investimentos foi realizada pela Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos, com a Etiópia e o Sudão se destacando como os maiores beneficiários desses recursos.

Em termos particulares, Adis Abeba e Cartum destacaram-se como os principais destinos dos investimentos sauditas, especialmente em setores como agricultura e comércio (Meester et al, 2018, p. 46). Sobre este primeiro aspecto, a agricultura, esta possui importâncias nos projetos sauditas na região, pois visa garantir acesso às terras férteis do Chifre, principalmente na Etiópia (Back, 2019, p. 2). Dessa forma, o elemento econômico contribui para entender a presença saudita na região, de um lado, por sua estratégia de diversificação de parceiros econômicos impulsionadas pela Visão 2030 de Mohammed bin Salman, como também pelos interesses dos países do Chifre em acessar os investimentos de Riad. Em 2011, o governo sudanês, enfraquecido pela independência do Sudão do Sul, recebeu investimentos da Arábia Saudita e do Catar, proporcionando alívio econômico ao país e ajudando a controlar as instabilidades internas (Meester et al, 2018, p. 26, p. 37). Outra expressão desse apoio está na presença numerosa de cidadãos da região do Chifre da África que atuam como mão-de-obra na Arábia Saudita e demais países do Golfo. Cerca de meio milhão de trabalhadores etíopes estão no país, por exemplo (Mason, 2022, p. 5).

A participação na mediação de conflitos na região tem sido uma das políticas adotadas pela Arábia Saudita e seus aliados, exemplificada principalmente pela mediação do acordo de paz entre Etiópia e Eritreia assinado em 2018. A participação saudita e dos Emirados Árabes Unidos foi importante para mediar a negociação entre os dois países, os quais encerraram um conflito fronteiriço de dezoito anos. Riad mantinha boas relações com Adis Abeba e havia se reaproximado de Asmara após a ruptura deste último com Teerã.

Após tentativas de mediação por parte do Catar não darem certo, por uma confluência de fatores domésticos e regionais, a chegada de Abiy Ahmed ao governo Etíope e as possibilidades de ganhos com o processo de paz favoreceram as negociações. Dessa forma, o processo de paz entre Etiópia e Eritreia foi estabelecido. Logo depois, Afewerki foi recebido

pelo Rei Salman e o príncipe herdeiro Mohammed bin Salman para discutir, dentre outros temas, investimentos ao país. A Arábia Saudita também mediou acordos entre Djibuti e Eritreia para resolução de disputas fronteiriças, que havia resultado em conflito em 2008 (King Faisal Center for Research and Islamic Studies, 2020, p. 11-12).

A Guerra Civil no Iêmen, no entanto, preocupou os sauditas e elevou a importância estratégica do Chifre da África, que se tornou um espaço para contenção dos avanços iranianos (Donelli, Cannon, 2021, p. 5). A Arábia Saudita, a partir desse momento, procurou fortalecer sua presença na sub-região e no continente africano como um todo a fim de angariar apoio no conflito no país vizinho. No entanto, estes esforços não foram completamente bem-sucedidos e enfrentaram contestações. Um exemplo disso é o Senegal, que enviou tropas para apoiar a investida saudita no Iêmen, mas enfrentou oposição popular à participação de soldados senegaleses no conflito (Arseneault, 2015, online).

Um dos principais ganhos da projeção saudita para o Chifre da África foi a aproximação com o Sudão. Nos últimos anos do governo de Omar Al-Bashir, Riad se destacou como um dos principais fornecedores de ajuda financeira para o Sudão. A ruptura com o governo iraniano em 2016 teve como plano de fundo a crise econômica do país e a perspectiva de que o apoio financeiro saudita, juntamente com a aproximação de Riad com Washington, poderia beneficiar o governo sudanês (Donelli, Dentice, 2020, p. 6-7). De fato, a aliança com Riad permitiu uma sobrevivência ao governo, mas as instabilidades internas não foram suficientes para mantê-lo no poder. Depois da queda de al-Bashir, a Arábia Saudita permaneceu como um aliado no processo de transição, recebendo a visita de diferentes membros envolvidos na reorganização do governo sudanês, como o general Al-Burhan, ex-chefe do Conselho Militar de Transição, e Abdallah Hamdok da Aliança para a Liberdade e Mudança (Augé, 2020, p. 2).

Riad também manteve boas relações com o Djibuti, com o qual firmou em 2017 diversos acordos militares visando a defesa da região (Youssef, 2017, online). A implementação de uma base militar saudita no país ainda não foi concretizada, apesar de negociações terem sido feitas entre as partes. O Djibuti representa uma porta de entrada e de defesa importante para o Chifre da África e para o Mar Vermelho, por isso o interesse saudita no país.

Riad também cooperou com os países africanos por meio das organizações das quais faz parte, tais como: o Conselho de Cooperação do Golfo, a Liga Árabe, a IGAD, o Centro de Ajuda e Alívio Humanitário Rei Salman (*King Salman Humanitarian Aid and Relief Centre*, no original em inglês), entre outros. Em 2020, foi anunciada a formação do Conselho dos Países Árabes e Africanos Costeiros ao Mar Vermelho e ao Golfo de Áden, composto por Arábia Saudita, Egito, Djibuti, Eritreia, Somália, Sudão, Jordânia e Iêmen. A organização inclui todos

os países com acesso à rota marítima do Mar Vermelho – com a exceção de Israel. Essa iniciativa saudita, iniciada anos antes, teve como objetivo reunir os demais países para discutir e agir em relação aos desafios securitários que afetam a região, como a pirataria e o tráfico internacional.

Outro aspecto levantado nas pesquisas acerca da projeção saudita e de seus aliados para o Chifre da África está a segurança alimentar desses países. Apesar da pecuária ser uma atividade importante na região do Chifre, menos de 10% de sua produção é destinada para os países do Oriente Médio e Norte da África, representando uma área com espaço para crescimento (IGAD, 2022, online). Também durante este período, a problemática dos migrantes oriundos do Chifre da África manteve-se relevante nas relações dos sauditas com os países da sub-região africana, embora não tenha sido determinante para alterar os rumos dessa projeção. Em 2013, por exemplo, cerca de 150 mil migrantes ilegais etíopes foram expulsos da Arábia Saudita levando ao governo da Etiópia a suspender o recrutamento de trabalhadores do país para o Golfo (Schröder, 2015, p. 3). Mesmo diante de divergências entre países do Chifre e a Arábia Saudita, a projeção do país do Golfo demonstrou-se significativa em diferentes dimensões, seja política, seja econômica.

Com base nestes pontos, percebem-se alguns aspectos principais da projeção da Arábia Saudita e de seus aliados para o Chifre da África. Para a Arábia Saudita, sua projeção para o Chifre Africano nos anos mais recentes tem levado em consideração a ação de outros países do Golfo, como os Emirados Árabes Unidos e Catar. Em relação ao primeiro, a relação destes dois países na região do Chifre oscilou entre períodos de convergência e divergência. Em concordância com o que afirmou Emily Dickinson (2022, online), os interesses das monarquias do Golfo têm prevalecido em relação aos interesses dos países do Chifre. Além disso, a segurança destes Estados, a partir das transformações recentes da Primavera Árabe, foram o fator impulsionador para a crescente importância estratégica dos países do outro lado do Mar Vermelho.

Diferentemente das projeções de Irã, Turquia e Israel, a dimensão securitária, tornada concreta com a intervenção militar no Iêmen, constitui uma das principais características da projeção de Riad para o Chifre da África entre 2011 e 2021. Além disso, as transformações desencadeadas pela Primavera Árabe levaram a mudanças na política regional da Arábia Saudita, caracterizada pela maior assertividade e busca de diversificação nas suas relações internacionais. Isso visava também garantir a segurança do regime e suas esferas de influência. Nesse sentido, a ação do Catar, sobretudo por seu protagonismo regional e atuação próxima à Turquia acendeu um alerta às lideranças em Riad. A Crise do Golfo, como ficou conhecido o o

bloqueio ao Catar, liderados pelos sauditas e emiradentes, também tiveram efeitos no Chifre. Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos pressionaram os governos da sub-região a juntarem-se ao boicote à Doha, conseguindo apoio da Eritreia e Djibuti aos interesses de Riad e Abu Dhabi (Salacanian, 2017, online; Africa news, 2019, online; Akwei, 2019, online).

Da mesma forma, o continente como um todo ganhou relevância para os sauditas. Com a África do Sul, por exemplo, Riad tem firmado diversos acordos, especialmente no setor energético (Fakude, 2016, online). Mas a projeção saudita também tem se estendido para demais regiões, como a África ocidental. O continente africano como é considerado um espaço de projeção pelas lideranças sauditas, parte de sua estratégia de diversificar parceiros econômicos e políticos, sendo foco de altos investimentos do país.

Dessa forma, a projeção da Arábia Saudita para o Chifre da África entre 2011 e 2021 foi caracterizada por altos investimentos econômicos e por uma dimensão securitária devido a Guerra do Iêmen. Nesse período, reconheceu-se o papel geoestratégico significativo que os países do Chifre poderiam desempenhar para a monarquia saudita. A região não foi apenas encarada como uma área crucial; todo o continente africano foi percebido como um campo de oportunidades para o governo saudita estabelecer parcerias econômicas e políticas, buscando se integrar às mudanças em andamento tanto na esfera regional quanto sistêmica.

5.2.3 Israel: Uma nova projeção para o Chifre da África

O Chifre da África se tornou cada vez mais importante para a geopolítica de Israel nos últimos anos, em resposta à necessidade de segurança e à busca de inserção do país no contexto transformações desencadeadas a da Primavera Árabe, em 2011. As mudanças regionais, como discutido anteriormente, levaram Israel a expandir suas relações a fim de contrapor a presença iraniana e seus possíveis aliados no Chifre, assim como conter as possíveis ameaças terroristas e o tráfico de armas. Além disso, a projeção e consolidação de novas relações tanto na região do Chifre como no continente africano tinham como objetivo fortalecer Israel frente as demandas palestinas e visavam o apoio diplomático e político nos órgãos internacionais. Segundo Yotam Gidron (2020, p. 63, tradução própria⁵¹):

A noção de uma nova “periferia” israelense no leste da África –

⁵¹ Tradução própria. No original: “*The notion of a new Israeli East African ‘periphery’ – comprising, as it did in the 1960s, Kenya, Uganda, Ethiopia and newly independent South Sudan – seems to have emerged in 2011-2012, not necessarily as a clearly articulated policy but as a broad attempt to counter Iran’s growing influence in the Red Sea and East Africa. [...]*” (Gidron, 2020, p. 63).

compreendendo, como foi nos anos 1960, Quênia, Uganda, Etiópia e o recém-independente Sudão do Sul – parece ter emergido em 2011-2012, não necessariamente como uma política claramente articulada, mas como um conceito amplo para conter a crescente influência do Irã no Mar Vermelho e Leste Africano. [...]

A ausência de uma “política claramente articulada”, apesar dos intensos esforços empreendidos durante a década, refere-se à falta de uma política mais consistente e duradoura para presença israelense na África. Em muitos casos, a presença israelense no continente esteve atrelada às necessidades e oportunidades dos momentos. Apesar disso, o que se verificou no período foi uma crescente presença ao final da década, cujos futuros desenvolvimentos serão dependentes das dinâmicas do Oriente Médio, da política israelense e das posições africanas.

Como mencionado, o Chifre da África tornou-se um espaço geopolítico importante com as mudanças resultantes da Primavera Árabe. Na região, as relações com Etiópia e Eritreia permaneceram relevantes para Israel. A Etiópia é um aliado histórico do país e uma potência regional, enquanto a Eritreia está estrategicamente localizada no Mar Vermelho, possibilitando mais um acesso de Tel Aviv a essa rota marítima. Das embaixadas que Israel estabeleceu no continente africano, duas delas estão localizadas em Adis Abeba e Asmara (Ministry of Foreign Affairs of Israel, 2023b, online).

Em 2011, com a declaração de independência do Sudão do Sul, abriu-se mais um espaço para a projeção de Israel na região. Os dois países logo estabeleceram relações diplomáticas, favorecidas pelo histórico apoio israelense à luta independentista sul sudanesa, e com isso Israel conquistou mais um aliado no Chifre da África. A aproximação com o Sudão do Sul também visava contrapor o Sudão, cujo governo até aquele momento era próximo de Teerã. Dessa forma, o país foi um dos primeiros a reconhecer o Estado do Sudão do Sul, além de ser o destino da primeira viagem do novo presidente Salva Kiir Mayardit. Logo nos primeiros anos do Estado, Israel e Sudão do Sul firmaram acordos em diversas áreas, incluindo agricultura, tecnologia e defesa. A relação entre Tel Aviv e Juba, apesar destes esforços, esteve dependente dos desenvolvimentos regionais e domésticos. Em 2013, por exemplo, eclodiu uma guerra civil no país africano, cujas instabilidades ainda permanecem, dificultando o avanço das relações bilaterais (Samaan, 2018, p. 118-119; Koren, 2019).

Já em relação ao Sudão, o final da década de 2010 trouxe um interessante avanço nas relações com Tel Aviv. O governo de Omar al-Bashir, em dificuldades econômicas, rompeu as relações diplomáticas com Teerã, recebendo auxílio financeiro da Arábia Saudita. Em seguida, em 2017, foi retirado da lista de Estados apoiadores do terrorismo pelos Estados Unidos, abrindo espaço para a aproximação com Israel (Nouhou, 2018, online). Impulsionado pelo

governo Trump, o Sudão juntou-se a demais países nos Acordos de Abraão visando estabelecer relações políticas formais com Israel. Apesar do estabelecimento de relações diplomáticas ainda não tenha sido efetivado⁵², a aproximação de Tel Aviv e Cartum foi um ganho na projeção do país no Chifre e se diferenciava das relações conflituosas até então. Em 2012, por exemplo, Israel bombardeou uma fábrica em Cartum por acreditar que ali estavam depositadas armas iranianas que seriam destinadas ao Hamas (Samaan, 2018, p. 118-119). Os laços entre os dois países têm sido centrados em acordos securitários, como atividades contraterroristas e tecnologias de segurança israelense. No entanto, a consolidação das relações entre estes países possui desafios importantes sobretudo em relação ao cenário político do Sudão, que está sob controle de um governo de transição militar. Além disso, a aproximação com Tel Aviv não foi uma ideia bem recebida para determinados grupos sudaneses, como os antigos apoiadores do governo de Bashir (Dachtler, 2022, p. 7 e 8).

Em relação a isso, o rompimento do Sudão e da Eritreia com Teerã entre 2015 e 2016, bem como a presença da Arábia Saudita e dos Emirados Árabes favoreceu Israel no sentido de conter o avanço iraniano na região do Chifre. Nesse sentido, Yotam Gidron (2020, p. 65, tradução própria⁵³) acrescenta que “enquanto o bloco saudita-emiradense parecia ganhar vantagem no Chifre [...], Israel estava satisfeito”. Ou seja, embora a projeção israelense não tenha sido tão intensa quanto a dos outros países estudados, a presença destes favorecia Tel Aviv e seus interesses, permitindo que Israel concentrasse seus esforços em outros lugares.

A projeção de Israel neste período foi muito além do Chifre da África, o que pode ser ilustrado com a visita do primeiro-ministro Netanyahu a inúmeros países africanos em 2016 e a participação de Israel no 51º Encontro da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental em 2017 (Nouhou, 2018, online). Esta foi a primeira visita de um primeiro-ministro israelense ao continente depois de três décadas. Netanyahu realizou três visitas ao continente africano em um ano e meio, visitando países da África Oriental e Ocidental. O objetivo desses esforços seria a realização da primeira Cúpula Israel-África no Togo em 2017, mas esta foi adiada e desde então não houve previsão para organização do evento (Gruzd, Rawhani, Benjamin, 2018, p. 6-7).

Essa projeção de Israel permitiu ganhos políticos ao país. Israel, por exemplo, reatou relações diplomáticas com o Chade além de abrir novas embaixadas, como no caso de Ruanda.

⁵² Em fevereiro de 2023, Israel e Sudão assinaram um acordo para a normalização das relações entre os dois países, que prevê o estabelecimento formal de relações diplomáticas após a transição de governo no país africano. Com a continuidade do conflito, essa formalização não foi concretizada (Sharon, 2023, online).

⁵³ Tradução própria. No original: “[...] *As long as the Saudi-Emirati bloc seemed to be gaining the upper hand in the Horn, therefore, Israel was satisfied.* [...]” (Gidron, 2020, p. 65).

Além disso, o país tem conduzido diversos projetos nas áreas técnicas, agrícolas, energéticas e militares (Gidron, 2020, p. 156). Cabe enfatizar, contudo, que a presença de Tel Aviv no continente foi impulsionada muito mais pela atividade privada, de empresas e organizações não-governamentais, do que por uma projeção robusta do governo israelense (Gidron, 2020).

A projeção israelense para o continente também esteve relacionada ao conflito israelo-palestino, para o qual os Estados africanos permaneceram em grande parte favoráveis à causa palestina. Apesar da presença de representantes da Etiópia e do Sudão do Sul na inauguração da embaixada norte-americana em Jerusalém, região de disputa histórica, a maioria dos países africanos não teve uma reação positiva a essa mudança (Nouhou, 2018, online).

A entrada de Israel como Estado observador na União Africana em 2021 ilustra essas divergências em âmbito institucional e fora dele. Após duas décadas de tentativas de ingressar na organização, Israel finalmente conseguiu seu acesso. No entanto, a possibilidade de acompanhar as discussões da organização e buscar consolidar as relações já existentes com 46 países africanos não durou muito tempo (Al Jazeera, 2021, online; Ministry of Foreign Affairs of Israel, 2023a, online)⁵⁴. No início de 2023, o *status* de Israel como Estado observador foi suspenso, após países como Argélia manifestarem contrariedade à presença de Israel na União Africana (Arab News, 2023, online). Ainda que a participação de Tel Aviv no âmbito institucional da África seja marcada por idas e vindas, o país tem conseguido seu espaço no continente africano como alternativa para investimentos em setores tecnológicos, agrícolas, militares, securitários, entre outros.

Em resumo, a participação israelense no Chifre da África durante este período foi marcada mais por continuidades do que por mudanças. A presença de Tel Aviv tem sido significativa em termos securitários, com a participação de suas empresas do ramo de segurança ocupando espaços na relação entre Israel e o Chifre⁵⁵. O uso de armas israelenses pelo governo do Sudão do Sul, por exemplo, levou a protestos em Israel contra o fornecimento de armas para o país africano em 2015. Apesar de Israel ter interrompido a venda de armas ao Sudão do Sul após o início da guerra civil em 2013, armamentos e tecnologias de segurança israelenses

⁵⁴ O presidente da Comissão da União Africana, Moussa Faki Mahamat, ex-primeiro-ministro e ex-ministro das Relações Exteriores do Chade, emitiu uma nota explicando sua decisão em admitir Israel como Estado observador da organização, devido as contestações à sua decisão. Mahamat ressaltou que seguiu suas responsabilidades enquanto presidente e considerou o crescente relacionamento diplomático, político e econômico entre os países africanos e Israel para aprovar o status de Tel Aviv como Estado observador (Mahamat, 2022, online).

⁵⁵ Em termos econômicos, a participação africana no comércio externo israelense não foi significativa. Em 2019, o comércio com os países subsaarianos atingiu 850 milhões de dólares, representando apenas 1% das exportações globais de Israel. No Chifre, a Etiópia foi o principal parceiro comercial do país, cujas trocas comerciais somaram 12 milhões de dólares, com a exportação de máquinas e sementes e importação de produtos agrícolas etíopes (The Israel Export and International Cooperation Institute, 2019, p. 3-5).

continuaram a ser utilizados em atividades violentas no país (Cohen, 2015, online; Goldenberg, Lynch, 2016, online). Yaaron Salman (2021, p. 50) afirma que as ameaças terroristas tanto no Leste quanto no oeste africano e a necessidade de sobrevivência dos regimes políticos destes países, fortalecem o aspecto securitário das relações entre Israel e o continente africano, apesar das tentativas de Tel Aviv de minimizar esta dimensão⁵⁶.

De acordo com Giuseppe Dentrice (2022, online), as recentes transformações no Oriente Médio e no Norte Africano levaram Israel a fortalecer e expandir seu papel na sub-região do Mar Vermelho. Segundo o autor, apesar de somente 2% do seu comércio externo ser viabilizado pelo Mar Vermelho, torna-se importante assegurar a livre circulação desta rota marítima. Com o descobrimento de reservas de gás natural no Mediterrâneo, a segurança dessas rotas passa a ser uma política ainda mais relevante para Israel. Nesse sentido, acredita-se que o Chifre da África continuará a ser uma região geoestratégica importante para Israel e, mesmo não havendo ações externas concretas, a região seguirá sendo acompanhada por Tel Aviv.

5.2.4 O afastamento iraniano

Diferentemente da Turquia, Arábia Saudita e Israel, *o Irã foi o país que mais perdeu espaço na sua projeção para o Chifre da África entre 2011 e 2021*. A aproximação entre Israel e os países do Chifre foi impulsionada por diversos fatores, incluindo as bem-sucedidas tentativas de contenção de Riad, os próprios interesses dos países do Chifre em se afastar de Teerã e as próprias políticas do governo iraniano.

A projeção do Irã, portanto, enfraqueceu ao longo da década. Durante os eventos da Primavera Árabe, Teerã ainda possuía significativos laços na região, embora sinais de desgaste já começassem a aparecer, sobretudo pelas insatisfações e dificuldades econômicas internas do governo de Ahmadinejad. Apesar disso, o Irã ainda possuía espaço de ação no Chifre e permanecia com importantes aliados estratégicos para o acesso a rotas marítimas, bem como para acessar as dinâmicas médio-orientais. A chegada ao poder de Rouhani em 2013 levou a certo desengajamento do Irã na sub-região região africana. Dessa forma, avançar nas negociações com potências ocidentais foi um dos principais objetivos do país persa.

A perda de espaço de projeção iraniana no Chifre da África foi resultado do rompimento

⁵⁶ Outro aspecto que envolveu os países do leste africano foi a deportação voluntária de sudaneses e eritreus que haviam buscado uma melhor condição de vida em Israel. O governo israelense chegou a financiar passagens e oferecer um dinheiro para quem decidisse retornar. Segundo dados da Anistia Internacional, entre 2015 e 2018 cerca de 1700 sudaneses e eritreus que buscavam asilo em Israel foram levados para a Uganda (Amnesty International, 2018, online). O impacto da política de retorno destes imigrantes africanos, no entanto, não parece ter afetado a projeção israelense para o continente.

de relações diplomáticas, iniciado pelos países da sub-região. O Sudão foi o primeiro caso. Em 2013, al-Bashir foi proibido de usar o espaço aéreo saudita para ir à inauguração do governo de Rouhani, uma demonstração saudita de divergência em relação à conexão entre os dois países. Um ano depois, em 2014, o governo sudanês fechou centros culturais iranianos, expulsando seus oficiais do país. Uma das justificativas especuladas foi a acusação de Irã estar difundindo o xiismo no país de maioria sunita. O Sudão ainda rejeitou uma oferta do governo de Teerã de criar defesas antiaéreas no Chifre da África, em uma tentativa de evitar descontentamentos com os sauditas (Aziz, 2014, online). O afastamento em relação à Teerã crescia à medida que o Sudão se aproximava cada vez mais de Riad. Em março de 2015, por exemplo, Cartum se juntou à coalizão militar liderada pelos sauditas no Iêmen. No ano seguinte, este afastamento político e diplomático foi concretizado. Assim, o Sudão rompeu relações diplomáticas com Teerã após protestos realizados na capital iraniana frente à embaixada saudita contra o assassinato de um clérigo xiita⁵⁷ por Riad (Lob, 2022, p. 83-84).

Somália e Djibuti também romperam relações diplomáticas com Irã. Em ambos os casos, a aproximação com a Arábia Saudita foi um fator determinante, com os sauditas estabelecendo diversos acordos, como investimentos em infraestrutura, como foi o caso da Somália. Isso demonstrou que os esforços empreendidos por Teerã anteriormente não foram bem-sucedidos. Em 2012, uma embaixada iraniana foi aberta no país e ajuda humanitária foi ofertada a Mogadíscio. Apesar disso, os acontecimentos decorrentes da Guerra do Iêmen, das transformações regionais e a atratividade financeira levaram estes países a favorecerem os sauditas e seus aliados (Musvanhiri, 2016, online; Van Genugten, Fikri, 2017, p. 4-5).

O mesmo aconteceu com a Eritreia, embora as relações diplomáticas não tenham sido rompidas de fato. Em 2015, o governo eritreu enviou centenas de tropas para lutar no Iêmen, além de permitir o uso do Porto de Assab como centro de operações. Em troca, Asmara recebeu financiamento e combustíveis da Arábia Saudita e dos Emirados Árabes Unidos (Lob, 2022, p. 84). Com isso, os diferentes interesses externos no país permitiram a Asmara negociar de acordo com seus próprios interesses e, como resultado, a aliança com Teerã ficou em segundo plano (Van Genugten, Fikri, 2017, p. 4).

Já no caso da Etiópia, as relações com o Irã não sofreram rompimentos. As interações entre eles estiveram centradas mais na esfera econômica e mantiveram-se durante este período. O governo etíope apoiou o programa nuclear iraniano e posicionou-se contra a retirada de Washington do Acordo de 2015. Apesar disso, as relações entre os dois países ainda possuem

⁵⁷ O clérigo saudita xiita estava entre demais acusados pelo governo de Riad de incitar instabilidades no país.

espaço para crescimento e a balança comercial tem sido favorável ao Teerã. A Etiópia, nesse sentido, permaneceu como uma conexão iraniana no Chifre da África.

Apesar de perder espaço de projeção no Chifre da África, isto não significou o completo afastamento de Teerã com o continente africano. O período após assinatura do acordo nuclear aliviou economicamente o país, permitindo firmar acordos com os países da África, em especial a África do Sul. No entanto, com a assinatura do acordo nuclear iraniano em 2015 a importância estratégica do continente africano diminuiu na percepção de Teerã, pois o país passou a ter a possibilidade de expandir sua economia para outras regiões (Heibach, 2018, p. 3). Da mesma forma, o comércio com os países do Chifre também continuou, ainda que houvesse estes afastamentos. Em 2017, por exemplo, as exportações para a Somália aumentaram 38%, a despeito do rompimento das relações diplomáticas, atingindo um valor de 30 milhões de dólares (Financial Tribune, 2017, online).

Ainda dos esforços e ganhos econômicos, no período de governo de Hassan Rouhani (2013-2021) o continente africano perdeu parte de sua importância devido à atenção do governo em resolver as questões com as potências ocidentais. O foco dos seus primeiros anos do governo era reverter a situação econômica do país e, para isso, um entendimento com as potências ocidentais deveria ser atingido. Mesmo com a obtenção do acordo nuclear, a política externa iraniana para a África não atingiu os mesmos níveis que no governo de Ahmadinejad ou o que vem sendo construído por Ebrahim Raisi. As relações Irã-África em grande parte da segunda década de 2010 ficou em segundo plano nas prioridades do governo iraniano. Em outras palavras, de acordo com Fátima Chimarizeni (2017, p. 45-46), *a política externa de Rouhani favoreceu o engajamento com o Ocidente em detrimento ao princípio do terceiro mundismo defendido pelo seu antecessor*. A retomada da importância da projeção, no entanto, foi reconhecida por Rouhani mais fortemente nos anos finais do seu primeiro mandato, como uma oportunidade para o país aproveitar o alívio das sanções internacionais com a assinatura do JCPOA, e sob receio de que o futuro governo de Washington pudesse ser contrário ao acordo assinado (Lob, 2022, p. 85). A concretização deste receio com a saída de Washington do Acordo sob o governo Trump, no entanto, não levou a grandes mudanças na política africana do país, sendo retomadas mais fortemente no governo seguinte de Raisi.

Apesar das tentativas de contenção da presença iraniana, Teerã ainda tentou se inserir no Chifre da África por meio das organizações regionais. A exemplo disso, esteve a apresentação das credenciais iranianas para ingressar como Estado Parceiro da Autoridade

Intergovernamental para o Desenvolvimento⁵⁸ (IGAD, *Intergovernmental Authority on Development*, em inglês) e para a União Africana em meados da década de 2010 (IGAD, 2010, online). No entanto, o Estado iraniano perdeu espaço nas relações da região.

Essa perda de espaço no Chifre da África nos últimos anos foi resultado da confluência de fatores regionais e externos. Como mencionado, Teerã durante grande parte do mandato de Rouhani esteve voltado aos países ocidentais nas negociações em torno do desenvolvimento nuclear iraniano, de forma que o continente africano ficou em segundo lugar durante este momento. Do mesmo modo, as mudanças no Oriente Médio desencadeadas pela Primavera Árabe e o desengajamento norte-americano da região, fortaleceram a disputa por espaços estratégicos dentre os quais estava a região do Chifre da África. Nesta disputa, com maiores condições econômica e financeiras que Teerã, a Arábia Saudita e demais países do Golfo, bem como a Turquia, foram bem-sucedidos em atender os interesses dos países da região.

O continente africano, apesar disso, não deixou de ser um espaço de oportunidades para o país persa, tanto que o governo de Raisi tem buscado retomar laços políticos e econômicos. O presidente tem realizado visitas ao continente, especificamente para Quênia, Uganda e Zimbábue, anos após a última viagem de um presidente iraniano à África. Representantes iranianos buscaram países africanos, como Níger e África do Sul, e visitas de delegações africanas à Teerã também foram realizadas. Os esforços de Raisi obtiveram resultados, com o crescimento das relações comerciais entre Irã e o continente africano, principalmente nos setores técnicos. A projeção iraniana também tem se refletido em áreas como energia, agricultura e telecomunicação.

A África, portanto, voltou a ser uma região estratégica para a política iraniana, oferecendo oportunidades políticas e econômicas (Naeni, 2023, online). Neste cenário, apesar dos períodos de aproximação e afastamento, verifica-se que o Chifre da África permanece como uma região de grande importância para Teerã. Contudo, as relações efetivas entre o Irã e os países da região depende tanto dos interesses próprios ao Chifre, como também dos esforços, políticas, interesses e condições do país médio-oriental. Nesse sentido, Teerã tem conseguido se reaproximar novamente da região, com retomada de relações diplomáticas com o Djibuti e Sudão em 2023. O futuro dessas relações, no entanto, permanece incerto.

A partir das discussões realizadas neste trabalho, pode verificar no quadro síntese abaixo os principais países de interlocução das potências médio-orientais no Chifre da África, seus

⁵⁸ A cooperação entre o Irã e a IGAD já permitiu diversos outros encontros, como por exemplo, em 2010, quando o país e a organização se reuniram para discutir a situação da Somália (IGAD, 2010, online).

principais pontos de inflexão e as características que se sobrepõem neste processo de projeção para o Chifre entre 2001 e 2021:

Quadro 1: A Projeção Médio Oriental para o Chifre da África (2001-2021)

Potência do Oriente Médio	Principais parceiros no Chifre da África	Pontos de Inflexão	Principais características da projeção
Arábia Saudita	Riad possui boas relações com todos os países da região.	A presença saudita no Chifre entre 2001 e 2021 foi gradativa, impulsionada após a Primavera Árabe de 2011 e a eclosão da Guerra do Iêmen. O envolvimento militar dos países do Chifre em conjunto com as mudanças domésticas, regionais e sistêmicas de Riad, levaram à maior procura por parte dos sauditas à diversificação externa. Visto que as transformações enfrentadas pelo país requeriam uma mudança de rumos, fortaleceu-se a visão Chifre da África enquanto espaço de projeção.	Em relação à sua projeção para o Chifre, a presença financeira, econômica e até mesmo cultural e histórica caracterizam os laços de Riad com os países da sub-região. O aspecto securitário pode ser exemplificado pelo interesse militar e o logístico devido à Guerra do Iêmen, assim como pela tentativa de contenção iraniana.
Israel	Etiópia, Sudão do Sul, Eritreia, Sudão (sobretudo desde 2019) constituem-se como principais	A presença de Israel no Chifre entre 2001 e 2021 tem sido marcada por momentos de distanciamento ou maior procura. Durante a década de	O aspecto securitário tem predominado na projeção israelense no Chifre. Sua ação tem sido de garantir a

	interlocutores de Israel no Chifre.	2000, Israel projetava-se a fim de conter o avanço iraniano ou de aliados à grupos opositores ao país. Em meados da década de 2010, Israel buscou fortalecer suas relações africanas, mas cujas instabilidades internas e oposição de alguns países africanos criaram desafios à maior projeção de Tel Aviv.	projeção do Estado diplomática e politicamente, do mesmo modo de conter a ação do Irã ou demais grupos contrários à Israel. Com isso, Tel Aviv manteve laços econômicos e culturais, além de militares e tecnológicos.
Irã	Eritreia e Sudão. Irã também possui laços com a Etiópia, Djibuti e Somália.	A presença iraniana nesta região africana foi decrescente entre 2001 e 2021: possuía boas relações com o Sudão de Omar al-Bashir e com a Eritreia de Isaias Afewerki. A ação saudita de contenção iraniana e os interesses do governo de Rouhani com o alívio das sanções econômicas resultaram um afastamento iraniano da região. Os laços iranianos com a região têm sido retomados sobretudo durante o governo de Raisi.	A projeção iraniana no Chifre da África possuía no Sudão e na Eritreia importantes aliados do país, sobretudo até meados de 2010. Com o apoio saudita, o Irã perdeu espaço na região, com países como Djibuti e Sudão rompendo relações diplomáticas com Teerã. Apesar disso, os laços políticos têm sido retomados. A ação iraniana no Chifre tem objetivado inserir o

			país diplomaticamente, além de interesses econômicos, culturais e securitários, como exemplificado por sua presença naval na região.
Turquia	A Turquia possui boas relações com todos os países do Chifre, em especial Etiópia e Somália.	A maior presença da Turquia no Chifre se deu a partir de 2011, com sua aproximação com Mogadíscio. Ressalta-se que a construção de uma política africana mais robusta vinha sendo construída desde meados dos anos 2000. Isso permitiu à Turquia maior aproximação com o Chifre da África. A Primavera Árabe, ao acirrar a competição regional, da mesma forma que interesses domésticos, levaram à maior projeção de Ancara para o Chifre.	A projeção turca tem sido caracterizada por seu interesse securitário, econômico e humanitário na região. Seus diversos investimentos, variaram desde o estabelecimento de uma base militar na Somália à construção de escolas e ações humanitárias. Devido às mudanças regionais desencadeadas pelos acontecimentos de 2011, a visão estratégica do Chifre da África foi fortalecida a fim de garantir a posição da Turquia em seu

			entorno ao sul.
--	--	--	-----------------

Como visto, as projeções de Arábia Saudita, Irã, Israel e Turquia entre 2001 e 2021 possuem diferentes pontos de inflexão, interesse e espaços de atuação. Isso é demonstrativo das mudanças de correlação de forças domésticas, regionais e sistêmicas que levam à alteração de interesses, prioridades ou estratégias. Assim, os eventos da Primavera Árabe em conjunto com as mudanças sistêmicas têm levado à reestruturação das relações interestatais do Oriente Médio, cuja presente desestabilização tem expandido as fronteiras, abarcando o Chifre da África como espaço de disputas e oportunidades políticas, diplomáticas, econômicas e securitárias.

6 CONCLUSÃO

Esta tese buscou analisar o processo no qual a nova realidade geopolítica das potências médio-orientais, quais sejam Arábia Saudita, Irã, Israel e Turquia, transformou a região do Chifre da África em espaço de projeção entre 2001 e 2021. Como resultado observou-se, em primeiro lugar, que as mudanças geopolíticas no Oriente Médio, desencadeadas pela falha estratégia da Guerra ao Terror, resultaram na desestabilização regional. Esse processo foi decorrente da abertura de espaços de competição, que com o enfraquecimento do Afeganistão e do Iraque, expandiu-se o cenário de disputas com a maior participação da Turquia e do Irã, além da incapacidade de liderança regional saudita e da contínua perspectiva securitária de Israel. O nível de desestabilização regional, no entanto, foi aprofundado após a Primavera Árabe devido ao aumento da insegurança regional dos Estados e do cenário de incertezas gerado. A queda de antigos regimes e a eclosão de conflitos aumentou o grau de instabilidade no Oriente Médio. Para as potências médio orientais objeto deste estudo, a Primavera Árabe levou à necessidade de revisão de sua atuação externa a fim de manter-se na ordem regional em transformação.

Tanto o processo de securitização da Guerra ao Terror, quanto os conflitos da Primavera Árabe abarcaram a região do Chifre da África. Em decorrência dos atentados de 2001, a região do Chifre foi foco de securitização desencadeando um processo de militarização local. Além disso, as atividades contraterroristas empreendidas levavam em muitos momentos ao aumento da instabilidade regional, do que atacar as causas raízes do problema. Já a partir de 2011, a desestabilização do Oriente Médio expandiu-se para o Chifre devido à proximidade geográfica. Dessa forma, estes eventos elevaram a importância geoestratégica dos Estados do Chifre para as potências médio-orientais.

Em segundo lugar, desde 2001 a nova dinâmica sistêmica do Oriente Médio vem sendo caracterizada pela perda de espaço dos Estados Unidos, em grande parte por suas estratégias terem trazido maior instabilidade regional. A Guerra ao Terror, nesse sentido, mostrou-se uma estratégia falha pois os resultados dessas ações levaram a instabilidades cuja resolução ainda permanecem incertas. A ascensão de grupos insurgentes, a deslegitimidade crescente das ações e os altos custos gerados levaram à percepção de incapacidade dos Estados Unidos de prover soluções para os conflitos regionais e de prover segurança a seus aliados. Ainda que permanecesse como um ator relevante no Oriente Médio, os Estados Unidos perderam espaço para outros atores, tais como China e Rússia. Esses dois Estados representaram uma alternativa de alinhamento e inserção externa para os países médio-orientais, sendo importantes fontes de

investimentos e apoio político e diplomático. Assim como no Chifre da África, essa nova dinâmica internacional tem se refletido nas correlações de força, no sentido em que abriu espaços e oportunidades de atuação dos países médio-orientais para outras regiões, além representarem uma alternativa de recursos econômicos e políticos. A expansão para outras regiões, a possibilidade de barganha e a diversificação dos parceiros internacionais compreendem o cenário sistêmico no qual se desenvolveu a projeção de Irã, Arábia Saudita, Israel e Turquia para o Chifre da África.

Em terceiro lugar, as transformações domésticas vivenciadas por estes países entre 2001 e 2021, tais como mudanças de governo, situação econômica e perspectiva securitária, tiveram relação com a projeção dos países do Oriente Médio para o Chifre da África na medida em que resultaram nas diferentes condições de projeção, nas estratégias adotadas, bem como na intensidade de atuação no Chifre. Como visto no trabalho, Israel era um país atuante no Chifre desde a Guerra Fria, período no qual aproximou-se sobretudo da Etiópia. Seu interesse era evitar o avanço dos demais países árabes da região, além de garantir sua segurança mais ao sul, o que levou ao apoio militar, diplomático, econômico e técnico a diferentes grupos que pudessem contribuir para a contenção destes Estados. Essas preocupações permaneceram durante a primeira década do século XXI. Em termos de presença econômica, política ou militar, a projeção israelense não foi tão intensa se comparado às demais potências. Seu interesse principal foi securitário, visto a intensa atuação iraniana e de grupos favoráveis aos palestinos na região durante este período. Outro ponto que fundamentava a presença do país na sub-região africana foi a busca por alianças frente ao isolacionismo regional e expansão diplomática do país.

Com a chegada da Primavera Árabe, a preocupação israelense permaneceu em relação à atividade iraniana no Chifre, o qual acredita ser a rota de fornecimento de armamentos aos grupos palestinos e ao Hezbollah, afetando à segurança do país. O segundo aspecto foram a presença naval iraniana, acompanhada com temor por Tel Aviv. Apesar disso, uma maior projeção do Chifre da África foi realizada nos últimos anos da década de 2010, constituindo um esforço não só direcionado à região, mas também para todo o continente africano. A dificuldade na formulação mais consistente da política externa de Israel para o Chifre e para a África tem tido relação aos processos internos no país. O governo de Benjamin Netanyahu que marcou grande parte do período trabalhado neste estudo, finalizava seu segundo momento como primeiro-ministro do país em meio a acusações de corrupção. Além disso, o cenário político de Israel foi marcado por inúmeras eleições para o parlamento, dificultando a formação de um governo estável para seguir com as agendas de política externa. Após um breve período,

Netanyahu retornou o governo do país, acompanhado do parlamento mais à direita já tido na política israelense. A projeção de Israel para o Chifre da África ou para o continente, dependerá dos rumos políticos internos do país.

No caso iraniano, os laços com a região do Chifre da África e demais partes do continente estendiam-se desde o período imperial. Com os processos de independência dos Estados e a formação do Irã moderno as conexões entre as duas regiões foram no sentido de apoio às independências. Já a Revolução Iraniana alterou essa relação. Seu isolamento internacional e a ruptura com a aliança ocidental que guiava sua política externa até então, elevou a importância de outras regiões para apoio diplomático e inserção externa. No Chifre, países como Sudão e Eritreia eram os principais aliados iranianos na região e permaneceram assim durante a primeira década do século XXI. Ainda que a Guerra ao Terror visasse a fragilização do regime iraniano, este permaneceu ativo nas relações regionais, agora com cenários de instabilidade e ascensão de grupos insurgentes. Dessa forma, tanto o Irã quanto seus países aliados no Chifre da África foram alvos das políticas contraterroristas dos países ocidentais e a aliança entre eles permitia o fortalecimento mútuo frente a esse cenário. Além disso, a posição geográfica desses países possibilitava o acesso à rota do Mar Vermelho. Em relação à política doméstica durante esse período, destaca-se a ascensão de Ahmadinejad à presidência do Irã em 2005 que impulsionou a política externa do país para a África, na qual o Chifre possuía grande importância.

O período pós-Primavera Árabe, no entanto, representou uma mudança na presença iraniana no Chifre com o rompimento de relações diplomáticas de Sudão, Eritreia e Djibuti com o Irã. Como visto, apesar dos protestos em frente à embaixada saudita em Teerã ter sido usada como justificativa, esse rompimento ocorre no momento da intensificação da Guerra no Iêmen e da participação saudita no conflito. Os esforços sauditas, sobretudo financeiros, tiveram relação com essas mudanças externas desses países, debilitados economicamente. A atividade iraniana no Chifre perdeu grande espaço após 2011 do mesmo modo que enfrentou mais resistências na região médio oriental. Em um primeiro momento, o enfoque principal da política externa de Rouhani era a obtenção de um acordo nuclear com as potências sistêmicas. Posteriormente, a Guerra na Síria, as dificuldades econômicas, o retorno das sanções internacionais com a retirada dos Estados Unidos do acordo nuclear, enfraqueceram a posição iraniana. Apesar disso, nos anos finais da década de 2010 o país tem apresentado sinais de recuperação. Nesse sentido, o governo de Ebrahim Raisi iniciado em agosto de 2021 tem valorizado mais o continente africano em sua política externa e atividades navais iranianas no Mar Vermelho foram registradas nos últimos anos, reacendendo a discussão de um possível

retorno de Teerã ao Chifre da África.

A projeção da Turquia, por sua vez, pode ser caracterizada como recente e significativa. Recente porque diferentemente de Israel, Irã e Arábia Saudita não esteve tão envolvida na região africana durante a Guerra Fria. Sua maior projeção se deu de fato a partir do século XXI, e ainda mais a partir da segunda década. Ainda no final da década de 1990 o interesse pelo continente africano já havia sido despertado, mas a política externa da Turquia para a África ganhou seus atuais contornos a partir da convergência de alguns aspectos: o crescimento econômico, a chegada ao poder do Partido Justiça e Desenvolvimento de Erdogan, um interesse do Estado turco na aproximação com a África e acesso a novos recursos econômicos, diplomáticos, políticos, para mencionar apenas alguns. Essa projeção para a África também foi impulsionada pela reorientação na política externa do país. Visava de um lado, a priorização das relações com as potências ocidentais a fim de pautar a entrada na União Europeia, mas também de inserir-se em outras regiões do globo. Dessa forma, percebeu-se a construção de uma inflexão estratégica da Turquia que reconhecia o Estado como um ator estratégico para diferentes regiões e a necessidade de projeção ao seu entorno. Apesar desse desenvolvimento, a presença turca no Chifre da África entre 2001 e 2011 não foi significativa, marcado por trocas econômicas, culturais e políticas.

Foi a partir de 2011 que a Turquia reforçou sua presença na sub-região africana, na qual a Somália teve importante destaque. No entanto, a projeção da Turquia foi direcionada para todos os países do Chifre, consolidando sua posição nas suas dinâmicas. Durante este período, a Turquia também reforçou sua participação nos eventos do Oriente Médio, construindo um importante aliança com o Catar, país com o qual também agiu em conjunto no Chifre da África. Nesse cenário, a projeção para o Chifre representava uma extensão dos acontecimentos médio orientais e cujo peso para segurança da região não podia ser ignorado. Seus interesses foram não só políticos, mas também securitários a fim de garantir o acesso à rota marítima estratégica. Internamente, no entanto, o país chegou ao final da década convivendo com instabilidades econômicas e sociais. O governo de Erdogan perdurou durante este tempo, passando para um regime presidencialista, mas a insatisfação popular em relação ao futuro do país tem crescido. A eclosão da Guerra da Ucrânia também impactou nos esforços externos da Turquia pela proximidade com o conflito.

Por fim, a Arábia Saudita, assim como a Turquia, aumentou sua presença no Chifre da África após-2011. Durante a Guerra Fria, o esforço de Riad na região foi de conter o avanço comunista, bem como de projetos islâmicos divergentes dos seus interesses. A participação de Riad após o fim da Guerra Fria no Chifre continuou, mas não na mesma intensidade que

anteriormente. Durante 2001 a 2011, não houve uma mudança substancial na projeção saudita, sendo centrada nas alianças políticas e na grande fonte de financiamento que o Estado representava para os africanos. Sua presença centrava-se no investimento econômico, político e cultural, além de evitar o avanço iraniano.

A Primavera Árabe afetou em grande medida o governo de Riad, visto que em seu entorno regional regimes que estavam há décadas no poder foram derrubados, países vizinhos foram palcos de instabilidades, potências ocidentais como os Estados Unidos não forneciam mais a segurança que Riad achava necessária, e mais importante, internamente o regime também presenciou manifestações, as quais foram reprimidas, e sofreram ataques diretos à refinarias de petróleo. Além disso, a ascensão do Rei Salman e de seu filho como príncipe herdeiro (em 2022, Mohammed Bin Salman tornou-se primeiro-ministro da Arábia Saudita), levou a reformas internas, reunindo para si mais poderes, perseguindo opositores inclusive da família real e empreendendo transformações desde o campo da infraestrutura à diversidade industrial. Em relação à política externa da Arábia Saudita esta tornou-se mais assertiva e até mais intervencionista, se consideramos o caso iemenita. Com a eclosão da Guerra do Iêmen em 2015, o Chifre da África teve sua importância geoestratégica renovada na visão de Riad. A presença financeira e política do país cresceu significativamente levando a aproximação com países como Sudão e Eritreia. Dessa forma, o Chifre foi reconhecido pelo governo de Riad como parte das transformações regionais das quais era necessário se inserir. E juntamente com Emirados Árabes Unidos e demais aliados, a projeção saudita para o Chifre da África manteve seu fôlego até 2021.

Em resumo, a projeção de Israel, Irã, Arábia Saudita e Turquia foi marcada por diferentes intensidades ou objetivos. Para cada potência houve um determinado conjunto de condições ou interesses que levava à projeção. Analisando-os conjuntamente, no entanto, pode-se perceber uma crescente presença desses países no Chifre em razão da importância estratégica que a sub-região africana representava no contexto geopolítico de desestabilização e de nova dinâmica internacional em que estes Estados estavam inseridos.

Como o enfoque deste trabalho esteve centrado no processo de crescente projeção dos países médio orientais para o Chifre da África considerando as dinâmicas domésticas, regionais e sistêmicas a que estavam inseridos estes Estados, as dinâmicas mais específicas da geopolítica do Chifre estiveram em segundo plano. Apesar disso, é importante destacar que os países dessa sub-região africana souberam lidar com esses diferentes interesses externos, de acordo com suas próprias percepções e interesse nacional. Diferentemente do período da Guerra Fria, estes Estados agora independentes e em desenvolvimento tiveram mais condições para barganhar

entre as diferentes propostas dos outros atores que visavam acessar seus recursos e sua posição estratégica. À exceção pode-se mencionar a Somália, cuja fragmentação estatal tornava o país mais vulnerável à presença externa, mesmo assim o país logrou obter ganhos com a aproximação dos países médio-orientais. Em síntese, os países do Chifre Africano foram ativos nesse contexto de maior projeção dos países do Oriente Médio e tiveram papel na abertura e nos rumos dessa projeção.

Por fim, destaca-se que pandemia de COVID-19 que avançou pelo mundo em 2020 e a Guerra da Ucrânia eclodida em fevereiro de 2022 afetaram os rumos desta projeção médio-oriental em alguns sentidos. Em primeiro lugar e mais fácil de ser visto, esteve a restrição da circulação de pessoas e de trocas comerciais, não só como medidas para conter o vírus como também pelas dificuldades econômicas que estes eventos causaram. Assim, tanto a pandemia como o conflito impactaram na econômica mundial e nacional de muitos países, dentre os quais aqueles enquadrados neste estudo. Diversos setores foram impactados, como o fornecimento de recursos energéticos e de grãos, afetando os países africanos e até mesmo a rota comercial do Mar Vermelho. Desse modo, compreende-se que os recursos para a projeção destes países para o Chifre encontraram-se limitados.

Em segundo lugar, a Guerra da Ucrânia em especial chamou a atenção para esta região do globo, o que para países próximos como a Turquia, exigiu direcionamento de esforços geopolíticos. Ancara tentou mediar o conflito entre ucranianos e russos, uma vez que é um dos membros da OTAN e possui certa aproximação com Moscou. Por outro lado, pode-se perceber que o conflito reafirmou a importância geopolítica da região do Mar Vermelho enquanto rota marítima para o escoamento de produtos e abastecimento para outros países. Por fim, o conflito na Ucrânia reacendeu a discussão acerca das transformações sistêmicas, visto a permanência da Rússia no conflito representar a fraqueza da estratégia ocidental.

Interessantemente, estes e demais eventos que representaram um breve distanciamento dos países médio-orientais, na verdade reforçaram a importância geopolítica do continente africano e da região médio-oriental. Nesse sentido, apesar do recorte temporal da pesquisa compreender o ano de 2021, destaca-se que acontecimentos importantes relacionados à temática ocorreram desde então até o término de escrita deste trabalho. Isso reforça a necessidade de permanente análise, uma vez que podem indicar diferentes rumos geopolíticos e, portanto, refletindo no desenvolvimento da projeção de Arábia Saudita, Irã, Turquia e Israel para o Chifre da África. A pandemia do coronavírus, ainda que tenha afetado econômica e socialmente estes países, representou apenas um breve afastamento na região do Chifre. Ademais, as transformações geopolíticas nestes espaços trouxeram novos elementos a serem analisados em

pesquisas futuras.

Com isso, destaca-se primeiramente eventos que tem demonstrado e reforçado a importância geoestratégica e política do continente africano para as relações internacionais contemporâneas. O espaço africano, cuja perda da relevância estratégica durante a década de 1990 fora reforçada no início dos anos 2000, tem ganhado novos contornos que fortalecem este aspecto. Os Estados africanos, dessa forma, têm conquistado tanto individual quanto coletivamente cada vez mais notoriedade e espaço nas dinâmicas internacionais, devido ao lugar estratégico que ocupam. Pode-se ilustrar este argumento com a admissão da União Africana como membro permanente no G20 em 2023, fórum que reúne as maiores economias do mundo. Assim, espera-se maior participação africana no debate e direções políticas acerca do comércio e sistema financeiro internacional. Isso reforça não só o peso político e diplomático da organização regional do continente, como também revela que as economias dos 55 Estados que a compõe, não devem ser ignoradas na nova realidade mundial. À vista disso, a significância econômica e política dos países africanos deriva do fato de serem economias em desenvolvimento cujos recursos materiais, sociais e comerciais são importantes para o desenvolvimento econômico internacional nos próximos anos. Nesse sentido, passos importantes têm sido dados para a própria a integração econômica entre os países do continente como a criação da Zona de Livre Comércio Continental Africana, esforço que estava sendo construído desde meados da década de 2001. Esta que se tornou a maior zona de livre comércio do mundo tem por objetivo estimular o comércio entre os países africanos, ainda incipiente, por meio da diminuição de tarifas alfandegárias.

Para além dos ganhos obtidos por meio de organizações internacionais nas esferas regionais e sistêmica, permanecem ainda processos internos em desenvolvimento na geopolítica africana que reforçam seu aspecto geoestratégico e os diferentes interesses externos envolvidos. As recentes crises na região do Sahel demonstram os múltiplos interesses nessa região cuja instabilidade tem afetado diversos países. A exemplo disso, pode-se citar os casos dos Niger, Mali e Burkina Faso. Nestes países, a queda de governos demonstra transformações para além da esfera doméstica, sobretudo em relação ao envolvimento externo. A perda de espaço de atuação, principalmente francesa, demonstram as transformações geopolíticas da região.

Mais especificamente em relação ao Chifre, destaca-se a continuidade na crise no Sudão, que tem levado a muitos refugiados. A crise eclodida após a queda de Omar al-Bashir em 2019, como analisado anteriormente, transformou o país em um cenário de disputas entre diferentes polos de poder militares, entre as forças armadas oficiais do Sudão e das Forças de Suporte Rápido (*Rapid Support Forces*, RSF, na sigla em inglês). Além disso, a crise no Sudão

tem tido seus reflexos geopolíticos, com a atenção de países como o Egito que temem suas consequências econômicas e políticas. A participação externa dos atores como os Estados Unidos e de outros países, como a Arábia Saudita, reacende o temor pela continuidade da desestabilização. Já demais países como a Rússia, por outro lado, tem focado na não-interferência no conflito a fim de preservar seus interesses estratégicos.

As transformações geopolíticas no Chifre da África nos últimos anos reforçaram a importância da região frente ao cenário internacional, cujos desenvolvimentos internos são acompanhados de perto. O desenvolvimento dos Estados tem permitido transformações econômicas, sociais, militares e tecnológicas. Já a transformação sistêmica permite aos países barganhar entre diferentes atores internacionais. Por outro lado, estes também representam mais um desafio a ser enfrentado. Visto seu impacto na correlação de forças regionais, a presença externa muitas vezes tem impactado na já instável sub-região, pelo financiamento de diferentes grupos ou países, levando ao acirramento de disputas. Apesar disso, os Estados do Chifre da África têm-se mantido e barganhando entre estes diferentes interesses.

Em segundo lugar, em relação à geopolítica do Oriente Médio, ressalta-se como uma alteração importante na geopolítica médio-oriental o acordo firmado entre Arábia Saudita e Irã com mediação chinesa em 2023. A restauração das relações diplomáticas após sete anos de rompimento foi um marco considerando o histórico da relação entre os dois países. A capacidade e extensão dessa detenção mútua ainda terá muitos desenvolvimentos, mas terão reflexo para além da relação desses dois países, como na Guerra do Iêmen, por exemplo. Além disso, a eclosão do conflito em Israel após atentado de Hamas em outubro de 2023, tem renovado as discussões acerca do futuro da questão palestina, da possibilidade de expansão do conflito e dos realinhamentos regionais. Da mesma forma, o conflito já tem se refletido na região do Mar Vermelho com a ocorrência de ataques Houthis na região, em apoio ao Hamas em Gaza. Visto a permanente instabilidade no Iêmen, isso tem demonstrado o impacto mais amplo dos eventos regionais trazendo efeitos no comércio internacional.

Em terceiro lugar, para além das realidades regionais específicas à África e ao Oriente Médio, ressalta-se as mudanças a nível sistêmico como um outro ponto de encontro com a temática deste estudo. Nesse sentido, menciona-se ampliação dos BRICS, bloco que até então reuniu Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, que passou a incluir Irã, Arábia Saudita, Argentina, Egito e Emirados Árabes Unidos como membros permanentes em 2023. Isso amplia o peso econômico e político do bloco, além de expandir a atuação de demais economias emergentes, mas cuja capacidade de articulação ainda está para ser analisada. Ademais, a capacidade da Rússia em manter-se no conflito com a Ucrânia e o desafio econômico e político

chinês, reforça-se o debate acerca do enfraquecimento do poder hegemônico norte-americano e de transição sistêmica. Acredita-se que isso demonstre a capacidade e ação do sul geopolítico na reestruturação do sistema internacional.

Todos estes eventos destacados podem impactar em maior ou menor grau no processo de projeção das potências médio orientais para o Chifre da África, no sentido de novos alinhamentos políticos e diplomáticos e novos espaços de cooperação, mas também em novos cenários de desestabilização e insegurança. Dessa maneira, os efeitos desses eventos ainda terão seus desdobramentos nos próximos anos, mas que reforçam a importância geopolítica africana e do Oriente Médio, que junto com demais espaços do Terceiro Mundo, são determinantes para os rumos das relações internacionais.

Dentre os desafios enfrentados na escrita deste trabalho, certamente a pandemia de coronavírus foi um imprevisto que impôs certos limites de viagens e contatos. O acesso a fontes, sobretudo primárias (documentos, trabalho de campo, entre outros), exigiria um esforço de tempo e recursos que não foram possíveis de serem entregues nesta tentativa de compreender a projeção destes países para o Chifre da África. Nesse sentido, dentre os limites enfrentados por este trabalho está o acesso a referências bibliográficas em que muitos momentos, devido a barreiras linguísticas ou problemas de acesso aos sites e demais fontes, foram alguns obstáculos. Em relação à abordagem, as limitações do presente trabalho foram resultadas da tentativa de delimitar o foco da análise e temáticas de discussão a fim de não desviar da tese principal. Optou-se na análise geopolítica, sobretudo do nível doméstico dos Estados, a ter um olhar mais amplo e sistêmico, o que acarretou a limitação de fatos e aprofundamentos.

Apesar dessas limitações, acredita-se que a temática da projeção das potências do Oriente Médio para o Chifre da África seja um campo de pesquisa vasto e necessário que envolve pensar sobre diferentes aspectos: transformações sistêmicas, as realidades geopolíticas desses países, os futuros dessas relações, a realidade africana, entre outros fatores. Nesse sentido, sugere-se alguns tópicos para futuros trabalhos. Em primeiro lugar, as mudanças sistêmicas e o engajamento/desengajamento de potências nas regiões do Oriente Médio e África ainda apresentarão mais desenvolvimentos que exigirão a atenção de pesquisadores. Além disso, é necessário analisar como a presença médio oriental tanto no Chifre da África quanto no continente como um todo tem sido acompanhado pelas demais potências que possuem um conhecido interesse nessas regiões, como as potências europeias e Estados Unidos. A análise deste processo pode contribuir para entender as convergências e divergências de interesses entre esses atores externos e as potências médio-orientais.

Em segundo lugar, sobre as realidades domésticas, há grande espaço para discussões

acerca das realidades políticas, econômicas e sociais dos países do Oriente Médio e do Chifre da África. Os aspectos internos destes países e seus rumos no âmbito externo tem sido fatores importantes para entender transformações geopolíticas mais amplas. Destaca-se aqui, uma necessidade especial de compreender as realidades dos países africanos, as quais não foram o foco principal deste estudo, mas que constitui um campo de pesquisa notório. Etiópia, Eritreia, Sudão, Sudão do Sul, Somália e Djibuti são países que possuem suas próprias dinâmicas inter-regionais e domésticas, que sem sua análise muitos processos regionais deixam de ser compreendidos em sua completude. Com sua importância estratégica demanda-se o entendimento de seus projetos políticos e de desenvolvimento, política externa, transformações culturais e sociais, dentre outras temáticas.

Em terceiro lugar, em relação às realidades regionais, estas têm se alterado com grande frequência, sobretudo com a Primavera Árabe no médio-oriente, logo é necessário um olhar acadêmico atento para acompanhar estas mudanças nestas regiões. Além disso, projeção das potências do Oriente Médio para a África, bem como de outros países da região como Emirados Árabes Unidos e Catar apresentam sinais de que as interações entre estes dois espaços irão continuar nos próximos anos, sendo uma temática importante a ser acompanhada. Estudos de caso e pesquisas de campo podem contribuir com um olhar mais próximo dessas movimentações. Por fim, e não menos importante, está a compreensão dos países africanos frente a todas essas movimentações. Estes Estados, não só da região do Chifre, continuam a se desenvolver em um sistema internacional em transformação, portanto estudos sobre suas posições e interesses podem lançar novos olhares para as relações internacionais.

Em conclusão, a tese procurou analisar os principais pontos de inflexão domésticos, regionais e sistêmicos que resultaram na maior projeção das potências do Oriente Médio, quais sejam Irã, Arábia Saudita, Israel e Turquia para o Chifre da África entre 2001 e 2021. Verificou-se que a desestabilização regional resultante da estratégia da Guerra ao Terror levou ao aumento da competição regional, fenômeno este que foi aprofundado com os eventos da Primavera Árabe. Essa desestabilização teve reflexos para além do Oriente Médio abarcando o Chifre da África, o qual também esteve submetido a um processo de securitização. Correlacionado a isto esteve a alteração na dinâmica internacional do Oriente Médio com a incapacidade de liderança estadunidense e a projeção de outros atores, em especial Rússia e China, que alterou os diferentes alinhamentos e possibilidades de inserção internacional. Em conjunto com as transformações domésticas que refletiram nos diferentes interesses e estratégias de projeção, houve uma crescente presença das potências médio-orientais para o Chifre da África, devido a percepção de sua importância geoestratégica para as novas dinâmicas a que estavam submetidos.

A compreensão destes eventos em especial para os países do Terceiro Mundo é de suma importância para entender os rumos e as possibilidades de inserção e articulação. Este trabalho, apesar de abordar vinte anos de transformações, tratou apenas de uma pequena parte das mudanças históricas pelas quais passam o sistema internacional desde o final da Guerra Fria. Acredita-se que um dos primeiros passos para reunir capacidades para entender estas transformações esteja na produção e compartilhamento de pesquisas, do qual este trabalho constitui um pequeno esforço.

REFERÊNCIAS

Livros e capítulos

ALIBONI, Roberto. **The Red Sea Region: local actors and the superpowers**. London: Routledge, 1985.

AL-RASHEED, Madawi. **A History of Saudi Arabia**. London: Cambridge University Press, 2010.

BANK, André; KARADAG, Roy. Before the Arab Revolts and After: Turkey's transformed regional power status in the Middle East. In: FÜRTIG, Henner (ed.). **Regional Powers in the Middle East: new constellations after the Arab revolts**. New York: Palgrave Macmillan, 2014. Cap. 6. p. 103-121.

BRUCAN, Silviu. **La Disolución del Poder: Sociología de las Relaciones Internacionales y Políticas**. Siglo Veintuno Editores, 1983.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and Powers: The Structure of International Security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CANNON, Brendon J.. Turkey's military strategy in Africa. In: TEPECIKLIOGLU, Elem Eyrice; TEPECIKLIOGLU, Ali Onur (ed.). **Turkey in Africa: a new emerging power?** London: Routledge, 2022. Cap. 7. p. 127-143.

CANNON, Brendon J.; ROSSITER, Ash. Patterns of External Involvement in the modern political history of the Horn of Africa States. In: MASON, Robert; MABON, Simon (ed.). **The Gulf States and the Horn of Africa: interests, influence and instability**. Manchester: Manchester University Press, 2022. Cap. 1. p. 15-35.

CARDOSO, Nilton César Fernandes. **Segurança Regional no Chifre da África: Conflitos, Atores, Agendas e Ameaças**. Porto Alegre: UFRGS, 2020.

CASTELLANO, Igor. **Política Externa na África Austral: Guerra, Construção do Estado e Ordem Regional (África do Sul, Angola, Moçambique, Zimbábue e Namíbia)**. Porto Alegre: Editora Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

COHEN, Saul Bernard. **Geopolitics of the World System**. London: Rowman & Littlefield Publishers, 2003.

DAVIDSON, Christopher M.. The Arab Spring and the Gulf monarchies. In: HINNEBUSCH, Raymond; GANI, Jasmine K. (ed.). **The Routledge Handbook to the Middle East and North African State and States System**. London: Routledge, 2020. Cap. 6. p. 87-97.

DONELLI, Federico. **Le due Sponde del Mar Rosso: la Politica Estera degli Stati Mediorientali nel Corno d'Africa**. Milano: Mondadori Università, 2019a.

DONELLI, Federico. **Turkey in Africa: Turkey's strategic involvement in Sub-Saharan Africa**. London: I. B. Tauris, 2021.

EHTESHAMI, Anoushiravan; MURPHY, Emma C.. Introduction. In: EHTESHAMI, Anoushiravan; MURPHY, Emma C. (ed.). **The International Politics of the Red Sea**. London: Routledge, 2011. p. 1-22.

ERLICH, Haggai. **Saudi Arabia & Ethiopia: Islam, Christianity & Politics Entwined**. London: Lynne Rienner, 2007.

FAYEK, Mohamed. The July 23 Revolution and Africa. In: HASEEB, Khair El-Din (ed.). **The Arabs & Africa**. London: Routledge, 1985. Cap. 3. p. 90-128.

FREEDMAN, Robert O.. Israel and the United States: an Uncertain Relationship. In: FREEDMAN, Robert O. (ed.). **Israel Under Netanyahu: Domestic Politics and Foreign Policy**. London: Routledge, 2020. Cap. 7. p. 135-160.

FÜRTIG, Henner. Iran: winner or loser of the Arab Spring?. In: FÜRTIG, Henner (ed.). **Regional Powers in the Middle East: new constellations after the Arab revolts**. New York: Palgrave Macmillan, 2014. Cap. 2. p. 23-41.

GIDRON, Yotam. **Israel in Africa: Security, Migration, Interstate Politics**. London: Zed Books, 2020.

HALLIDAY, Fred. **The Middle East in International Relations: Power, Politics and Ideology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

HASAN, Yusuf Fadl. The Historical Roots of Afro-Arab Relations. In: HASEEB, Khair El-Din (ed.). **The Arabs & Africa**. London: Routledge, 1985. Cap. 1. p. 27-56.

HASEEB, Khair El-Din. Preface. In: HASEEB, Khair El-Din (ed.). **The Arabs & Africa**. London: Routledge, 1985. p. 125-169.

HILL, Christopher. **Foreign Policy in the Twenty-First Century**. New York: Palgrave Macmillan, 2016.

HINNEBUSCH, Raymond. Foreign Policy in the Middle East. In: HINNEBUSCH, Raymond; EHTESHAMI, Anoushiravan (ed.). **The Foreign Policies of Middle East States**. Boulder: Lynne Rienner, 2014. Cap. 1. p. 1-34.

KISSINGER, Henry. **Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

KORANY, Bahgat; DESSOUKI, Ali. E. Hillal. Foreign Policy Approaches and Arab Countries. In: KORANY, Bahgat; DESSOUKI, Ali E. Hillal (ed.). **The Foreign Policies of Arab States: the Challenge of Globalization**. Cairo: The American University in Cairo Press, 2008. Cap. 2. p. 21-44.

JONES, Clive. The Foreign Policy of Israel. In: HINNEBUSCH, Raymond; EHTESHAMI, Anoushiravan (ed.). **The Foreign Policies of Middle East States**. London: Lynne Rienner, 2014. Cap. 11. p. 289-320.

LOB, Eric. Iran's Foreign policy and developmental activities in Africa: between expansionist ambitions and hegemonic constraints. In: MASON, Robert; MABON, Simon (ed.). **The Gulf**

States and the Horn of Africa: Interests, Influence and Instability. Manchester: Manchester University Press, 2022. Cap. 3. p. 68-98.

MASON, Robert; CASULA, Philipp. The Fall and Rise of Extra-Regional Actors. In: MASON, Robert (ed.). **New Perspectives on Middle East Politics: Economy, Society, and International Relations.** Cairo: The American University in Cairo Press, 2021. Cap. 6. p. 167-192.

MASON, Robert. Pushing the envelope of national security and state influence at the margins: Saudi and Iranian competition in the Horn of Africa. In: MASON, Robert; MABON, Simon (ed.). **The Gulf States and the Horn of Africa: Interests, Influence and Instability.** Manchester: Manchester University Press, 2022. Cap. 2. p. 36-67.

MAZIAD, Marwa. The Turkey-Qatar alliance: through the Gulf and into the Horn of Africa. In: MASON, Robert; MABON, Simon (ed.). **The Gulf States and the Horn of Africa: Interests, Influence and Instability.** Manchester: Manchester University Press, 2022. Cap. 5. p. 127-150.

MEARSHEIMER, John J.. **The Great Delusion: Liberal Dreams and International Realities.** New Haven: Yale University Press, 2018.

NATHANSON, Roby; WEISS, Yanai. The Israeli Economy under the leadership of Netanyahu. In: FREEDMAN, Robert O. (ed.). **Israel Under Netanyahu: Domestic Politics and Foreign Policy.** London: Routledge, 2020. Cap. 6. p. 105-131.

PAUL, T. V. Regional Transformation in International Relations. In: PAUL, T. V. (Ed.). **International Relations Theory and Regional Transformation.** Cambridge: Cambridge University Press, 2012. Cap. 1. p. 3-21.

PELEG, Ilan. The Likud under Benjamin Netanyahu: readjusting revisionism to the 21st century. In: FREEDMAN, Robert O. (ed.). **Israel under Netanyahu: Domestic Politics and Foreign Policy.** London: Routledge, 2020. Cap. 1. p. 11-32.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz; KOWALSKI, Camila Castro (org.). **Covid-19 na África: Levantamento das Políticas Públicas, Impacto e Concertação Regional (vol. 1).** Porto Alegre: Cebrafrica - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020a. (Série Africana).

PEREIRA, Analúcia Danilevicz; KOWALSKI, Camila Castro (org.). **Covid-19 na África: Levantamento das Políticas Públicas, Impacto e Concertação Regional (vol. 2).** Porto Alegre: Cebrafrica - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020b.

RICHTER, Thomas. Saudi Arabia: a conservative p(1)ayer on the retreat?. In: FÜRTIG, Henner (ed.). **Regional Powers in the Middle East: New Constellations after the Arab Revolts.** New York: Palgrave Macmillan, 2014. Cap. 10. p. 177-190.

ROBINS, Philip. The Foreign Policy of Turkey. In: HINNEBUSCH, Raymond; EHTESHAMI, Anoushiravan (ed.). **The Foreign Policies of Middle East States.** London: Lynne Rienner, 2014. Cap. 12. p. 315-336.

SAMAAN, Jean-Loup. **Israel's Foreign Policy beyond the Arab World: Engaging the Periphery.** London: Routledge, 2018.

SCHMIDT, Elizabeth. **Foreign Intervention in Africa**: from the Cold War to the War on Terror. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

SCHMIDT, Elizabeth. **Foreign Intervention in Africa after the Cold War**: Sovereignty, Responsibility, and the War on Terror. Athens: Ohio University Research in International Studies, 2018.

SHARAWI, Helmy. Israeli Policy in Africa. In: HASEEB, Khair El-Din (ed.). **The Arabs & Africa**. London: Routledge, 1985. Cap. 8. p. 285-319.

TODD, Emmanuel. **After the Empire**: the Breakdown of the American Order. New York: Columbia University Press, 2003.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **O Grande Oriente Médio**: da Descolonização à Primavera Árabe. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014b.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **O Caótico Século XXI**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.

WÆVER, Ole. Securitization and Desecuritization. In: LIPSCHUTZ, Ronnie D. (ed.). **On Security**. New York: Columbia University Press, 1995. Cap. 3.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Geopolítica y Geocultura**: Ensayos sobre el Moderno Sistema Mundial. Barcelona: Kairós, 2007.

WARNER, Jason; GALLO, Carol Jean. Iran-Africa relations: the troubled bridge of Third World dialogue. In: MURITHI, Tim (ed.). **Handbook of Africa's international relations**. New York: Routledge, 2014. Cap. 39. p. 397-407.

WIGHT, Martin. The Balance of Power. In: BUTTERFIELD, Herbert; WIGHT, Martin (Ed.). **Diplomatic Investigations**: Essays in the Theory of International Politics. Oxford: Oxford University Press, 2019. Cap. 7. p. 171-197.

WOODWARD, Peter. **The Horn of Africa**: State, Politics and International Relations. London: I.B.Tauris, 2002.

YOUNG, Karen; KHAN, Taimur. Extended States: the politics and purpose United Arab Emirates economic statecraft in the Horn of Africa. In: MASON, Robert; MABON, Simon (ed.). **The Gulf States and the Horn of Africa**: Interests, Influence and Instability. Manchester: Manchester University Press, 2022. p. 99-126.

ZUNES, Stephen. US hegemony and MENA. In: HINNEBUSCH, Raymond; GANI, Jasmine K. (ed.). **The Routledge Handbook to the Middle East and North African State and States System**. London: Routledge, 2020. Cap. 23. p. 324-339.

Artigos de periódicos

AĞDEMİR, A. Murat. Ariel Sharon: A man of peace of a man of war?. **Journal of Turkish Studies**, v. 10, n. 109, p. 9-9, 1 jan. 2015. International Balkan University. <http://dx.doi.org/10.7827/turkishstudies.8506>.

AİDI, Hisham; LYNCH, Marc; MAMPILLY, Zachariah. Introduction: a transregional approach to Africa and the Middle East. In: SCIENCE, The Project On Middle East Political. **Africa and the Middle East: Beyond the divides**. Washington: The Project on Middle East Political Science, 2020. Cap. 1. p. 3-7.

ALEXANDRE, António Manuel Gonçalves. Uma Análise Geopolítica do Corno de África. **Revista de Ciências Militares**, Lisboa, v. 8, n. 2, p. 13-43, nov. 2020.

ALSULAIB, Faisal. Offensive Realism and Saudi Foreign Policy towards Iran. **Policy Report: Konrad Adenauer Stiftung (KAS)**, v. 1, n. 14, p. 1-4, 2020.

ARAS, Bülent. The Davutoğlu Era in Turkish Foreign Policy. **Insight Turkey**, Ankara, v. 11, n. 3, p. 127-142, 2009.

AUGÉ, Benjamin. Saudi Arabia's Policy in Africa: vectors and objectives l'Afrique en questions. **Ifri: Institut Français des Relations Internationales**, n. 52, p. 1-5, 6 fev. 2020.

BACK, Irit. The Middle Eastern Scramble for the Horn of Africa: humanitarian, agricultural and educational aspects. **Ifriqiya: Africa Research Program**, Tel Aviv, v. 4, n. 12, p. 1-5, 31 out. 2019.

BACK, Irit. Israel and the Horn of Africa: what are the odds with the countries that still don't recognize Israel? In: STIFTUNG, Konrad Adenauer (ed.). **The New Normal? Arab States and normalization with Israel**. Jerusalem: Konrad Adenauer Stiftung, 2021. Cap. 9. p. 28-30.

BARKEY, Henri J.. Turkish Foreign Policy and the Middle East. **Ceri Strategy Papers**, n. 10, p. 1-12, 06 jun. 2011.

BAZOOBANDI, Sara. Iran's Regional Policy: interests, challenges and ambitions. **ISPI Analysis**, n. 275, p. 1-7, nov. 2014.

BEREKETEAB, Redie. Geo-strategic intervention and its consequences in the Horn of Africa. In: **European Conference on African Studies**, 5, 2013, Lisboa: Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (Iscte-Iul), p. 481-504.

BERG, Willem van Den; MEESTER, Jos. Turkey in the Horn of Africa: between the Ankara Consensus and the Gulf Crisis. **CRU Policy Brief: Clingendael - The Netherlands Institute of International Relations**, p. 1-13, maio 2019.

BISHKU, Michael B.. Israel and South Sudan: a convergence of interests. **Middle East Policy**, v. 26, n. 1, p. 40-52, 2019.

CANNON, Brendon J; DONELLI, Federico. Middle Eastern States in the Horn of Africa: security interactions and power projection. **ISPI Analysis**, p. 1-14, abr. 2019a.

CANNON, Brendon J.; DONELLI, Federico. Asymmetric alliances and high polarity: evaluating regional security complexes in the Middle East and Horn of Africa. **Third World Quarterly**, v. 41, n. 3, p. 505-524, 6 dez. 2019b. <http://dx.doi.org/10.1080/01436597.2019.1693255>.

CARDOSO, Nilton César Fernandes. Segurança Regional no Chifre da África: conflitos, agendas e ameaças. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 137-172, 2016. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://dx.doi.org/10.22456/2448-3923.68849>.

CARSON, Johnnie; CHAMBERLIN, Wendy; CROCKER, Chet; EDELMAN, Eric; FELTMAN, Jeffrey; GAVIN, Michelle; LINDBORG, Nancy; NATSIOS, Andrew; VOTEL, Joseph L.. **Final Report and Recommendations of the Senior Study Group on Peace and Security in the Red Sea Arena**. Washington: United States Institute of Peace, 2020. 64 p.

CHIMARIZENI, Fátima. Iran-Africa Relations: opportunities and prospects for Iran. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, v. 2, n. 3, p. 38-52, 6 set. 2017. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://dx.doi.org/10.22456/2448-3923.73809>.

DACHTLER, Petra. From New to Normal: two years after the Abraham Accords. **German Institute For Global and Area Studies (Giga)**, p. 1-12, 2022. German Institute for Global and Area Studies (GIGA). <http://dx.doi.org/10.57671/GFME-22052>.

DANNREUTHER, Roland. Understanding Russia's return to the Middle East. **International Politics**, v. 56, n. 6, p. 726-742, 2 mai. 2018. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1057/s41311-018-0165-x>.

DELEERSNYDER, Anne-Eléonore. Ethiopia's Tigray conflict: exposing the limits of EU and AU early warning mechanisms. **Konrad Adenauer Stiftung: The Multinational Development Policy Dialogue Studies**, Brussels, v. 1, n. 1, p. 1-34, 2021.

DONELLI, Federico; LEVAGGI, Ariel Gonzalez. Becoming Global Actor: the Turkish agenda for the Global South. **Rising Powers Quarterly**, v. 1, n. 2, p. 93-115, 2016.

DONELLI, Federico; DENTICE, Giuseppe. Fluctuating Saudi and Emirati Alignment Behaviors in the Horn of Africa. **The International Spectator**, v. 55, n. 1, p. 126-142, 2 jan. 2020. <http://dx.doi.org/10.1080/03932729.2019.1706389>.

DONELLI, Federico. Somalia and Beyond: Turkey in the Horn of Africa. **ISPI: Italian Institute for International Political Studies**, p. 1-5, 01 jun. 2020. Disponível em: <https://www.ispionline.it/en/publication/somalia-and-beyond-turkey-horn-africa-26379>. Acesso em: 22 set. 2023.

DONELLI, Federico; CANNON, Brendon J.. Power projection of Middle East States in the Horn of Africa: linking security burdens with capabilities. **Small Wars & Insurgencies**, [S.L.], v. 34, n. 4, p. 759-779, 9 set. 2021. <http://dx.doi.org/10.1080/09592318.2021.1976573>.

DUARTE, Érico Esteves. Poder Militar, Crise Financeira e o Panorama de Segurança Internacional do Século 21. **Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**,

v. 2, n. 3, p. 11-46, 8 fev. 2013. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://dx.doi.org/10.22456/2238-6912.31365>.

ERDOGAN, Ayfer. Saudi Foreign Policy Doctrine post-2011: the Iranian Factor and Balance of Threat. **Digest Of Middle East Studies**, v. 31, n. 1, p. 6-24, 2021. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/dome.12256>.

GAUSE III, F. Gregory. Kings for all Seasons: how the Middle East's monarchies survived the Arab Spring. **Brookings Doha Center: Analysis Paper**, v. 1, n. 8, p. 1-38, set. 2013. <http://dx.doi.org/10.1080/13567888.2018.1508950>.

GENYI, George Akwaya. The Arab Spring's Berth in Algeria and Sudan: Insightful Comparative Parallels. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, v. 6, n. 12, p. 197-219, 31 dez. 2021. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://dx.doi.org/10.22456/2448-3923.110674>.

GONZÁLEZ, Yoslán Silverio. Trump's "Deal of the Century" and the Latin American Response. **Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, v. 8, n. 16, p. 215-241, 14 nov. 2019. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://dx.doi.org/10.22456/2238-6912.93669>.

GONZÁLEZ, Yoslán Silverio. Main Trends of Terrorism in Africa towards 2025. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, v. 5, n. 9, p. 55-86, 19 out. 2020. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://dx.doi.org/10.22456/2448-3923.99869>.

GRUZD, Steven; RAWHANI, Carmel; BENJAMIN, Larry. Israel's ties with Africa: a focus on Ethiopia, Kenya, Nigeria and South Africa. **Occasional Paper: SAIIA - South African Institute of International Affairs**, Johannesburg, n. 284, p. 1, jul. 2018.

HALLIDAY, Fred; PEÑA, Arturo. Las Relaciones Internacionales en el conflicto del Cuerno de África. **Estudios de Asia y Africa**, v. 14, n. 3 (41), p. 524-540, 1979.

HALLIDAY, Fred. Iran's Regional and Strategic Interests. In: POSH, Walter (ed.). **Iranian challenges**. Paris: Institute for Security Studies, 2006. Cap. 4. p. 59-72.

HEIBACH, Jens. Yet another Scramble: Why Middle Eastern Powers Are Reaching Out to Africa. **Giga Focus**, Hamburg, v. 1, n. 5, p. 1-12, nov. 2018.

HEIBACH, Jens. Sub-Saharan Africa: A Theater for Middle East Power Struggles. **Middle East Policy**, v. 22, n. 2, pp. 69-80, 2020.

HEIBACH, Jens. Public diplomacy and regional leadership struggles: the case of Saudi Arabia. **International Politics**, p. 1-23, 28 maio 2021. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1057/s41311-021-00310-7>.

HOFFMAN, Ronen. Israel's Foreign Policy under Benjamin Netanyahu. **Foreign Policy Research Institute**, Philadelphia, p. 1-10, jul. 2019.

HORN - INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES. Towards Stronger Africa-Middle East Relations: shared peace, shared security, shared prosperity. **A Report Of**

The International Conference On Africa-Middle East Relations: International Institute for Strategic Studies, Nairobi, p. 1-64, ago. 2021.

HULIARAS, Asteris; KALANTZAKOS, Sophia. The Gulf States and the Horn of Africa: a new hinterland? **Middle East Policy**, v. 24, n. 1, p. 63-73, 2017.

KABANDULA, Abigail; SHAW, Timothy M. Rising powers and the Horn of Africa: Conflicting Regionalisms. **Third World Quarterly**, v. 39, n. 12, p. 2315-2333, nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1080/01436597.2018.152768>.

KING FAISAL CENTER FOR RESEARCH AND ISLAMIC STUDIES. Red Sea Peace Initiatives: Saudi Arabia's role in the Eritrea-Ethiopia rapprochement. **Special Report**, Ryadh, p. 1-26, abr. 2020.

KOREN, Haim. South Sudan and Israel: a love affair in a changing region? **Ifriqiya: Africa Research Program**, Tel Aviv, p. 1-4, 28 fev. 2019. Disponível em: <https://dayan.org/content/south-sudan-and-israel-love-affair-changing-region>. Acesso em: 21 jul. 2023.

KRAMPE, Florian; GOOR, Luc van de; BARNHOORN, Anniek; SMITH, Elizabeth; SMITH, Dan. Water Security and Governance in the Horn of Africa. **SIPRI Policy Paper**, v. 54, p. 1-41, mar. 2020.

IGNATIEV, Pavlo. Iraq: years of post-Saddam internal and external developments. **Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, v. 6, n. 12, p. 36-61, 2017. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://dx.doi.org/10.22456/2238-6912.79074>.

JOSEPH, Stefy; PEEDIKAYIL, Aneetta Thomas. East Mediterranean Gas Forum: convergence of regional and energy security concerns. **Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, v. 11, n. 22, p. 53-78, 2022. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://dx.doi.org/10.22456/2238-6912.125991>.

KHAN, Umair Pervez; SOHAIL, Kashaf. Globalization and the Changing Concept of NATO. **Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, v. 10, n. 20, p. 192-211, 8 dez. 2021. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://dx.doi.org/10.22456/2238-6912.117757>.

LANGAN, Mark. Virtuous power Turkey in sub-Saharan Africa: the "neo-ottoman" challenge to the European Union. **Third World Quarterly**, v. 38, n. 6, p. 1399-1414, 27 set. 2016. <http://dx.doi.org/10.1080/01436597.2016.1229569>.

LECHINI, Gladys; RABBIA, Norma S.. Incidencias de la Primavera Árabe at the end of the "Green Era" in Libya. **Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, v. 2, n. 3, p. 157-180, 8 fev. 2013. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://dx.doi.org/10.22456/2238-6912.36355>.

LEFEBVRE, Jeffrey A.. The Geopolitics of the Horn of Africa. **Middle East Policy**, v. 1, n. 3, p. 7-22, 1992.

LEFEBVRE, Jeffrey A. Middle East Conflicts and Middle Level Power Intervention in the Horn of Africa. **Middle East Journal**, v. 50, n. 3, p. 387-404, 1996.

LEFEBVRE, Jeffrey A. Iran's Scramble for Sub-Saharan Africa. **Insight Turkey**, v. 21, n. 1, p. 133-150, 2019.

LOB, Eric. The Islamic Republic of Iran's Foreign Policy and Construction Jihad's Developmental Activities in Sub-saharan Africa. **International Journal of Middle East Studies**, v. 48, n. 2, p. 313-338, 7 abr. 2016. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s0020743816000064>.

MARI, Najla. Iran in the Face of the International Scramble for Africa. **Journal for Iranian Studies**, v. 1, n. 2, p. 56-59, mar. 2017.

MARTINS, José Miguel Quedi; COSTA, João Gabriel Burmann da. AUKUS and Iran's entry into SCO: Asia closer to war or stability?. **Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, Porto Alegre, v. 10, n. 19, p. 312-317, jun. 2021.

MAZRUI, Ali A.. Black Africa and the Arabs. **Foreign Affairs**, v. 53, n. 4, p. 725, 1975. JSTOR. <http://dx.doi.org/10.2307/20039542>.

MAZRUI, Ali. Afrabia: Africa and the Arabs in the New World Order. **Ufahamu: A Journal of African Studies**, v. 20, n. 3, p. 51-62, 1992. California Digital Library (CDL). <http://dx.doi.org/10.5070/f7203016755>.

MEARSHEIMER, John J.; WALT, Stephen M. The Israel Lobby and U.S. Foreign Policy. **Middle East Policy**, v. 13, n. 3, p. 29-87, set. 2006. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1475-4967.2006.00260.x>.

MELVIN, Neil. The New External Security Politics of the Horn of Africa Region. **SIPRI: SIPRI Insights on Peace and Security**, Solna, v. 2, n. 1, p. 1-32, abr. 2019a.

MELVIN, Neil. The Foreign Military Presence in the Horn of Africa. **SIPRI: SIPRI Background Paper**, Solna, v. 2, n. 1, p. 1-32, abr. 2019b.

MELVIN, Neil. Managing the New External Security Politics of the Horn of Africa Region. **SIPRI: SIPRI Policy Brief**, Solna, v. 2, n. 1, p. 1-12, abr. 2019c.

MEROM, Gil. Realist Hypotheses on Regional Peace. **Journal of Strategic Studies**, v. 26, n. 1, p. 109-135, mar. 2003. <http://dx.doi.org/10.1080/01402390308559310>.

MEESTER, Jos; BERG, Willem van Den; VERHOEVEN, Harry. Riyal Politik: the political economy of Gulf investments in the Horn of Africa. **Clingendael Institute: CRU Report**, p. 1-82, abr. 2018.

MILLER, Benjamin; KAGAN, Korina. The Great Powers and Regional Conflicts: Eastern Europe and the Balkans from the post-Napoleonic era to the post-Cold War era. **International Studies Quarterly**, Oxford, v. 41, n. 1, p. 51-85, 1997.

MIÑO, Paloma González del; MARTÍNEZ, David Hernández. La Doctrina Salmán en la Política Exterior de Arabia Saudí: objetivos y el uso de la fuerza militar. **Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, v. 8, n. 16, p. 106-128, 14 nov. 2019. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://dx.doi.org/10.22456/2238-6912.95424>.

NOUHOU, Alhadji Bouba. L'Iran et L'Afrique: une coopération à l'épreuve des faits. **Confluences Méditerranée**, v. 3, n. 90, p. 141-151, 2014.

OZKAN, Mehmet. A New Actor or Passer-By? The Political Economy of Turkey's Engagement with Africa. **Journal of Balkan and Near Eastern Studies**, v. 14, n. 1, p.113-133, mar. 2012.

OZKAN, Mehmet. Turkey. In: KITCHEN, Nicholas (ed.). **Emerging Powers in Africa**. London: LSE Ideas, 2013. p. 45-50.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz; KANTER, Marcelo. As quatro estações do conflito Israel-Palestina. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 51, p. 81-100, jun. 2012.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz; SARDO, Igor Estima. Os Ciclos Sistêmicos de Acumulação na Obra de Giovanni Arrighi: a crise de 2008, o fim da hegemonia norte-americana e a posição da China. **Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, v. 11, n. 21, p. 9-41, 31 ago. 2022. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://dx.doi.org/10.22456/2238-6912.125358>.

ROBERTO, Willian Moraes; VISENTINI, Paulo Fagundes. As consequências da crise na Síria para o Irã: impactos para sua estratégia regional e no eixo de resistência. **Brazilian Journal Of International Relations**, v. 4, n. 1, p. 71-91, 5 maio 2015. Faculdade de Filosofia e Ciências. <http://dx.doi.org/10.36311/2237-7743.2015.v4n1.06.p71>.

ROCHE, Alexandre. O Oriente Médio pós-Guerra Fria: a geopolítica e o processo de paz Israel-OLP. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 51, p. 17-45, 2012a. Disponível em: <http://seer1.fapa.com.br/index.php/arquivos>.

ROCHE, Alexandre. Tensões da Primavera do mundo árabe-sunita: entre o Wahhabismo conservador e o espírito crítico, entre a política do petróleo e a independência econômica. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 51, p. 47-56, 2012b. Disponível em: <http://seer1.fapa.com.br/index.php/arquivos>.

RUBIN, Michael. Africa: Iran's Final Frontier? **Middle Eastern Outlook**, Washington, n. 2, p.1-8, abr. 2013.

SALMAN, Yaron. The Security Element in Israel-Africa Relations. **Strategic Assessment**, Tel Aviv, v. 24, n. 2, p. 38-53, abr. 2021.

SAYFOURI, Farzaneh; NIA, Seyyed Amir Masoud Shahram; HATAMI, Abbas; ZADEH, Seyyed Javad Emamjomeh. A Comparative Study of the Effect of Globalization on Iran's Social Development in two Khatami's and Ahmadinejad's Administrations. **Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, v. 8, n. 15, p. 88-116, 31 maio 2019. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://dx.doi.org/10.22456/2238-6912.86630>.

SCHEINDLIN, Dahlia. Ten Years with Netanyahu. **Berlin: Friedrich Ebert Stiftung**, 2017.

Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/iez/13126.pdf>.

SCHRÖDER, Günter. Migratory and Refugee Movements in and from the Horn of Africa. **Friedrich Ebert Stiftung**, p. 1-7, nov. 2015. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/iez/12081.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2023.

SIRADAG, Abdurrahim. Turkey-Africa alliance: evolving patterns in security relations. **African Security Review**, v. 27, n. 3-4, p. 308-325, 2 out. 2018. <http://dx.doi.org/10.1080/10246029.2018.1550429>.

SHANAHAN, Rodger. Iranian Foreign Policy under Rouhani. **Lowy Institute For International Policy**, Sidney, p. 1-15, fev. 2015. Disponível em: <https://www.files.ethz.ch/isn/188299/iranian-foreign-policy-under-rouhani.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2023.

SOFOS, Spyros A.. Navigating the Horn: Turkey's forays in East Africa (global transitions report). **Peacerep**: Peace and Conflict Resolution Evidence Platform, Edinburgh, p. 1-23, 06 jul. 2023. Disponível em: <https://peacerep.org/publication/navigating-the-horn-turkeys-forays-in-east-africa/>. Acesso em: 22 dez. 2023.

STEVENSON, Jonathan. Turkey's new presidential system. **Strategic Comments**, v. 24, n. 6, p. 5-6, 3 jul. 2018. <http://dx.doi.org/10.1080/13567888.2018.1508950>.

TURAN, Ilter. Um Passo Para Frente, Dois Para Trás: Sucesso e Fracasso na Recente Política Externa Turca. **Austral**: Brazilian Journal of Strategy & International Relations, v. 2, n. 3, p. 133-156, 8 fev. 2013. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://dx.doi.org/10.22456/2238-6912.35034>.

VAN GENUGTEN, Saskia; FIKRI, Amna. External Powers in the Horn of Africa: the case of Iran. **Eda Insight**: Emirates Diplomatic Academy, p. 1-9, fev. 2017. Disponível em: https://www.agda.ac.ae/docs/default-source/Publications/edainsightexternalpowersinthehoriran_en_final.pdf?sfvrsn=2. Acesso em: 22 dez. 2023.

VISENTINI, Paulo. A África e as Potências Emergentes: o Sul e a cooperação profana. **Austral**: Brazilian Journal of Strategy & International Relations, v. 3, n. 5, p. 41-67, 10 jul. 2014a. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://dx.doi.org/10.22456/2238-6912.45812>.

VISENTINI, Paulo Fagundes. Axes of World Power in the 21st Century: an analytical proposal. **Austral**: Brazilian Journal of Strategy & International Relations, v. 8, n. 15, p. 9-24, 31 maio 2019. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://dx.doi.org/10.22456/2238-6912.91767>.

VISENTINI, Paulo; RUCHEL, Gabriela; VIEIRA, Maria Gabriela; MARTINS, José Miguel; COSTA, João Gabriel Burmann da; GEIGER, Luana Margarete; CONCEIÇÃO, Guilherme Geremias da; THUDIUM, Guilherme; PECEQUILO, Cristina. Análise Estratégica NERINT. **Austral**: Brazilian Journal of Strategy & International Relations, v. 10, n. 20, p. 298-332, 8 dez. 2021. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://dx.doi.org/10.22456/2238-6912.121431>.

WAAL, Alex de. Pax Africana or Middle East Security Alliance in the Horn of Africa and the Red Sea? **World Peace Foundation**: Occasional Paper, Somerville, n. 17, p. 1-16, jan. 2019. Disponível em: <https://sites.tufts.edu/reinventingpeace/files/2019/01/Pax-Africana-or-Middle-East-Security-Alliance-final-2.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2023.

YAPAR, Hakan. From Strategic Depth to Blue Homeland and Beyond: Understanding Turkey's Drift towards Greater Strategic Autonomy. **IEEE**: Opinion Paper, n. 40, p. 1-15, 12 abr. 2021. Disponível em: https://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_opinion/2021/DIEEEO40_2021_HAKYAP_Turquia_ENG.pdf. Acesso em: 18 dez. 2023.

Material de meio eletrônico

AMNESTY INTERNATIONAL. **Israel: Forced and unlawful**: Israel's deportation of Eritrean and Sudanese asylum-seekers to Uganda. 2018. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/documents/mde15/8479/2018/en/>. Acesso em: 22 out. 2022.

ALPAY, Sahin. Turkish Politics in 2008. **Mediterranean Politics**: Turkey-Balkans, p. 214-216, 2009. Disponível em: <https://www.iemed.org/publication/turkish-politics-in-2008/>. Acesso em: 22 set. 2023.

AZIZI, Hamidreza. **Iran Looking East**: A Shifting Balance of Power in Tehran's Foreign Policy. 2021. Disponível em: <https://www.ispionline.it/en/publication/iran-looking-east-shifting-balance-power-tehrans-foreign-policy-30863>. Acesso em: 25 set. 2023.

BÂLI, Aslı. **Turkey's Constitutional Coup**. 2018. Middle East Research and Information Project. Disponível em: <https://merip.org/2018/12/turkeys-constitutional-coup/>. Acesso em: 23 set. 2023.

BROWN, Nathan J.. **The Remaking of the Saudi State**. 2017. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/2017/11/09/remaking-of-saudi-state-pub-74681>. Acesso em: 30 set. 2023.

CAPPELAERE, Geert; MANDHARI, Ahmed Al. **Two years since world's largest outbreak of Acute Watery Diarrhea and Cholera, Yemen witnessing another sharp increase in reported cases with number of deaths continuing to increase**. 2019. Disponível em: <https://www.unicef.org/press-releases/two-years-worlds-largest-outbreak-acute-watery-diarrhea-and-cholera-yemen-witnessing>. Acesso em: 14 jan. 2023.

CORDA, Tiziana; DENTICE, Giuseppe; PROCOPIO, Maddalena. **Corsa al Corno d'Africa**: interessi globali e competizione regionale. 2018. Disponível em: <https://www.ispionline.it/it/publicazione/corsa-al-corno-dafrica-interessi-globali-e-competizione-regionale-21371#nota3>. Acesso em: 30 mar. 2021.

CZEREP, Jędrzej. Changes in Iran's Policy on Africa. **The Polish Institute of International Affairs**. 21 fev. 2019. Disponível em: https://pism.pl/publications/Changes_in_Iran_s_Policy_on_Africa. Acesso em: 22 set. 2023.

DAVUTOGLU, Ahmet. **Turkey's Zero-Problems Foreign Policy**. 2010. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2010/05/20/turkeys-zero-problems-foreign-policy/>. Acesso em: 24 set. 2023.

DENTICE, Giuseppe. **The Red Sea: A permanent arena of interest for Israel**. 2022. Disponível em: <https://trendsresearch.org/insight/the-red-sea-a-permanent-arena-of-interest-for-israel/>. Acesso em: 15 nov. 2022.

DEVECCHIO, Alexandre. **Emmanuel Todd: La tercera guerra mundial ya comenzó**. 2023. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nerint/emmanuel-todd-la-tercera-guerra-mundial-ya-comenzo/>. Acesso em: 30 nov. 2023.

DICKINSON, Emily. **Los países árabes en el Cuerno de África**. Madrid: Casa Árabe, 2022. (91 min.), P&B. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TP7nrV0DODM>. Acesso em: 22 jan. 2023.

ELIADES, Elias. **Turkey and the shifting geopolitical sands of North and East Africa**. 2020. Disponível em: <https://saiia.org.za/research/turkey-and-the-shifting-geopolitical-sands-of-north-and-east-africa/>. Acesso em: 22 nov. 2022.

FAKIR, Intissar. **Snapshot of the Economic Crisis in the Arab World**. 2009. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/sada/23357>. Acesso em: 20 fev. 2023.

FEIERSTEIN, Gerald M. The Impact of Middle East Regional Competition on Security and Stability in the Horn of Africa. **Policy Paper 2020-2: Middle East Institute**, p. 1-16, ago. 2020. Disponível em: <https://www.mei.edu/publications/impact-middle-east-regional-competition-security-and-stability-horn-africa>.

GAVIN, Michelle. **Trump's Dangerous Rhetoric toward Ethiopia is Indicative of a Larger Problem**. 2020. Disponível em: <https://www.cfr.org/blog/trumps-dangerous-rhetoric-toward-ethiopia-indicative-larger-problem>. Acesso em: 24 out. 2022.

GONZÁLEZ, Yoslán Silverio. **Rusia-África: el camino hacia un mayor intercambio comercial**. 2021. Disponível em: <https://www.cipi.cu/rusia-africa-el-camino-hacia-un-mayor-intercambio-comercial/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

GRAMER, Robbie. **Saudi Arabia, China Sign Deals Worth Up to \$65 Billion**. 2017. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2017/03/16/saudi-arabia-china-sign-deals-worth-65-billion-boost-trade-ties-oil-energy-one-belt-one-road-saudi-vision-2030/>. Acesso em: 14 nov. 2022.

HARTUNG, Joseph. **Biden in the Horn of Africa**. 2021. Disponível em: <https://horninstitute.org/biden-in-the-horn-of-africa-a-debut-of-mixed-success/>. Acesso em: 26 nov. 2022.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP (ICG). **Rethinking Peace in Yemen**. 2020. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/middle-east-north-africa/gulf-and-arabian-peninsula/yemen/rethinking-peace-yemen>. Acesso em: 20 jul. 2023.

NAENI, Amin. **Iran's renewed Africa policy: Raisi's ambition and the perception of Western**

decline. 2023. Disponível em: <https://www.mei.edu/publications/irans-renewed-africa-policy-raisis-ambition-and-perception-western-decline>. Acesso em: 22 set. 2023

NOUHOU, Alhadji Bouba. **Offensive diplomatique d'Israël en Afrique**. 2018. Disponível em: <https://www.frstrategie.org/programmes/observatoire-du-monde-arabo-musulman-et-du-sahel/offensive-diplomatique-disrael-afrique-2018>. Acesso em: 24 out. 2022.

OZKAN, Gulcin. **Turkey's collapsing lira: government is running out of options for embattled currency**. 2020. Disponível em: <https://theconversation.com/turkeys-collapsing-lira-government-is-running-out-of-options-for-embattled-currency-143365>. Acesso em: 26 nov. 2022.

SALISBURY, Peter. **How Yemen's War Economy Undermine Peace Efforts**. 2022. Disponível em: <https://yemenconflict.crisisgroup.org/>. Acesso em: 12 dez. 2022.

SHUBIN, Vladimir. **Africa's Unfolding Potential for Russia**. 2019. Disponível em: <https://www.ispionline.it/en/publication/africas-unfolding-potential-russia-24289>. Acesso em: 22 out. 2022.

UZGEL, İlhan. **Turkish Foreign Policy After Presidentialism**. 2022. Disponível em: <https://www.mei.edu/publications/turkish-foreign-policy-after-presidentialism>. Acesso em: 24 set. 2023.

VERTIN, Zach. **Red Sea Rivalries: the Gulf, the Horn, & the New Geopolitics of the Red Sea**. Doha: Brookings Doha Institute, 2019. Disponível em: <https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2019/06/Red-Sea-Rivalries-The-Gulf-The-Horn-and-the-New-Geopolitics-of-the-Red-Sea-1.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2023.

WAAL, Alex de. **Beyond the Red Sea: A new driving force in the politics of the Horn**. 2018. Disponível em: <https://africanarguments.org/2018/07/beyond-red-sea-new-driving-force-politics-horn-africa/>. Acesso em: 19 nov. 2022.

Matérias de imprensa

ABDELAZIZ, Khalid. **As economy crumbles, Sudan ditches Iran for Saudi patronage**. 2016. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/sudan-saudi-diplomacy/as-economy-crumbles-sudan-ditches-iran-for-saudi-patronage-idUSL8N14V2WV20160112>. Acesso em: 19 nov. 2022.

AFRICA NEWS. **Qatar withdraws troops from Djibouti-Eritrea border mission amid row**. 2019. Disponível em: <https://www.africanews.com/2017/06/14/qatar-withdraws-troops-from-djibouti-eritrea-border-mission-amid-row/>. Acesso em: 10 fev. 2024.

AFRICA NEWS. **Biden sends US ground troops to Somalia**. 2022a. Disponível em: <https://www.africanews.com/2022/05/16/biden-sends-us-ground-troops-to-somalia/>. Acesso em: 30 set. 2023.

AFRICA NEWS. **Truce agreed to stop Ethiopia's war**. 2022b. Disponível em: <https://www.africanews.com/2022/11/02/truce-agreed-to-stop-ethiopias-war/>. Acesso em: 30

set. 2023.

AHMED, Omar. **Yemen's President Hadi has effectively been sacked by Saudi Arabia.** 2022. Disponível em: <https://www.middleeastmonitor.com/20220420-yemens-president-hadi-has-effectively-been-sacked-by-saudi-arabia/>. Acesso em: 11 jan. 2023.

AKWEI, Ismail. **Eritrea backs Saudi Arabia and allies in Gulf crisis, Ethiopia on the fence.** 2019. Disponível em: <https://www.africanews.com/2017/06/13/eritrea-backs-saudi-arabia-and-allies-in-gulf-crisis-ethiopia-on-the-fence/>. Acesso em: 10 fev. 2024.

AL JAZEERA. **Djiboutians rally to oust president.** 2011. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2011/2/18/djiboutians-rally-to-oust-president>. Acesso em: 19 nov. 2022.

AL JAZEERA. **US eases Sudan economic and trade sanctions.** 2017. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2017/10/6/us-eases-sudan-economic-and-trade-sanctions>. Acesso em: 24 nov. 2022.

AL JAZEERA. **Israel granted official observer status at the African Union.** 2021. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2021/7/23/israel-granted-observer-status-at-the-african-union>. Acesso em: 16 out. 2022.

AL JAZEERA. **Russia's Lavrov visits Sudan on diplomatic push in Africa's Sahel.** 2023. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2023/2/9/russias-lavrov-visits-sudan-on-diplomatic-push-in-africas-sahel>. Acesso em: 04 mar. 2023.

ARAB NEWS. **Israel spat erupts at African Union summit.** 2023. Disponível em: <https://www.arabnews.com/node/2253731/world>. Acesso em: 25 jul. 2023.

ARSENEAULT, Michel. **Senegal sends soldiers to Yemen, triggering debate, protest.** 2015. Disponível em: <https://www.rfi.fr/en/africa/20150512-senegal-sends-soldiers-yemen-triggering-controversy-and-protest>. Acesso em: 25 set. 2023.

AYNTE, Abdihakim. **Turkey's Increasing Role in Somalia: An Emerging Donor?** 2012. Disponível em: <https://muslimsinafrica.wordpress.com/2013/08/18/turkeys-increasing-role-in-somalia-an-emerging-donor-abdihakim-aynte/>. Acesso em: 23 set. 2023.

AZIZ, Khalid Abdel. **Sudan expels Iranian diplomats and closes cultural centres.** 2014. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2014/sep/02/sudan-expels-iranian-diplomats-closes-cultural-centres>. Acesso em: 25 set. 2023.

BROOKS, David. A guerra dos Estados Unidos contra o terror deixa ao menos 37 milhões de deslocados. 2020. Publicado originalmente no Jornal **La Jornada**. Traduzido por **CEPAT - Instituto Humanitas Unisinos**. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/602762-a-guerra-dos-estados-unidos-contra-o-terror-deixa-ao-menos-37-milhoes-de-deslocados>. Acesso em: 30 nov. 2023.

CHIMBELU, Chiponda. **Iran in Africa.** 2010. Disponível em: <https://www.dw.com/en/iran-makes-inroads-in-parts-of-africa/a-5257032>. Acesso em: 22 set. 2023.

COHEN, Gili. **Tel Aviv Arms Trade Show Braces for Protest Against South Sudan Delegation.** 2015. Disponível em: <https://www.haaretz.com/2015-06-02/ty-article/premium/tel-aviv-arms-trade-show-braces-for-protest-against-south-sudan-delegation/0000017f-f0e2-d8a1-a5ff-f0ea15760001>. Acesso em: 09 nov. 2022.

FAKUDE, Thembisa. **South Africa: Between Iran and Saudi Arabia?.** 2016. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/opinions/2016/3/31/south-africa-between-iran-and-saudi-arabia/>. Acesso em: 13 out. 2022.

FINANCIAL TRIBUNE. **Iran Exports to Somalia Up 38%.** 2017. Disponível em: <https://financialtribune.com/articles/economy-domestic-economy/67463/iran-exports-to-somalia-up-38>. Acesso em: 23 out. 2022.

GOLDENBERG, Tia; LYNCH, Justin. **Israel's role in South Sudan under scrutiny amid violence.** 2016. Disponível em: <https://www.timesofisrael.com/israels-role-in-south-sudan-under-scrutiny-amid-violence/>. Acesso em: 14 nov. 2022.

HARRISON, Mike; LIFFEY, Kevin. **Iran and China sign 25-year cooperation agreement.** 2021. Reuters. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-iran-china-idUSKBN2BJ0AD/>. Acesso em: 21 set. 2023.

KHALIQ, Riyaz Ul; LATIF, Aamir. **Iran becomes full member of Shanghai Cooperation Organization.** 2023. Disponível em: <https://www.aa.com.tr/en/asia-pacific/iran-becomes-full-member-of-shanghai-cooperation-organization/2936909>. Acesso em: 20 set. 2023.

MALLINDER, Lorraine. **Have the US and Israel agreed on Gaza's future?** 2023. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2023/11/21/have-the-us-and-israel-agreed-on-gazas-future>. Acesso em: 30 nov. 2023.

MUSVANHIRI, Privilege. **Saudi-Iran row spills over into Africa.** 2016. Disponível em: <https://www.dw.com/en/saudi-iran-row-spills-over-into-africa/a-18965887>. Acesso em: 23 out. 2022.

PIZZI, Michael. **Obama scraps Afghan troop withdrawal, passing war on to next president.** 2015. Disponível em: <http://america.aljazeera.com/articles/2015/10/15/obama-to-keep-troops-in-afghanistan-beyond-20161.html>. Acesso em: 30 nov. 2023.

REUTERS. **Turkey, Libya committed to eastern Mediterranean maritime accord.** 2021a. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/middle-east/turkey-libya-committed-eastern-mediterranean-maritime-accord-2021-04-12/>. Acesso em: 22 nov. 2022.

REUTERS. **Saudi-led coalition clears four fuel ships to dock at Yemen's Hodeidah port - sources.** 2021b. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-yemen-security-ports-idUSKBN2BG12N>. Acesso em: 22 jan. 2023.

SALACANIN, Stasa. **The Qatar crisis hits the African continent.** 2017. Disponível em: <https://www.newarab.com/analysis/qatar-crisis-hits-african-continent>. Acesso em: 10 fev. 2024.

SHARON, Jeremy. **Israel says peace deal with Sudan to be signed by year's end.** 2023. Disponível em: <https://www.timesofisrael.com/israel-says-peace-deal-with-sudan-to-be-signed-by-years-end/>. Acesso em: 29 nov. 2023.

SPETALNICK, Matt; HOLLAND, Steve; MASON, Jeff. **Sudan becomes third Arab state to set aside hostilities with Israel this year.** 2020. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/usa-sudan-israel-int/sudan-becomes-third-arab-state-to-set-aside-hostilities-with-israel-this-year-idUSKBN278220>. Acesso em: 20 jan. 2021.

STEPHENS, Michael. **Yemen is a defining moment for King Salman.** 2015. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/opinions/2015/3/27/yemen-is-a-defining-moment-for-king-salman/>. Acesso em: 12 abr. 2023.

SUDAN TRIBUNE. **Sudan, Iran sign military cooperation agreement.** 2008. Disponível em: <https://sudantribune.com/article26349/>. Acesso em: 22 set. 2023.

ULRICHSEN, Kristian Coates. **Has the GCC crisis been resolved?** 2021. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/opinions/2021/1/6/the-gcc-after-al-ula>. Acesso em: 25 jan. 2021.

YOUSSEF, Fatah Al-Rahman. **Djibouti Defense Minister: Agreement with Riyadh Aims to Secure Region, Monitor Military Meddling.** 2017. Disponível em: <https://eng-archive.aawsat.com/f-yousef/news-middle-east/saudi-arabia/djibouti-defense-minister-agreement-riyadh-aims-secure-region-monitor-military-meddling>. Acesso em: 25 set. 2023.

ZHAOYI, Pan. **Charts of the day: How has Iran been affected by U.S. sanctions?.** 2021. Disponível em: <https://news.cgtn.com/news/2021-05-08/Charts-of-the-day-How-has-Iran-been-affected-by-U-S-sanctions--102JAN7xh0Q/index.html>. Acesso em: 29 set. 2023.

Fontes primárias

BANCO MUNDIAL (BM). **Data for Ethiopia, Eritrea, Somalia, Sudan, South Sudan.** 2020. Disponível em: <https://data.worldbank.org/?locations=ET-ER-DJ-SO-SD-SS>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BANCO MUNDIAL (BM). **Israel.** 2023a. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/israel?view=chart>. Acesso em: 10 fev. 2023.

BANCO MUNDIAL (BM). **Iran.** 2023b. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/iran-islamic-rep?view=chart>. Acesso em: 09 set. 2023.

BANCO MUNDIAL (BM). **Turkiye.** 2023c. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/turkiye?view=chart>. Acesso em: 24 set. 2023.

BANCO MUNDIAL (BM). **Saudi Arabia.** 2023d. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/saudi-arabia?view=chart>. Acesso em: 20 jul. 2023.

COMBINED JOINT TASK FORCE — HORN OF AFRICA (CJTF-HOA). **CJTF-HOA 2019 Year in Review.** [S.I.]: CJTF-HOA Public Affairs Office, 2019.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Brasil e Etiópia conjugam esforços para melhorar a qualidade de solos degradados**. 2018. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/36591370/brasil-e-etiofia-conjugam-esforcos-para-melhorar-a-qualidade-de-solos-degradados>. Acesso em: 18 dez. 2020.

INTERGOVERNMENTAL AUTHORITY ON DEVELOPMENT (IGAD). **E.S. Receives new Iran Ambassador**. 2010. Disponível em: <https://igad.int/es-receives-new-iran-ambassador/>. Acesso em: 04 abr. 2023.

INTERGOVERNMENTAL AUTHORITY ON DEVELOPMENT (IGAD). **Turkey accredited its Ambassador to IGAD**. 2014. Disponível em: <https://igad.int/turkey-accredited-its-ambassador-to-igad/>. Acesso em: 3 dez. 2022.

INTERGOVERNMENTAL AUTHORITY ON DEVELOPMENT (IGAD). **The 5th Inter-Regional Joint Technical Meeting of IGAD Exporting and MENA Importing Countries Conducted to Strengthen Collaboration for Enhanced Livestock and Meat Trade**. 2022. Disponível em: <https://igad.int/the-5th-inter-regional-joint-technical-meeting-of-igad-exporting-and-mena-importing-countries-conducted-to-strengthen-collaboration-for-enhanced-livestock-and-meat-trade/>. Acesso em: 14 nov. 2022.

ISRAEL GOVERNMENT. **Historical Data**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.il/en/Departments/Guides/election-committee-history?OfficeId=26857f24-4eaa-4032-a39d-5dc66d374ee3>. Acesso em: 20 jul. 2023.

MAHAMAT, Moussa Faki. **Statements Remarks of the Chairperson of the African Union Commission on the granting of observer state to the State of Israel**. 2022. Disponível em: <https://au.int/en/pressreleases/20220206/remarks-chairperson-granting-observer-state-israel>. Acesso em: 19 out. 2022.

MAPCHART. **MapChart: world map: simple**. World Map: Simple. 2023. Disponível em: <https://www.mapchart.net/world.html>. Acesso em: 30 nov. 2023.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL (MRE). **República Democrática Federal da Etiópia**. 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/republica-democratica-federal-da-etiofia>. Acesso em: 8 fev. 2021.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL (MRE). **Estado da Eritreia**. 2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/estado-da-eritreia>. Acesso em: 8 fev. 2021.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL (MRE). **República do Djibuti**. 2020c. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/republica-do-djibuti>. Acesso em: 8 fev. 2021.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL (MRE). **República do Sudão**. 2020d. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/republica-do-sudao>. Acesso em: 8 fev. 2021.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL (MRE).. **República do Sudão do Sul**. 2020e. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/republica-do-sudao-do-sul>. Acesso em: 8 fev. 2021.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL (MRE). **República da Turquia**. 2020f. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/republica-da-turquia>. Acesso em: 8 fev. 2021.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL (MRE). **República Islâmica do Irã**. 2020g. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/republica-islamica-do-ira>. Acesso em: 8 fev. 2021.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL (MRE). **Estado de Israel**. 2020h. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/estado-de-israel>. Acesso em: 8 fev. 2021.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL (MRE). **Reino da Arábia Saudita**. 2020i. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/reino-da-arabia-saudita>. Acesso em: 8 fev. 2021.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL (MRE). **República Democrática da Somália**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/republica-democratica-da-somalia>. Acesso em: 8 fev. 2021.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF ISRAEL. **Israel rejoins the African Union**. 2023a. Disponível em: <https://embassies.gov.il/eu/NewsAndEvents/Pages/Israel-rejoins-the-African-Union-as-an-observer-state.aspx>. Acesso em: 2 jan. 2024.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF ISRAEL. **Israel's Diplomatic Missions**. 2023b. Disponível em: https://www.gov.il/en/Departments/dynamiccollectors/israeli-consular-services?skip=0&limit=10&ybsht_a=Africa&shem_mdn_a=Eritrea. Acesso em: 22 mar. 2023.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. **China and Djibouti**. 2014. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/gjhdq_665435/2913_665441/2969_663954/. Acesso em: 14 nov. 2022.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS REPUBLIC OF TÜRKIYE. **Türkiye and The African Union**. 2023a. Disponível em: <https://www.mfa.gov.tr/turkiye-and-the-african-union.en.mfa#:~:text=Following%20the%20implementation%20of%20the,the%20African%20Union%20in%202005>. Acesso em: 22 jan. 2023.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS REPUBLIC OF TÜRKIYE. **Relations between Türkiye and Ethiopia**. 2023b. Disponível em: <https://www.mfa.gov.tr/relations-between-turkiye-and-ethiopia.en.mfa>. Acesso em: 17 nov. 2023.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS REPUBLIC OF TÜRKIYE. **Relations between Türkiye and Djibouti**. 2023c. Disponível em: <https://www.mfa.gov.tr/relations-between-turkiye-and-djibouti.en.mfa>. Acesso em: 17 nov. 2023.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS REPUBLIC OF TÜRKIYE. **Relations Between Türkiye and Eritrea**. 2023d. Disponível em: <https://www.mfa.gov.tr/relations-between-turkiye-and-eritrea.en.mfa>. Acesso em: 17 nov. 2023.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS REPUBLIC OF TÜRKIYE. **Relations Between Türkiye And South Sudan**. 2023f. Disponível em: <https://www.mfa.gov.tr/relations-between-turkey-and-south-sudan.en.mfa>. Acesso em: 17 nov. 2023.

OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY (OEC). **Israel**. 2023. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/isr?yearSelector1=2021>. Acesso em: 20 jul. 2023.

SHANGHAI COOPERATION ORGANISATION (SCO). **About SCO**: shanghai cooperation organization. Shanghai Cooperation Organization. 2022. Disponível em: http://eng.sectesco.org/about_sco/20220810/909119.html. Acesso em: 20 out. 2022.

THE ISRAEL EXPORT AND INTERNATIONAL COOPERATION INSTITUTE. **Trade Between Israel and Sub-Saharan Africa**. 2019. Disponível em: https://www.export.gov.il/en/ArticlesAndNews/SingleArticle/economy_trade-between-israel-and-sub--saharan-africa_eng. Acesso em: 14 nov. 2022.

TURKISH STATISTICAL INSTITUTE. **Consumer Price Index, August 2023**. 2023. Disponível em: <https://data.tuik.gov.tr/Bulten/Index?p=Consumer-Price-Index-August-2023-49650&dil=2>. Acesso em: 25 set. 2023.

UNICEF. **Yemen crisis**. 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/emergencies/yemen-crisis>. Acesso em: 24 jan. 2023.

U.S DEPARTMENT OF STATE. **Terrorist Exclusion List**. 2001. Disponível em: <https://www.state.gov/terrorist-exclusion-list/#:~:text=This%20authority%20is%20known%20as,from%20entering%20the%20United%20States>. Acesso em: 18 dez. 2022.

U.S DEPARTMENT OF STATE. **State Sponsors of Terrorism**. 2022. Disponível em: <https://www.state.gov/state-sponsors-of-terrorism/>. Acesso em: 19 set. 2022.

U.S DEPARTMENT OF STATE. **The United States and Ethiopia**: a long-term partnership. A Long-Term Partnership. 2023. Disponível em: <https://www.state.gov/the-united-states-and-ethiopia-a-long-term-partnership/#:~:text=The%20United%20States%20is%20the,%241.93%20billion%20in%20FY%202022>. Acesso em: 20 set. 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **WHO Coronavirus (COVID-19) Dashboard**. 2023. Disponível em: <https://covid19.who.int/region/emro/country/sd>. Acesso em: 24 fev. 2023.